

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A ideia de nação nos discursos políticos do Presidente da
República de Moçambique Armando Emílio Guebuza
(2005-2009 e 2010-2014)

Lúcio Dionísio Pitoca Posse

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Professora Doutora Ana Lúcia Lopes de Sá, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2015

DEDICATÓRIA

À Vânia Posse,
Pela felicidade de partilhar, com amor, e de forma apaixonante, a vida contigo!
Ao Khalfany Posse,
Pela alegria que dás à minha vida!
À Zaida Adolfo Posse,
A minha eterna heroína, minha mãe!

AGRADECIMENTOS

A conclusão do meu mestrado que se reflecte nesta dissertação não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela saúde e força, sobretudo por ter colocado essas pessoas que foram muito importantes nessa trajetória, que foi o meu mestrado.

Agradeço ao Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), e muito especialmente ao Professor Luís de Brito, por ter acreditado em mim ao ponto de convencer o IESE a me conceder uma bolsa de estudo, sem a qual não teria sido possível realizar este mestrado.

Agradeço à minha família, minha esposa e meu filho, pelo apoio incondicional que sempre demonstraram, principalmente por terem aceitado o sacrifício de ficarmos distantes durante os dois anos que durou o mestrado. Também agradeço por terem acreditado que eu era capaz de fazer o mestrado, manifestado pelo constante encorajamento que me deram.

Também agradeço aos meus pais e irmãos, incluindo a minha sogra, uma mãe para mim, pela força e carinho demonstrado, e sobretudo por terem aceitado olhar pela minha família durante o período em que estive distante. Este agradecimento também é extensivo aos meus primos, tios, cunhados e avós.

Mas esta dissertação não teria sido possível sem o apoio da minha orientadora, Professora Ana Lúcia Lopes de Sá, que sempre se mostrou ser mais que uma professora. Foi uma amiga, na medida em que tornava a supervisão num momento descontraído, mas de muita aprendizagem, que era demonstrada pela abertura com que aceitava as minhas ideias e sugeria novos caminhos a seguir na dissertação. Obrigado por ter acreditado no meu projecto desde o início e por me ter guiado ao longo deste processo, onde incluo a parte curricular do mestrado.

Também estendo os meus agradecimentos à minha amiga Clinarete Munguambe, sobretudo pela atenção em procurar e enviar material publicado sobre o Presidente Armado Emílio Guebuza, com destaque para os seus discursos, que são o objecto desta dissertação. Agradeço também ao Benedito Machava, pelas discussões que contribuíram para a elaboração da presente dissertação. Estes agradecimentos são extensivos ao Eduardo Rodrigues e à Susana Andrade pela paciência na revisão linguística desta dissertação e ao Marlino Mubai e à Mariana Posse pela tradução do

resumo para inglês. Aos meus outros amigos, em Maputo, obrigado pelo apoio, tanto para mim como para minha família, durante os dois anos que durou o mestrado. Estendo os agradecimentos aos meus amigos do mestrado, particularmente à Maria João, ao Eugénio Ndamenaposy e a família, ao José Cebola e ao Amade Abdulahe, pelo carinho e atenção demonstrado durante o mestrado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus professores pelo apoio e amizade. Com especial atenção agradeço ao Professor Eduardo Costa Dias, que sempre demonstrou acreditar em mim e pelos comentários feitos às versões anteriores desta dissertação, que muito contribuíram para a sua elaboração.

Gostava de encerrar dizendo o seguinte: sem o apoio de cada um de vós, independentemente da dimensão da ajuda, a minha formação e esta dissertação não seriam o que são. Obrigado! Kxanimambo! Tina Pereca Takhuta! Kochukuro!

**A ideia de nação nos discursos políticos do Presidente da República de
Moçambique Armando Emílio Guebuza
(2005-2009 e 2010-2014)**

Resumo

A ideia de nação presente nos discursos políticos proferidos por Armando Emílio Guebuza durante os seus dois mandatos como Presidente da República de Moçambique, entre 2005-2009 e 2010-2014, é o estudo de caso da presente dissertação. A principal técnica de investigação usada é a análise de discurso, numa perspectiva qualitativa, salientando-se também o recurso à pesquisa bibliográfica e à revisão da literatura.

A nível teórico, a dissertação é guiada pela abordagem *construtivista*, que tende a perceber a nação como uma entidade em constante mudança, em função do contexto em que estiver inserida. Essa mudança é liderada e vivida pelos grupos sociais, podendo ser, por um lado, as chamadas “massas” e, por outro, as diferentes elites. Nesta dissertação destaca-se o papel de um membro da elite política moçambicana para analisar a forma como constrói uma perspectiva de nação nos seus discursos, o Presidente Armando Emílio Guebuza (2005-2009 e 2010-2014). A esta abordagem junta-se uma perspectiva histórico-sociológica, por considerar que ao estudar a nação enquanto fenómeno social, deve ter-se em atenção as transformações que ocorrem na estrutura social ao longo do tempo, bem como o grupo social que se considera como líder dessas transformações.

Armando Emílio Guebuza constrói a ideia de nação nos seus discursos políticos com base na ideia de unidade nacional, no respeito pela diversidade que caracteriza os moçambicanos e na defesa da coesão territorial, procurando exaltar a ideia de uma nação edificada na perspectiva horizontal. No entanto, há que anotar a contradição no seu próprio discurso, em especial quando é patente a reivindicação de liderança e de símbolo no processo de construção da nação. Nos seus discursos, Armando Emílio Guebuza instrumentaliza os heróis nacionais e as grandes infra-estruturas com o objectivo de contribuir para a construção de uma identidade nacional que mobilize os moçambicanos a aderirem ao seu programa de governo, do qual se destaca o combate à pobreza em Moçambique.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Estado. Discurso Político. Elite Política.

The idea of nation in President Armando Emílio Guebuza political speeches during his tenure in 2005-2009 and 2010-2014

Abstract

This dissertation analyzes the idea of nation as articulated by Armando Emílio Guebuza in his political speeches during his two terms as President of the Republic of Mozambique between 2005-2009 and 2010-2014.

To analyze the speeches of President Armando Emilio Guebuza, two approaches were used namely, the *constructivist* approach and the historical-sociological perspective. According to the constructivist approach, a nation is as an entity that is constantly changing, depending on the context in which it is inserted. It also states that this change is led and lived by social groups which may be, on one hand, the so-called "masses" and on the other, the different elites. The *constructivist* approach is supported by the historical-sociological perspective when it also takes into account when studying the concept of nation as a social phenomenon, the changes that occur in the social structure over time, as well as in the social group which is considered as the leader of these changes. Therefore, this dissertation focuses on the elites leading the changes, by assessing the role of Armando Emílio Guebuza, as a member of the political elite in leading the construction of a nation by analyzing his political speeches.

Armando Emílio Guebuza builds the idea of nation by highlighting in his speeches, five main aspects: the equality between Mozambicans while respecting the diversity that characterizes them, the notion of national unity, the defense of territorial cohesion, the national heroes and major infrastructure. However, there is a contradiction in his nation building idea, in the sense that, while he highlights equality between Mozambicans, he portrays himself as the main symbol in the construction of the nation.

Key Words: Nation, Nationalism, State, Political Discourse, Political Elite.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	1
INTRODUÇÃO	2
Apresentação do tema	2
Enunciação do problema e formulação de hipóteses	5
Metodologia	6
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	10
O conceito de nação	10
As elites e o processo de construção do nacionalismo e da nação	20
Nação e nacionalismo em Moçambique: diferentes abordagens de nação e um olhar histórico sobre o papel das elites	23
A Frelimo e o nacionalismo moçambicano antes e após a independência	36
CAPÍTULO II – A IDEIA DE NAÇÃO NOS DISCURSOS POLÍTICOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA (2005-2009 e 2010-2014)	49
Armando Emílio Guebuza: um breve olhar sobre a sua biografia e o seu percurso político	49
Armando Emílio Guebuza e o sentimento de pertença à nação moçambicana	54
A instrumentalização dos heróis nacionais na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza	71
O Papel de Eduardo Mondlane e de Samora Machel na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza	82
As grandes infra-estruturas na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
<i>Corpus</i> principal	103
Bibliografia Crítica	103
Fontes da Internet	110

ÍNDICE DE QUADRO E TABELA

Quadro 2.1. – A ideia de pertença à Moçambique a partir do exemplo de vida dos heróis nacionais 755

Tabela 2.1. – Ocorrência dos nomes de Eduardo Mondlane e de Samora Machel nos discursos de Guebuza 833

LISTA DE SIGLAS

AGP	Acordo Geral de Paz
ANC	African National Congress
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
FADM	Forças Armadas e de Defesa de Moçambique
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
MANU	Mozambique African National Union
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
NESAM	Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
OUA	Organização da Unidade Africana
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
Renamo	Resistência Nacional de Moçambique
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UNAMI	União Africana de Moçambique Independente
ZANU-PF	Zimbabwe African National Union – Patriotic Front

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema

O nacionalismo e a nação, enquanto fenómenos modernos, têm sido objecto de fortes debates nas ciências sociais e humanas, que vão desde a necessidade de compreender a conjuntura em que estes fenómenos emergiram (e continuam a emergir), incluindo o processo do seu desenvolvimento, à análise dos actores que influenciaram e continuam a influenciar a sua existência.

Em torno desses debates, tende-se a questionar a existência de nações em contextos, como, por exemplo, o africano, devido à influência colonial, principalmente pelo facto de as fronteiras territoriais africanas terem sido definidas na Conferência de Berlim, entre 1884-1885, em função dos interesses económicos, políticos e administrativos das potências colonizadoras, sem respeitar as fronteiras etnolinguísticas e políticas já existentes. Essa demarcação de fronteiras tem sido entendida como um obstáculo para a construção de nações em África, por se considerar que os diferentes grupos étnicos que integram os territórios resultantes dessa divisão não têm nada em comum que possa influenciar o surgimento de nações.

Para além desta perspectiva (co-existência de diferentes grupos etnolinguísticos num mesmo território), os debates também têm sido intensos em relação aos actores responsáveis pela emergência de nações, ao considerarem que, pelo menos, existem dois grupos sociais influentes nesse processo. De um lado, as chamadas “massas”, conceito abrangente para se referir à população passível de ser conduzida pelas elites. Do outro, as elites, tanto as políticas como as intelectuais, que são tidas como as principais responsáveis pela emergência e pela conceptualização das nações, uma vez que elas são consideradas o grupo social com capacidade para transformar os sentimentos das “massas” em ideais nacionalistas. Esta disposição em relação a estes grupos no processo de construção dos nacionalismos e das respectivas nações deve ser relativizada, uma vez que não se trata de um processo unidireccional.

A presente dissertação irá analisar a questão do nacionalismo e da nação em Moçambique, com o objectivo de procurar perceber, através dos debates existentes, o processo de construção da nação moçambicana, quais os atributos que a enformam e o papel das elites, com destaque para as políticas, no processo da sua construção.

Para tal, opto pelo estudo do nacionalismo e da nação em Moçambique na perspectiva *top-down*, ou seja, elites-“massas”, na qual irei investigar o papel de um destacado actor da elite política moçambicana no processo de construção da nação: Armando Emílio Guebuza, enquanto Presidente da República entre 2005-2009 e 2010-2014. A dissertação centra-se nos seus discursos políticos proferidos durante os dois mandatos. Esses discursos foram publicados em sete volumes pelo Ministério da Função Pública – Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO), totalizando 437 discursos referentes aos anos 2005, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Por um lado, a escolha de Armando Emílio Guebuza foi determinada pelo facto de ele ter desenvolvido um discurso nacionalista desde o período em que inicia a sua campanha para o cargo de Secretário-Geral do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), para o qual foi eleito em 2002, e por ter continuado a desenvolver esse discurso durante os seus dois mandatos como Presidente da República de Moçambique. Esta escolha também esteve associada ao facto de ele, enquanto Presidente da República, deter recursos para influenciar a consciência dos moçambicanos em diversas perspectivas, incluindo a possibilidade de guiar a forma de eles imaginarem a nação moçambicana. Por outro, a escolha foi determinada pelo facto de a maioria dos estudos sobre o nacionalismo e nação em Moçambique restringirem-se ao período da luta de libertação nacional e aos anos a seguir à independência. Isto leva a que haja uma concentração na figura de Eduardo Mondlane (1962-1969), como o fundador da Frelimo, movimento nacionalista e independentista que liderou a luta de libertação nacional, e em Samora Machel (1970-1986), substituto de Mondlane na presidência da Frelimo e primeiro Presidente do Moçambique independente, tornando-se com isto no principal responsável pela construção da nação através do nacionalismo de Estado.

Durante a presidência do sucessor de Samora Machel, Joaquim Chissano (1986-2005), o país registou grandes transformações político-sociais, destacando-se a aprovação de uma nova constituição democrática e multipartidária em 1990, o fim da guerra de dezasseis anos entre a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e o governo de Moçambique, marcado pela assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 e a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias do país em 1994. Estes eventos, sobretudo a aprovação da nova Constituição da República, permitiram o envolvimento de novos actores no processo de construção da nação.

Ao contrário de Guebuza, Chissano não tem os seus discursos políticos organizados e publicados em colectâneas. Este facto não permite, actualmente, a

comparação e um estudo mais minucioso sobre qual a sua ideia de nação. A ausência de condições para o esforço financeiro necessário para essa localização, identificação e selecção dos discursos políticos proferidos por Joaquim Chissano durante a sua presidência, justifica também a não escolha dos discursos políticos dos líderes dos partidos da oposição, com destaque para Afonso Dhlakama, Presidente da Renamo - Resistência Nacional de Moçambique, e Daviz Simango, Presidente do MDM - Movimento Democrático de Moçambique (segunda e terceira forças políticas moçambicanas, respectivamente).

Na presente dissertação, considero Moçambique uma nação na óptica de “comunidade imaginada”, assente em atributos socioeconómicos, no sentido de os moçambicanos partilharem de forma colectiva o anseio por melhores condições de vida (independentemente da actividade de cada um), tendo como referência o território moçambicano (determinante enquanto espaço de representação identitária nacional). Com isso encaro a nação enquanto plataforma de sentimento partilhado pelos moçambicanos ao ponto de conceber essa “comunidade imaginada”.

Em relação ao enquadramento teórico, a dissertação baseia-se numa perspectiva histórico-sociológica, por considerar que para estudar a nação é preciso ter em consideração a sua perspectiva histórica e porque falar de nação obriga-nos a ter em atenção a interacção entre os indivíduos, que provocam alterações na estrutura social. Também assenta na abordagem *construtivista* (também considerada de *instrumentalista*), que considera a nação uma construção imaginada pelos seus membros, em que se podem destacar as elites pela capacidade que têm em mobilizar as “massas” de modo que haja adesão a um determinado objectivo. É através desta adesão que se pode observar a emergência de uma “comunidade imaginada” com a qual todos os seus membros poderão sentir-se identificados.

O primeiro capítulo vai concentrar-se na discussão teórica sobre o nacionalismo e nação, começando por uma discussão mais geral sobre a sua ocorrência nos diferentes contextos, especificando-se depois ao caso de Moçambique. Esta discussão será feita em torno do papel das elites políticas e intelectuais, mas sobretudo sobre as primeiras, no processo de construção do nacionalismo e respectiva ideia de nação. Nesta análise será destacada a evolução da consciência nacionalista em Moçambique desde o período de desenvolvimento de um sentimento protonacionalista por parte das elites intelectuais até à fase em que passou para o domínio das elites políticas, tornando-se desta forma em sentimento nacionalista. Neste contexto, abordar-se-á o processo de formação da Frelimo

enquanto movimento nacionalista e independentista que guiou a luta de libertação nacional. Será, também, analisado o nacionalismo de Estado sob liderança da Frelimo na construção da nação, no período que se seguiu à proclamação da independência nacional em Junho de 1975.

O segundo capítulo será dedicado à análise da ideia de nação nos discursos políticos de Armando Emílio Guebuza, proferidos durante os seus dois mandatos como Presidente da República, entre 2005-2009 e 2010-2014. Este capítulo divide-se em quatro partes temáticas, sendo que a primeira terá como foco a biografia de Guebuza, na qual será dado destaque à sua trajectória política, enquanto que as restantes incidirão sobre a análise dos seus discursos políticos. Nesta secção da análise dos discursos serão destacados três grupos temáticos: (i) sentimento de pertença de Guebuza à nação moçambicana; (ii) heróis nacionais como exemplos a serem seguidos no processo de representação identitária nacional, dos quais se destacam três figuras, Eduardo Chivambo Mondlane, Samora Moisés Machel e Josina Machel e, (iii) as grandes infra-estruturas, com destaque para a ponte sobre o rio Zambeze que ostenta o nome de Armando Emílio Guebuza e para o processo de transferência da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado português para o moçambicano.

Por fim, importa reforçar que esta análise pretende compreender como é que Guebuza explora a ideia de nação nos seus discursos políticos atendendo ao alcance dos objectivos da sua governação, com destaque para o combate à pobreza e para a consolidação da paz em Moçambique.

Enunciação do problema e formulação de hipóteses

A nação e o nacionalismo são fenómenos sociais que emergiram de forma diferente em diversos contextos geográficos e históricos, como resposta às dinâmicas internas e externas inerentes a esses contextos. Essas dinâmicas eram vividas, coordenadas e lideradas por diferentes grupos sociais, tanto das “massas” como das diferentes elites. Ao acreditar que a nação em Moçambique é uma construção que procura responder às dinâmicas internas e externas, e que nas mesmas as elites, tanto intelectuais como políticas, tiveram um papel central, pretendo perceber como é que um destacado membro da elite política moçambicana, Armando Emílio Guebuza, enquanto Presidente

da República (2005-2009 e 2010-2014), construiu a ideia de nação nos seus discursos políticos. Para tal, defini as seguintes hipóteses para a presente dissertação:

I) Guebuza explora a ideia de nação nos seus discursos como uma entidade constituída pela unidade na diversidade que caracteriza Moçambique, enquanto entidade territorial indivisível.

II) Guebuza, nos seus discursos, procura construir a ideia de nação numa perspectiva horizontal, caracterizada pela igualdade entre os moçambicanos no processo da sua construção, reivindicando, no entanto e em simultâneo, uma liderança nesse processo.

III) Guebuza instrumentaliza a questão dos heróis nacionais e das grandes infra-estruturas, enquanto símbolos e referências para a construção da identidade nacional, de modo a mobilizar os moçambicanos a lutar contra a pobreza e a consolidar a paz, dois objectivos da sua governação ao longo dos dois mandatos.

Metodologia

A presente dissertação foi elaborada fundamentalmente a partir de duas técnicas de investigação qualitativa. A primeira técnica consistiu na pesquisa bibliográfica e na revisão da literatura, por permitir o contacto com o material publicado sobre o nacionalismo e nação, possibilitando dessa forma a elaboração da parte teórica que permitiu a delimitação e sustentação da análise na presente dissertação. Em segundo lugar, a análise de discurso foi a principal técnica de investigação desta dissertação, essencial para a análise do objecto de estudo: os discursos políticos de Armando Emílio Guebuza.

Com a pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura procurei aprofundar as discussões sobre nacionalismo e nação, de forma geral, e, em particular, sobre Moçambique, tendo para tal, consultado textos que abordam o fenómeno em diferentes contextos. A pesquisa possibilitou a discussão da questão do nacionalismo e da nação com foco em Moçambique de modo a enformar a parte teórica da dissertação. É de realçar que essa discussão centrou-se na análise do papel ou influência das elites políticas, abrangendo também as intelectuais, no processo de construção do nacionalismo e da nação.

A análise do discurso enquanto técnica de investigação científica aplicada no campo das ciências sociais e humanas possibilitou a interpretação dos discursos com o objectivo de captar a mensagem resultante do cruzamento entre algumas variáveis que permitem ir além do evidente e do explícito no discurso. Essas variáveis importantes na dissertação são: (i) o contexto (o meio envolvente enquanto espaço de representação e o grupo a que o discurso é direccionado), uma vez que todo discurso produzido pretende provocar alguma mudança, o que implica ter em atenção o grupo alvo desse discurso e a influência do meio envolvente; (ii) a componente linguística e gramatical, que incidem na compreensão da estrutura do texto e do seu conteúdo¹.

Nesta dissertação, a aplicação da análise do discurso será feita numa abordagem qualitativa, o que significa que o seu uso será feito no sentido de analisar: a representação, o significado (perspectiva qualitativa) e não a representatividade (que pressupõe uma análise quantitativa) (cf. Baker e Ellece, 2010: 30-32).

É de salientar que o discurso é o resultado da interacção entre o enunciador e o mundo à sua volta enquanto espaço de representação social, política, económica, religiosa, etc. Nesta interacção, o enunciador procura combinar as suas experiências, crenças e ideologias com o mundo que o rodeia, envolve e influencia, produzindo um enunciado que responda às dinâmicas de um contexto específico. O enunciado procura atribuir sentido(s) a um objecto(s) conferindo-lhe(s) capacidade para influenciar um ou vários grupos, o que é feito com recurso a diversos tipos de linguagem, incluindo (se for o caso) a sua combinação como forma de garantir uma melhor comunicação entre as partes. Essa enunciação pode ser feita tanto em fórum público como em privado².

Entretanto, esta definição pode ser aplicada a vários domínios discursivos, havendo com isso uma transição do geral para o específico, principalmente a partir do momento em que se destaca um tema como hegemónico (político, religioso, ou outros), que está associado aos agentes que se assumem como seus representantes enquanto

¹ Ao dedicar atenção às variáveis linguística e gramatical, procuro analisar alguns aspectos, como, por exemplo: a aplicação dos verbos: sua conjugação (tempo e forma), o uso dos pronomes pessoais (como, por exemplo: nós, eles ou vocês), demonstrativos, possessivos, a semântica, as figuras de estilo, os adjectivos, o uso de iniciais maiúsculas em determinados termos, entre outros. Em relação a técnica de investigação análise de discurso, consultem-se Dijk, 1985, 1995; 2006, Baker e Ellece, 2010: 30-32; Ifversen, 2003; Mazzola, 2009; Foucault, 1999; Fiorini, 1999 e Gregolin, 1995.

² Esta definição foi elaborada com base nos trabalhos de Dijk, 1985, 1995, 2006; Baker e Ellece, 2010: 30-32; Ifversen, 2003; Mazzola, 2009 e Foucault, 1999.

enunciadores. Com isso torna-se um discurso de domínio específico, como é o caso do discurso que me proponho analisar nesta dissertação: discurso político.

O discurso político era tido como o discurso proferido exclusivamente por indivíduos que eram eleitos ou nomeados para desempenhar funções políticas, cujos discursos só seriam *políticos* se fossem proferidos publicamente e em *sede própria*, como assembleias parlamentares, sedes de partidos políticos ou instituições do Estado. Mas, nas democracias contemporâneas, houve uma reestruturação deste tipo de discurso, passando, por um lado, a incluir como seus enunciadores os cidadãos que não desempenham nenhum cargo político (tanto por eleição como por nomeação) e, por outro, ao tornar qualquer espaço num espaço privilegiado para se proferir o discurso político³.

Ao aplicar a técnica análise do discurso na presente dissertação, os discursos perderam a sua autonomia (uma vez que foram produzidos e proferidos em circunstâncias distintas e específicas) e passaram a fazer parte de um único *corpus* maior, o *corpus* discursivo. Como defende Célia Pinto (2005: 95-96), todo o processo de construção do *corpus* discursivo implica uma relação entre o discurso enquanto conteúdo e os contextos envolventes. Caso isso não seja observado, há um grande risco de se observar um *corpus* que não está suficientemente constituído para responder às perguntas colocadas pela investigação.

No entanto, como não é possível citar todas as passagens dos discursos, e também por não ser o objectivo, nem da dissertação, e, nem da técnica análise do discurso, só foram seleccionadas e citadas algumas partes dos discursos que reforçam a minha análise. Por uma questão de organização do texto, e sobretudo para facilitar a identificação e localização dos discursos *a posteriori*, todas as citações foram objecto, sempre que existir informação, de uma pequena identificação: data em que foi proferido o discurso, seu propósito, local e audiência.

³ Como afirma Célia Pinto (2006: 91-92): “nas democracias contemporâneas cada vez mais existem outros espaços de construção do discurso político, que concorrem com os espaços tradicionais [o que designo por sede própria]. Há o discurso político estrito senso, que é o discurso político que tem locais de enunciação muito claros, que são os locais de política [assembleias parlamentares, sedes de partidos políticos, instituições estatais, municipais, etc.], mas também há o discurso político feito na imprensa e o discurso político feito na sociedade. Quanto mais se democratiza um país, mais haverá cidadãos falando de seus problemas em locais não tradicionais da política”. Sobre os discursos políticos e seus actores, consulte-se Dijk, 1995.

Outra questão pertinente, apesar de as coletanêas dos discursos de Armando Emílio Guebuza terem sido publicadas pelo Ministério da Função Pública, procurei preservar a identidade original do autor dos discursos, isto é, todas as citações têm Guebuza como seu autor e estão referenciadas segundo o modelo de citações adoptada na presente dissertação: apelido, data e página. Em relação à data, é usada a data da publicação do volume. No entanto, anoto que os discursos só foram publicados um ano depois da sua enunciação. Esta questão das datas (diferença entre a data em que foram proferidos e a data da sua publicação) só deve ser considerada quando se tratar de citações dos discursos.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O conceito de nação

Ernest Renan, em *Qu'est-ce qu'une Nation?*, de 1882, considera a nação “como um plebiscito diário”. Já Otto Bauer em “The nation”, de 1924, define a nação como uma “comunidade de destino”⁴. Para Eric Hobsbawm (2004), trata-se de uma entidade política que assenta em atributos sociais e políticos. Walker Connor (2005), defende que a nação é uma construção social resultante do contexto. Tharailath Oommen (1994) e Anthony Smith (1997, 1999 e 2005), vêem-na como sendo uma entidade política assente em atributos culturais e cívicos.

Numa perspectiva histórico-sociológica, a nação pode ser pensada como resultado de processos transformatórios. Como afirma Anthony Smith, citado por Ichijo e Uzelac (2005: 91) “this process of transformation has occurred over time through triple revolutions: the division of labour, a revolution in the control of administration, and a revolution in cultural coordination”. Neste âmbito, a elite política (e a elite intelectual) teve um papel importante na criação da nação enquanto processo.

Neste sentido, as nações podem ser entendidas como fenómenos modernos. Para Anthony Smith (1997, 1999 e 2005), é preciso entendê-las numa lógica de continuidade na perspectiva da *longue durée*, ao considerar que as nações têm as suas origens na era pré-moderna. Ou seja, já existiam nos séculos anteriores à Revolução Industrial e à Francesa, contextos que foram responsáveis pela emergência das nações modernas. Por outras palavras, antes destas revoluções, já existiam nações com feições étnicas, que se tornaram em nações civis, continuando, no entanto, a manter o elemento cultural na sua base: “as nações devem ter uma medida de cultura comum e uma ideologia cívica, um conjunto de critérios e aspirações, sentimentos e ideias, que unam a população na sua terra natal” (Smith, 1997: 24)⁵.

⁴ É de referir que tanto para Ernest Renan como para Otto Bauer consultei as edições recentes, sendo a publicação de 1997 para Renan e 1999 para Bauer.

⁵ Em relação ao posicionamento defendido por Anthony Smith (1997, 1999 e 2005), Walker Connor (2005: 42) considera que, antes das Revoluções Industrial e Francesa, não havia condições para a existência de nações, uma vez que “the national consciousness is a mass, not an elite phenomenon, and the masses, until quite recently, semi-or totally illiterate, were quite

Esta análise de Anthony Smith pode ser ilustrada através da construção de nações como a francesa, a alemã ou a italiana, que emergiram num contexto marcado por uma diversidade étnica que as caracterizava (e continua a caracterizar). Como afirma Ernest Renan (1997: 166), “a França é celta, ibérica, germânica. A Alemanha é germânica, celta e eslava. A Itália é o país mais etnicamente embaralhado: gauleses, etruscos, pelasgos e gregos, sem falar de outros elementos, cruzam-se ali numa mistura indecifrável”. Ou seja, embora hoje sejam consideradas nações com uma feição civil, a diversidade étnica continua a prevalecer no seio de cada uma destas nações.

Em resumo, parece ser quase consensual, a nível dos diferentes estudos consultados com diversas abordagens, que a nação é um fenómeno moderno, que surge como resultado do contexto que possibilitou a combinação entre a Revolução Francesa (numa perspectiva política e social) e a Revolução Industrial (no âmbito das inovações tecnológicas no sector dos transportes e comunicação). Estas duas revoluções, em conjunto, provocaram grandes transformações no campo político, social e económico da Europa, ao ponto de influenciar o surgimento de algumas nações, como é o caso da França ou de Itália. Este factor contribuiu para que a Europa seja considerada o berço das nações modernas e o ponto de irradiação deste fenómeno para os outros continentes, que têm como principais marcos de surgimento de nações, o fim da Primeira e da Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim⁶.

Também a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim influenciaram processos de construção e reivindicação de nações em todo o mundo, na medida em que provocaram grandes transformações políticas, económicas, territoriais e sociais. Para o caso da Primeira Guerra Mundial, a queda dos impérios Austro-Húngaro, Otomano e Russo criaram condições para que os diferentes grupos sociais reivindicassem certas parcelas destes territórios para edificarem as suas nações. O mesmo aconteceu com o fim da Segunda Guerra Mundial, na Europa, mas com a particularidade de estas reivindicações se terem alastrado de forma mais sistemática para os diferentes continentes onde subsistiam colónias europeias, como é o caso de África, onde se iniciaram lutas independentistas baseadas em partidos políticos que se

mute with regard to their sense of identity(ies)”. Para mais detalhes sobre as críticas às teses de Anthony Smith, consultem-se Breuilly, 2005 e Conversi, 2006.

⁶ Sobre este assunto, ver Rotberg, 1969; Benot, 1981: 92-95; Gellner, 1993; Smith, 1997, 1999 e 2005: 94-112; Renan, 1997; Palti, 2001; Falola, 2001: 3-178; Hobsbawm, 2004; Ichijo e Uzelac, 2005: 9-14; Conversi, 2006; Sá, 2010: 94-97 e Adeleke, 2012.

reclamavam como nacionalistas para a constituição de Estados. Por último, a queda do muro de Berlim e a posterior desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), associadas a uma nova vaga de globalização, reforçou a vontade de uma permanência em nações, ao contrário do que se defendeu por, entre outros, Eric Hobsbawm⁷, de que se viveria o fim das nações⁸.

Numa abordagem *construtivista* (também designada por *instrumentalista*), a nação é imaginada por um grupo social, na qual destaca a elite, e a mesma está em constante mudança, mudando sempre que as circunstâncias mudam (cf. Connor, 2005: 45-46; Conversi, 2012: 16-17). Como afirma Walker Connor (2005: 45-46),

My long term research into the nature of national formation and the development of nationalism in both Europe and Greece has taught me (...) an insurmountable historical fact: (...) national symbols are always people's inventions (...) [and] Identity does not

⁷ Para Hobsbawm, as nações iriam desaparecer com as transformações que o mundo estava a registar nas últimas décadas do século XX, como resultado do fim da Guerra Fria e da nova vaga de globalização. Como afirma: “terá de ser inevitavelmente escrita como a história de um mundo que não mais pode ser contido dentro dos limites de «nações» e «Estados-nações» da forma como estes eram definidos política, económica e culturalmente ou até mesmo a infranacionalidade, quer se revista de algum mininacionalismo ou não, irá reflectir o declínio do antigo Estado-nação como entidade operacional. Verão os «Estados-nações» e «nações», ou grupos étnicos/linguísticos, principalmente em retirada, a resistirem, a adaptarem-se, a serem absorvidos ou deslocados pela nova reestruturação supranacional do globo. (...) Como sugeri, «nação» e «nacionalismo» já não são termos adequados para descrever, muito menos analisar, as entidades políticas descritas como tais ou até mesmo os sentimentos outrora descritos por estas palavras. Não é impossível que o nacionalismo entre em declínio juntamente com os estados-nações” (Hobsbawm, 2004: 180-181). Já Ernest Renan havia afirmado em 1882 que as transformações político-territoriais que estavam a acontecer na Europa, com particular destaque para os impactos provocados pela guerra Franco-Prussiana entre 1870 e 1871, levariam ao fim das nações. Mas o essencial aqui é que, para Renan, as nações têm um princípio e um fim, e surgem para responder aos desafios de uma determinada época, quando afirma que “as nações não são algo eterno. Tiveram um começo, terão um fim. A confederação europeia provavelmente virá substituí-las (...) [mas] no momento presente, a existência de nações é boa e mesmo necessária. Sua existência é a garantia daquela liberdade que se perderia num mundo que tivesse uma lei e um mestre apenas” (Renan, 1997: 174).

⁸ A questão do fim ou permanência das nações é discutida por Michael Mann (1999: 298), quando se refere à nação-estado, ao afirmar que “the nation-state is thus not in any general decline, anywhere. In some ways, it is still maturing”. Para mais detalhes sobre este assunto, consultem-se Smith, 1997, 1999 e 2005: 94-112; Gellner, 1993 e 1998: 5-10; Lazarus, 1999: 70-78; Verdery, 1999; Palti, 2001; Rotberg, 1969; Benot, 1981: 92-95; Falola, 2001: 3-178; Ichijo e Uzelac, 2005: 9-14; Conversi, 2006; Sá, 2010: 94-97 e Adeleke, 2012.

draw its sustenance from facts but from perceptions; not from chronological/factual history but from sentient/felt history.

Com o posicionamento de Walker Connor, é possível perceber que a nação é uma construção que procura responder aos contextos interno e externo a que os seus membros estiverem sujeitos. Os grupos sociais (podendo ser as elites ou as “massas”) recorrem à manipulação de determinados atributos existentes no seu meio para lhes conferir uma feição que seja aceite e partilhada pela comunidade. Com isso os atributos tornam-se símbolos nacionais que possibilitam enformar a nação.

Para a presente dissertação assumo este posicionamento que defende que a nação é uma construção social elaborada por um grupo social em função do contexto interno e externo a que estiver sujeito, distanciando-me das outras abordagens sobre a nação, que resumo de seguida.

A *primordialista* procura defender que a nação é uma entidade objectiva, na qual a pertença por parte dos seus membros se faz por filiação. Ou seja, eles não escolhem se querem ou não pertencer a uma determinada nação, já nascem pertencendo. Mais: mesmo que eles não tenham consciência de pertencer à nação, continuam a ser seus membros. Esta linha de pensamento influenciou a abordagem *sociobiológica*, que defende que a pertença a uma determinada nação se define com base nos laços sanguíneos. Estas abordagens auto-excluem a construtivista. Por seu turno, a abordagem *perennialista* tende a perceber a nação numa perspectiva atemporal, isto é, considera que a nação sempre existiu, podendo ser projectada tanto para o passado quanto para o futuro. Esta abordagem, segundo Anthony Smith, citado por Conversi (2006: 20; sublinhado do original), subdivide-se em duas: “*continuous perennialism* focuses on the continuity of nations over the centuries, indeed millennia; *recurrent perennialism* focuses on the broader recurrence of the nation as a general phenomenon – particular nations «may come and go, but the phenomenon itself is universal»”. Esta perspectiva é contrária ao modernismo enquanto época e ideologia. A diferença entre o primordialismo e o perennialismo é que a primeira reconhece a influência do modernismo e a segunda não (Conversi, 2012: 18, 20). Ou ainda, como afirma Elias Palti (2001: 328) em relação à abordagem primordialista: “it does not reject the possibility of «digesting» elements alien to it; rather it claims that national particularities entail specific conditions of appropriation. What is excluded in the nationalist-genealogical idea is the possibility of adopting foreign elements without first adapting them to the nation's «organic constitution»”.

Por último, considerando as perspectivas teóricas sobre a nação, há que referir o *etnosimbolismo*. Anthony Smith é o responsável pela designação e é o seu principal defensor. Trata-se de uma abordagem que procura olhar para a nação como um fenómeno de continuidade das formas de coesão social entre o pré-moderno e o moderno, ao considerar que a nação tem a sua origem na comunidade étnica pré-moderna, sem ignorar as mudanças trazidas pela modernidade. Esta perspectiva faz com que Sorin Mitu (2005: 8) considere ser uma abordagem que resulta da combinação entre o perenialismo e o modernismo⁹.

Ainda em torno do debate sobre a nação, há que discutir os atributos que permitem que ela seja identificada nos diferentes contextos e manifestações. São vários os atributos que têm servido de referência para se justificar a existência de uma nação. Irei debruçar-me sobre alguns deles, sem pretender ser exaustivo, que têm merecido algum destaque nas discussões sobre nação: a questão da língua, da etnia, do território e do Estado.

A língua, durante muito tempo, foi considerada por diferentes grupos sociais como sendo um elemento de distinção entre “eles” e os “outros”, que, a partir dessa diferenciação, procuravam constituir a sua nação. Esta ideia alimentou vários movimentos nacionalistas que procuraram reivindicar a sua nação com base na língua.

Para Otto Bauer (1999), apesar de a nação se poder associar a uma determinada língua estrangeira, ela continua a preservar os laços sentimentais com a sua língua materna, uma vez que é a língua que permite a transmissão contínua dos valores culturais entre os seus membros. Porém, considera que a importância da língua reside na sua capacidade para comunicar, sendo a cultura o elemento fundamental (enquanto conteúdo) de diferenciação entre as nações, e não a língua¹⁰.

Para Eric Hobsbawm (2004: 5), há uma sobrevalorização da língua na construção das nações, como ilustra através do exemplo da Albânia: “era natural que os pioneiros do

⁹ Em relação a abordagem etnosimbolismo, consultem-se Ichijo e Uzelac, 2005: 51-55, 89-93; Connor, 2005; Smith, 1997, 1999 e 2005: 94-112 e Conversi, 2006 e 2012.

¹⁰ Esta perspectiva defendida por Otto Bauer, em relação ao papel da língua na construção da nação pode ser ilustrada pela seguinte frase: “I can, of course, learn a foreign language without thereby becoming a member of the foreign nation, since the foreign language never subjects me to cultural influences in the same way as the mother tongue. The culture transmitted by the mother tongue influenced my childhood, the years of strongest receptivity, and formed my initial character; all later impressions, so far as they are adopted and adapted to an already existing individuality, undergo a change in the very process of adoption” (Bauer, 1999: 53).

nacionalismo albanês procurassem uma identidade cultural albanesa na língua, uma vez que a religião, e realmente quase tudo o mais na Albânia, parecia mais dividir do que unir”. Situação semelhante viveu-se por quase todo o mundo, como afirma Eric Hobsbawm no seu livro, *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780* (2004): diferentes grupos sociais procuraram perceber a língua na perspectiva de pertença para conseguirem edificar as suas nações. No entanto, Hobsbawm, considera que as línguas não passam de meras construções artificiais que só se tornam *fundamentais* na constituição das nações se forem instrumentalizadas pelas elites letradas através da sua oficialização por via das instituições do Estado, tornando com isso obrigatório o seu uso no sistema nacional de ensino, bem como nos meios de comunicação social e outras instituições.

Benedict Anderson (2012), considera a língua como um veículo pelo qual os membros de uma comunidade partilham os seus atributos de forma inteligível, ao ponto de a nação poder ser imaginada enquanto colectivo. No entanto, rejeita a existência de qualquer carga simbólica por detrás da língua ao ponto de determinar a emergência de uma comunidade imaginada, ao afirmar o seguinte:

É sempre um erro tratar as línguas como alguns ideólogos nacionalistas as tratam – como *emblemas* da qualidade nacional, tal como as bandeiras, os costumes, as danças tradicionais e tudo o resto. A característica mais importante das línguas é a capacidade que têm de gerar comunidades imaginadas, construindo, efectivamente, solidariedades particulares (Anderson, 2012: 176; sublinhado do original).

Uma discussão semelhante também pode ser observada no caso da etnia, quando se procura dar-lhe destaque enquanto atributo importante para a constituição da nação. Anthony Smith (1997, 1999 e 2005) considera que a etnia está na génese da emergência das nações modernas. No entanto, Anthony Smith (1997: 59) e Tharailath Oommen (1994: 27), afirmam que não se pode considerar uma etnia como sendo uma nação, uma vez que, na perspectiva dos autores, a primeira não depende de um território real para existir, basta a crença mítica de pertença a um território de origem comum, enquanto a segunda não pode existir se não reivindicar efectivamente um território para a sua materialização. Por outras palavras, a existência da nação, na sua assunção moderna, associa-se também ao território.

Já para Eric Hobsbawm, a etnia não é suficientemente forte para permitir que se edifique uma nação, a não ser que seja manipulada por um determinado grupo para este fim: “muito poucos movimentos nacionais modernos são realmente baseados numa forte

consciência étnica, embora muitas vezes inventem uma” (Hobsbawm, 2004: 61). A debilidade da etnia nos argumentos da construção da nação fica mais evidente com a Revolução Francesa, porque, com ela, houve “um enfraquecimento dos aspectos étnicos em prol dos aspectos cívicos” (Bader, 2008: 112), tornando a etnia num atributo irrelevante para a edificação da nação. Este foi o caso da França, que exaltou os atributos cívicos como fundamentais para edificação da sua nação.

No entanto, uma perspectiva contrária a Eric Hobsbawm em relação à etnia é defendida por Liisa Laakso e Adebayo O. Olukoshi no artigo “The crisis of the post-colonial nation-state project in Africa” (1996), ao afirmarem que a etnia pode ser uma nação, desde que ela seja entendida como uma “comunidade imaginada”, conceito desenvolvido por Benedict Anderson, que não considera imperioso que todos os membros da nação se conheçam para ela existir, desde que esses membros partilhem atributos que possibilitem que ela seja imaginada como uma comunidade coesa. Essa partilha é feita através dos meios de comunicação social, o que permite alcançar todos os seus membros, e pode ser observada através do sentimento de solidariedade e lealdade entre os seus membros, incluindo o sacrifício voluntário da vida de alguns deles pelo bem-estar da nação (Laakso e Olukoshi, 1996: 31-32).

Esta perspectiva distingue-se das teses apresentadas anteriormente, por transcender os limites territoriais que enformam as análises sobre a nação, bem como por não olhar para as questões étnicas de forma negativa, isto é, não as vêem como um obstáculo no processo de construção da nação em África, principalmente, porque a etnia faz parte dos pilares de representação identitária: ”for, ethnic identities (...) can, and do many times, carry important mental and asthetic loads which give dignity to people and communities and that need a public space in which to be expressed in context where such space was previously denied” (Laakso e Olukoshi, 1996: 29).

Esta perspectiva, sobretudo em relação à importância das identidades étnicas, torna-se relevante na análise do processo de construção da nação em África no período imediatamente a seguir às independências. Como afirma Toyin Falola (2001: 117), os grupos étnicos apropriaram-se da história, da identidade e da língua colectiva para reivindicarem um determinado território onde pretendiam constituir uma nova nação com uma feição étnica. Esta situação, segundo Falola, foi responsável por conflitos que surgiram em África após as independências, com a rejeição por parte de alguns grupos da ideia de nação que o Estado procurava construir a partir das fronteiras definidas pelos

colonizadores, bem como pelo sentimento de marginalização que alguns grupos étnicos sentiram no acesso ao poder, tanto político como económico.

O território tem sido entendido como uma das questões fundamentais para se construir a nação, uma vez que o processo da sua construção passa pela reivindicação do território por parte dos movimentos nacionalistas. Esta reivindicação tem sido feita através da construção (e até invenção) de uma história da comunidade estritamente associada ao território, como sendo a sua terra de origem, de forma a justificar e legitimar essa reclamação (Smith, 1997: 23-24, 59; 2005: 102).

Para além da questão histórica assumida e defendida pelos movimentos nacionalistas nas suas reivindicações territoriais, há que ter em atenção que a ideia de unidade também está associada a esta reivindicação. Ou seja, os movimentos nacionalistas defendem que os territórios por eles reivindicados devem ser indivisíveis, englobando os diferentes grupos étnicos existentes dentro deste território com fronteiras bem delimitadas, sem com isso significar a exclusão dos membros que se encontram na diáspora (Smith, 1997: 59-60, 99-100, 2005: 102; Sá, 2010: 84).

A nível do continente africano, este processo de reivindicação do território levado a cabo pelos movimentos nacionalistas e independentistas reclamou os territórios que resultaram da delimitação de fronteiras na Conferência de Berlim, entre 1884-1885. Mas com a conquista das independências observou-se um clima de instabilidade em alguns países, como, por exemplo, a Nigéria, o Burundi, o Ruanda e o Sudão, devido à rejeição destas fronteiras coloniais por parte de alguns grupos étnicos, ao considerarem que não respeitavam a divisão etnolinguística e política do período anterior à colonização. Esta situação levou a Organização da Unidade Africana (OUA) a defender o respeito pelas fronteiras coloniais como fronteiras do Estado como forma de evitar conflitos (Falola, 2001: 108, 111; Crawford Young, 2008: 22-24).

Para o caso em estudo nesta dissertação, é importante considerar o Estado como plataforma de construção da nação. Nesta perspectiva, Eric Hobsbawm (2004) defende que antes de existir o nacionalismo e a nação deve existir o Estado, que é a entidade que os movimentos nacionalistas lutam para conquistar e controlar, para edificar a sua ideia de nação através das instituições estatais. Tharailath Oommen (1994: 7-8) afirma que a necessidade de a nação ter um Estado é fundamental, por permitir que a identidade cultural seja preservada e protegida. Por outras palavras, é por via do Estado que os nacionalistas conseguem operacionalizar o seu projecto de nação recorrendo a vários instrumentos estatais, como, por exemplo, o controlo do sistema de educação e da

imprensa na disseminação da ideologia nacionalista, ou até mesmo o uso de meios coercivos, na tentativa de fazer edificar a nação¹¹.

Por conseguinte, reforçando a tese de que a nação é um fenómeno moderno, é importante esclarecer que a busca dos nacionalistas pelo Estado enquanto principal veículo para construção da nação inicia-se com a Revolução Francesa, tal como afirma Ernest Renan, citado por Hobsbawm (2004: 97; sublinhado do original):

Uma vez atingido um certo grau de desenvolvimento europeu, as comunidades linguísticas e culturais de indivíduos, tendo amadurecido silenciosamente ao longo dos séculos, emergem do mundo da existência passiva como povos (*passiver Volkheit*). Adquirem consciência de si próprias como força com um destino histórico. Exigem o controlo do Estado, como o mais poderoso instrumento de poder disponível, e lutam pela sua autodeterminação política. 1789, o ano da Revolução Francesa, marca o aniversário da ideia política de nação e o ano do nascimento desta consciência.

Este processo veio dar lugar a dois modelos de nação associados ao Estado, a nação-estado e o estado-nação. Em relação à primeira, trata-se de casos onde já existia uma nação de cariz cultural que precisava do Estado para se proteger e perpetuar, como, por exemplo, a Alemanha. Enquanto a segunda se refere a casos em que já existia um Estado, mas que precisava de edificar uma nação para se legitimar junto do seu povo, como por exemplo a França, a Inglaterra e a Itália, e todas as ex-colónias europeias em África. Em ambos os casos emergiram nações cívicas¹².

As nações cívicas são entidades que se edificaram sobre pilares defendidos pelo Estado através das suas diversas instituições. Essas instituições procuravam, mesmo que de forma aparente (ou sem passar de intenção) garantir a existência de igualdade entre os membros da nação. Isto é, todos os seus membros deveriam ter os mesmos direitos e deveres na interacção entre si, bem como com a nação. Nesse sentido o Estado tornava-se responsável por garantir a estabilidade e a continuação dessas relações no imaginário da nação, recorrendo para tal tanto a instrumentos legais como aos simbólicos com poder para salvaguardar a perpetuação dessa nação (cf. Smith, 1997: 24-28 e 128-154).

No entanto, apesar destes e de outros atributos passíveis de identificação em função dos contextos e suas respectivas manifestações, a nação é uma construção social e

¹¹ Sobre a importância das instituições estatais no processo de construção da nação, ver Gellner, 1993: 59; Verdery, 1999; Falola, 2001: 118-119; Dawisha, 2002: 20; Hobsbawm, 2004: 87, 136 e Anderson, 2012.

¹² Em relação a este assunto, consultem-se Rejai e Enloe, 1969; Dawisha, 2002; Hobsbawm, 2004 e Breuilly, 2005.

histórica, resultado de uma combinação de factores internos e externos, programados e/ou acidentais em busca – por parte de um determinado grupo social – de um objectivo em comum. Ou seja, com isso posso afirmar que uma nação existe dentro de determinados padrões enquanto os seus membros assim o desejarem, ou ainda¹³:

Enquanto puder provar sua força através dos sacrifícios que exigem a abdicação dos indivíduos em prol da comunidade, essa consciência moral será legítima, terá o direito de existir. Se surgirem dúvidas quanto as suas fronteiras, consultem as populações envolvidas – elas têm bem o direito de ter uma voz na questão (Renan, 1997: 175).

Por último, em torno do debate sobre as origens, desenvolvimento e os atributos que constituem a nação, existe uma outra discussão, que é a questão dos agentes responsáveis pela sua construção. Há uma grande discussão se são as elites ou as “massas” as responsáveis pela edificação da nação. No entanto, há que considerar ambos os grupos e as dialécticas entre eles para analisar essa edificação. Dito de outra forma, as ideias, os sentimentos nacionalistas que levam um determinado grupo a reivindicar uma nação, brotam das “massas”, mas estas podem ser exploradas, instrumentalizadas e tornadas visíveis pelas elites, tanto políticas como intelectuais. Este tema será explorado no ponto seguinte, no qual procurarei mostrar que as elites têm um papel preponderante na construção da nação em diferentes contextos.

Atendendo ao contexto em análise nesta dissertação, e considerando o exposto anteriormente adopto a definição de nação de Benedict Anderson (2012: 25): “é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo que como intrinsecamente limitada e soberana”. E imaginada “porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”.

¹³ Para mais subsídios sobre a influência do contexto na construção da nação, consulte-se Verdery (1999). Neste artigo, a autora procura chamar a atenção para a necessidade de se ter sempre o cuidado de considerar o contexto e o tempo ao estudar qualquer que seja a nação, porque tanto o contexto como o tempo têm uma influência directa sobre a emergência da nação. Como afirma Ana Lúcia Sá (2010: 94): “cada nacionalismo [e a respectiva nação] é, então, um projecto histórico e social particular”.

As elites e o processo de construção do nacionalismo e da nação

Em termos históricos, considera-se que o nacionalismo é uma construção moderna que teve a Europa como ponto de emergência e irradiação para outros contextos, como o asiático, africano e sul-americano. Esta propagação resulta da expansão do ensino para as colónias, possibilitando a emergência de uma elite urbana que se apropria dos ideais nacionalistas europeus para desenvolver os seus nacionalismos¹⁴.

O nacionalismo pode ser entendido como uma manifestação político-social existente em diferentes contextos e épocas de reivindicação da ideia de nação por parte de movimentos constituídos por elites e pelas “massas”. Como afirmam Mustafa Rejai e Cynthia Enloe (1969: 141), nacionalismo é “an awareness of membership in a nation (potential or actual), together with a desire to achieve, maintain, and perpetuate the identity, integrity, and prosperity of that nation”.

Apesar de ser um fenómeno que pode ser liderado e vivido tanto pelas elites como pelas “massas”, neste subcapítulo irei focar-me no papel das elites nos movimentos nacionalistas.

As elites são agentes com papel de destaque no processo de construção da nação por via do nacionalismo, tanto em Moçambique como em outras partes do mundo. Segundo Joseph Whitemeyer (2002: 322), uma elite é composta por

People with attributes that lead them to be ranked higher and accorded more prestige and respect than ordinary people. These attributes include being politically or administratively powerful, being rich or propertied, having a title or high official rank, being well-educated, being a star, and so forth (...) for example speaking of political elites, economic or business elites, religious elites, and intellectual elites, or, along a different dimension, state, regional, and local elites.

Portanto, é através dos recursos referidos nesta citação (políticos, intelectuais, económicos e religiosos), que esta categoria social procura influenciar e liderar as “massas” salvaguardando e/ou reproduzindo a sua condição social. As elites procuraram mobilizar as “massas” em diferentes contextos e épocas para juntamente, mas sob sua liderança, reivindicar as suas nações através dos movimentos nacionalistas e independentistas.

¹⁴ Sobre a origem e desenvolvimento do nacionalismo, consultem-se Smith, 1997: 135-138; Anderson, 2012; Falola, 2001 e Breuilly, 2006.

As “massas” são o grupo social susceptível de manipulação por parte das diferentes elites para o alcance dos seus interesses. O que pode ser resumida nas palavras de Pepetela (2002: 151), “as massas (...) pobres massas, sempre amassadas. Massas de tomate! Manipuladas por todos. Como sempre na história”. No entanto, não se pode reduzir a importância das “massas”, na sua relação com as elites, uma vez que as elites precisam das “massas” para se perpetuar enquanto categoria social.

No que concerne à relação entre as “massas” e as elites, Francisco Falcon, no seu artigo “O povo brasileiro: ensaio historiográfico” (2000), e Pierre Bourdieu, no seu artigo “O campo político” (2011), apesar de não usarem o termo “massas”, analisam a forma como as elites (em particular a política) constroem as suas relações com outros grupos sociais distintos e a importância que esses grupos representam para as elites. Francisco Falcon procura analisar como é que o termo “povo” é aplicado pelas diferentes elites brasileiras, com destaque para a política, na sua interacção com o “povo brasileiro”. Com esta análise, o autor considera que este termo é aplicado em função do contexto em que as elites pretendem influenciar, o que o torna vago. Pierre Bourdieu, na sua análise sobre o “campo político”, considera que as elites políticas, para se manterem enquanto categoria social, estão dependentes das outras categorias sociais. Esta dependência observa-se de forma acentuada durante os pleitos eleitorais, uma vez que o voto confere poder aos eleitores para influenciar a perpetuação das elites políticas.

Apesar da relevância do papel das elites no processo de construção da nação, existem algumas divergências quanto à sua tipologia e ao seu papel na construção do nacionalismo e da conseqüente nação. Para ilustrar estas divergências, irei recorrer aos estudos de Joseph Whitmeyer (2002), Daniele Conversi (2006) e John Lonsdale (1968a e 1968b)¹⁵.

Joseph Whitmeyer, no seu artigo “Elites and popular nationalism” (2002), analisa alguns casos sobre a emergência do nacionalismo e procura perceber efectivamente o papel das elites nesses contextos, com destaque para África, onde analisa o caso de Julius Nyerere que tentou unir os povos do Quênia, Zanzibar, Tanganhica e Uganda. Para o caso europeu usa os exemplos de Espanha, França, Jugoslávia e outros, recorrendo ao caso do

¹⁵ Para mais subsídios sobre o debate em torno do papel das elites no processo de construção do nacionalismo e a respectiva nação, consultem-se Rejai e Enloe, 1969; Benot, 1981: 14-22; Gellner, 1993; Cahen, 1993, 1996 e 2005; Macamo, 1996; Smith, 1997; Mkandawire, 1999; Lazarus, 1999: cap. II; Falola, 2001; Dawisha, 2002; Hobsbawm, 2004; Connor, 2005 e Breuilly, 2005.

Iémen para a Ásia. Com o estudo, Whitmeyer chega a duas conclusões: na primeira, considera que a maioria dos estudos que dão muita primazia às elites têm ignorado os exemplos de fracasso das mesmas na construção do nacionalismo; enquanto que na segunda, em resultado da primeira constatação, afirma que as elites não são suficientes para construir o nacionalismo. Contudo, reconhece que as elites são influentes no processo de construção do nacionalismo, na medida em que conseguem organizar, elaborar e disseminar as ideias que já existiam no seio das “massas” em ideais nacionalistas. Daniel Conversi, no artigo “Mapping the field: theories of nationalism and the ethnosymbolic approach” (2006), reduz o papel das elites intelectuais na construção do nacionalismo, por considerar que elas não detêm o controlo dos meios de comunicação social, que são os responsáveis pela disseminação das ideias que podem permitir a construção de uma consciência nacionalista. Associada à rejeição do papel das elites intelectuais, encontram-se contextos onde as ideologias nacionalistas foram construídas por regimes militares que, em vez de terem as elites como suas aliadas, tinham-nas como um alvo a abater. Conversi defende que, mais do que as elites intelectuais, são as elites políticas que desempenham um papel fundamental na construção e disseminação da consciência nacionalista, porque têm o controlo dos meios de comunicação social.

John Lonsdale, no seu artigo “The emergence of African nations a historiographical analysis” (1968a), apesar de reconhecer o papel das elites tanto intelectuais como políticas, realça o papel das “massas”, com destaque para os camponeses e operários urbanos, no processo de edificação da nação em África, particularmente para o caso do Quênia, Uganda e Tanganhica. Entretanto, considera que a acção isolada de cada um destes grupos não é suficiente para levar a cabo um movimento nacionalista, ao afirmar o seguinte:

An intellectual elite may conceive the idea of a future nation but do no more to hasten its birth than engage in wordy debate with their alien rulers. A political leadership may coordinate mass grievances towards the objective of ethnic secession rather than national integration. The diffuse frustrations of urban workers or peasants may produce violent demonstrations to no apparent political end (Lonsdale, 1968a: 11).

Como se percebe, John Lonsdale considera que só se pode constituir um movimento nacionalista se o mesmo tiver a participação conjunta dos três grupos: os intelectuais, os líderes políticos, os camponeses e operários urbanos.

Não obstante o reconhecimento da necessidade da interação entre estes três grupos sociais na construção do nacionalismo, John Lonsdale, num outro artigo, “Some origins of nationalism in East Africa” (1968b), procura perceber o papel dos camponeses no desenvolvimento do nacionalismo no Quênia, Uganda e Tanganhica (mesmo caso de estudo do artigo acima referido). Neste artigo, Lonsdale defende que, mais do que as elites políticas e intelectuais, foram os camponeses os responsáveis pela emergência dos movimentos nacionalistas nestes países. No entanto, apesar do papel preponderante dos camponeses no surgimento dos movimentos nacionalistas nestes contextos, Lonsdale considera que as elites continuaram a merecer destaque pela capacidade que tiveram na coordenação dos movimentos nacionalistas.

Considero que o destaque que cada um dos agentes – neste caso, de um lado as elites e do outro as “massas” – têm na construção do nacionalismo e da consequente nação não deve ser analisado fora do seu contexto. É o que Mustafa Rejai e Cynthia H. Enloe (1969), procuram explicar no seu artigo “Nation-state and state-nation”, ao considerarem que, nos casos de nação-estado, primeiro foi construída a consciência nacional e depois o Estado, e que se está diante de um processo que foi liderado pelas “massas”. Mas, se acontecer o inverso, no sentido de primeiro se criar o Estado e depois a nação, ou seja, o estado-nação, o processo foi liderado pelas elites, que, através do controlo do Estado, procuraram construir a nação segundo os seus ideais¹⁶.

Nação e nacionalismo em Moçambique: diferentes abordagens de nação e um olhar histórico sobre o papel das elites

Os estudos sobre nação e nacionalismo em Moçambique consultados para a presente dissertação incidem, na sua maioria, sobre quatro abordagens.

A primeira, da autoria de Michel Cahen (1990, 1993, 1996 e 2005), considera que em Moçambique não existe nação devido à diversidade etnolinguística que caracteriza o país, ao ponto de ainda não permitir a identificação de um elemento que seja comum a todo o moçambicano. Associadas a esta consideração estão duas questões: (i) o facto de Moçambique ser um país considerado jovem (independente desde 1975) que ainda não conseguiu consolidar uma consciência nacional que possa permitir a constituição de uma

¹⁶ Para mais detalhes sobre a influência do contexto na construção da nação, consulte-se Verdery, 1999.

nação; (ii) pelo facto do nacionalismo moçambicano ter sido liderado pelas elites e imposta às “massas”, estando as primeiras preocupadas em alcançar o poder para salvaguarda do seu estatuto e não para servir as “massas”.

A segunda abordagem, defendida por Elísio Macamo (1996), é uma resposta à primeira, que rejeita. Para Macamo, não é o facto de Moçambique ser um país jovem caracterizado pela diversidade etnolinguística, ter um nacionalismo liderado pelas elites ou ainda por a nação ter sido imposta por essa categoria social que se retira o estatuto de nação a Moçambique. Nessa contraposição, Macamo constrói o seu argumento com recurso à ideia de nação elaborada por Ernest Renan de “plebiscito diário”, ao considerar que os moçambicanos constroem a nação através da sua interacção diária e sob liderança da elite, sem que haja imposição.

A terceira abordagem, da autoria de Severino Ngoenha (1998), apesar de reconhecer a existência da diversidade etnolinguística entre os moçambicanos e de defender o seu respeito e preservação, considera que Moçambique pode ser tido como nação, se esta for entendida a partir de atributos socioeconómicos, no sentido de existir uma solidariedade efectivada através da partilha por igual das riquezas existentes no país entre todos os moçambicanos. Esta abordagem diferentemente das duas primeiras, não constrói o seu argumento rejeitando outras teses, mas sim com base numa análise histórica em que procura perceber a influência das transformações políticas, sociais e económicas que ocorreram em Moçambique de forma a possibilitar a emergência da nação. Ainda é possível perceber que esta abordagem considera que a nação moçambicana é construída a partir da interacção entre as elites e as “massas”. Entretanto, distingue o papel de cada uma delas nesse processo, ao considerar que os sentimentos vêm das “massas”, mas que são estruturados e coordenados pelas elites.

Por fim, a quarta abordagem, defendida por Pedro Borges Graça (2005), baseia-se na ideia de “ambivalência cultural”, sendo o processo de construção da nação moçambicana resultado da combinação entre as lógicas culturais do colonialismo português e as dinâmicas internas de Moçambique (tanto tradicional das populações como o moderno implementado pela Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo, enquanto governo).

Na presente dissertação, não irei concentrar a minha discussão na análise das diferentes abordagens, mas vou recorrer aos diferentes pontos que elas apresentam para sustentar as ideias que me proponho a analisar em função da definição de nação (apresentada no ponto anterior) que adopto para o estudo de caso.

Em relação à definição de nação adoptada na presente dissertação, que se baseia na ideia de “comunidade imaginada”, considero que os elementos de comunhão para o caso de Moçambique são os atributos sociais e económicos, que foram elaborados e disseminados pela elite política. Desde a formação da Frelimo até aos dias de hoje, é possível observar a presença constante da questão da luta contra a pobreza nos discursos das elites políticas, o que demonstra essa preocupação em mobilizar os moçambicanos para essa luta, enquanto objectivo colectivo¹⁷. É nesse esforço do moçambicano combater a pobreza (de diferentes formas) e com isso melhorar a sua condição de vida, sempre com referência a Moçambique como o seu espaço privilegiado de representação identitária, que se vai enformando o imaginário da nação moçambicana. Como afirmam Mustafa Rejai e Cynthia H. Enloe (1969: 154), os projectos de desenvolvimento económico em países em desenvolvimento caracterizados por uma diversidade étnico-cultural têm sido fundamentais para o desenvolvimento de um sentimento de comunhão entre a população ao ponto de poder influenciar a emergência de uma identidade nacional¹⁸.

Para Michel Cahen (1996 e 2005), só é possível conceber a nação na *longue durée*, ao considerar que Moçambique ainda não é uma nação por ser um Estado jovem e, como tal, ainda não tem a consciência nacional cristalizada no seio dos moçambicanos. Também rejeita a existência de nação porque considera que esse processo foi liderado pelas elites que são uma minoria, em vez das “massas”:

La petite élite du Sud allait imaginer le pays à son image: un État universaliste, moderne, libéré du mode de production domestique du paysannat; un rôle économique central pour l'État, lieu de sa reproduction sociale; une méfiance malade envers toutes les manifestations du mouvement social urbain et rural qu'elle ne contrôle pas (Cahen, 1996: 243-244).

Com isso, Cahen (1993: 259-260; 1996: 376) justifica o fracasso da Frelimo na construção da nação moçambicana, sustentando essa tese com recurso ao exemplo do surgimento da Renamo (Resistência Nacional de Moçambique), como um movimento de rejeição da Frelimo. Esta rejeição foi manifestada por via armada na guerra civil que durou dezasseis anos, entre 1976 e 1992.

¹⁷ Essa questão será desenvolvida no capítulo que se segue, em que procuro analisar a ideia de nação presente nos discursos políticos de Guebuza enquanto Presidente da República de Moçambique.

¹⁸ Sobre o combate à pobreza enquanto objecto de mobilização dos moçambicanos, ver Mondlane, 1995; Chichava, 2009 e Brito, 2009.

A Renamo foi criada em 1976, com o apoio, por um lado, do regime segregacionista da Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) liderado por Ian Smith e, por outro, de alguns portugueses, como Jorge Jardim, Evo Fernandes e Orlando Cristina, e alguns moçambicanos, com destaque para André Matsangaissa, que foi o primeiro líder do movimento até à sua morte em 1979, sendo substituído por Afonso Dhlakama, que lidera a Renamo até ao momento.

Existem duas abordagens que procuram explicar o surgimento e desenvolvimento da Renamo. A primeira concentra a sua análise nos factores externos para justificar a existência do movimento. Para tal, esta abordagem apoia-se na ajuda que o movimento recebia da Rodésia e da África Sul desde a sua fundação em 1976. É com base nesta perspectiva que essa guerra é designada por “guerra de destabilização” movida por interesses externos. A segunda incide sobre as dinâmicas internas de Moçambique, em que se destacam as bolsas de apoio que a Renamo recebia dos moçambicanos, principalmente das zonas rurais do país, em resultado do fracasso das políticas implementadas pela Frelimo, perspectiva que lhe confere a designação de “guerra civil”¹⁹.

Parece-me que Cahen (1993 e 1996), ao considerar a Renamo um indicador de fracasso do nacionalismo em Moçambique, se apoia na segunda abordagem que

¹⁹ Num primeiro momento, desde a sua génese em 1976 até 1980, a Renamo, sob liderança de André Matsangaissa, recebia o apoio do regime de Ian Smith, mas com a independência do Zimbabwe em 1980, o movimento passou a receber o apoio do Regime do Apartheid da África do Sul. O apoio do regime do Apartheid terminou oficialmente em Março de 1984, com a assinatura do Acordo de Nkomati, também conhecido por “Tratado de Não-Agressão e Boa Vizinhança”. Neste acordo, a África do Sul, representado pelo Primeiro-Ministro P. W. Botha, comprometia-se em não apoiar a Renamo e o governo de Moçambique, representado pelo Presidente da República, Samora Moisés Machel, comprometia-se em parar de prestar ajuda ao African National Congress (Congresso Nacional Africano) (ANC) da África do Sul. Ambos os apoios (Ian Smith e Apartheid) tinham como objectivo penalizar Moçambique através da destabilização económica, social e política, pelo facto de a Frelimo ter prestado apoio tanto à Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (União Nacional Africana do Zimbabwe – Frente Patriótica) (ZANU-PF), como ao ANC. A segunda abordagem que explica o surgimento e desenvolvimento da Renamo ganha muita expressão a partir dos princípios da década de 1980, após a instalação das bases da Renamo em Moçambique, com a ajuda do regime do Apartheid. Não obstante o facto de ambas as abordagens possuírem elementos que permitam sustentar os seus argumentos, isoladamente elas não conseguem explicar a guerra na sua totalidade, havendo com isso necessidade de as cruzar para uma melhor compreensão da guerra que assolou Moçambique entre 1976 e 1992 (cf. Davies e O'Meara, 1985; Metz, 1986; Tom Young, 1990; Borges Coelho, 2009).

considera que as dinâmicas internas foram determinantes para o desenvolvimento (diferentemente de eclosão) da guerra. Ao ser o caso, concordo com este posicionamento, mas no lugar de *fracasso* prefiro considerar que essa guerra *abrandou* o processo de construção da nação moçambicana, na medida em que dividiu o país, dificultando com isso a comunicação entre os moçambicanos e prejudicando a sua estabilidade económica, social e política. Estes elementos são fundamentais para a construção da maioria das nações, incluindo a moçambicana, porque, por um lado, a comunicação é importante por possibilitar a interacção entre os seus membros ao ponto de se consolidar o imaginário da nação dentro das fronteiras do país enquanto entidade indivisível e espaço privilegiado de representação identitária nacional. Por outro, porque a estabilidade económica, política e social enquanto atributos a serem alcançados pelos seus membros podem possibilitar aos mesmos, nas palavras de Smith (1997: 150), “[elaborar uma] identificação com a nação abstracta, mas emocionalmente muito concreta”, uma vez que poderão ver os seus anseios realizados enquanto membros pertencentes dessa nação²⁰.

A promessa de desenvolvimento socioeconómico das populações dentro de um território tido como entidade coesa é relevante para edificar a ideia de nação. Mas uma vez fracassado o alcance de melhores condições de vida, os moçambicanos revoltaram-se contra a Frelimo, reivindicando essa promessa que se mostrava cada vez mais distante de se alcançar. Daí o surgimento de algumas bolsas de apoio à Renamo durante a guerra (Lundin, 1995; Ngoenha, 1998; Florêncio, 2008 Macagno, 2009).

Retomando a questão da *longue durée* como elemento fundamental no processo de construção da nação moçambicana (cf. Cahen, 1996 e 2005), considero que mais importante do que a *longue durée* na construção da nação é a capacidade que a elite tem em manipular e – se for o caso – inventar o conteúdo da informação, capacidade esta que se associa a um sistema eficiente para disseminar a informação, fazendo com que a mesma seja compreendida por todos os membros. Estamos no domínio da comunicação e da comunicabilidade, a que Benedict Anderson (2012) chamou de “capitalismo de imprensa”²¹.

²⁰ Em relação à importância da comunicação na construção da nação, ver Anderson, 2012; e para o desenvolvimento, consultem-se Hailey 1937; Mkandawire, 1993 e Falola, 2001: cap. III. Sobre a coesão do território enquanto espaço indivisível para se edificar uma nação, ver Smith, 1997; Crawford Young, 2008 e Falola, 2001: 108 e 111.

²¹ A comunicação social, particularmente a imprensa, também desempenhou um papel relevante para o surgimento do nacionalismo em outros contextos africanos, como afirma Toyin Falola

Em relação a esta questão, podemos observar a forma com que a Frelimo procurou controlar a comunicação social logo que ascendeu ao poder em 1975, neste caso, ao controlo do Estado (cf. Seleti, 1997; Namburete, 2003; Chichava e Pohlmann, 2010). Como afirma Yonah Seleti (1997: 54),

At the time of independence, Frelimo realised that radio had a key role to play in consolidating national unity and reconciliation. Of all the Mozambican media, only the radio came near to reaching the majority of the people. They also thought that the print media had a very small print-run and could not be an effective channel of reaching out to the povo. With this understanding in mind, Frelimo nationalised the colonial broadcasting facilities and created Radio Mozambique in 1975. This radio station was explicitly intended to carry out guidelines set out by the Ministry of Information. By all intents, Rádio Mozambique became an instrument of the State and of the ruling Frelimo party. The State also controlled two newspapers, the Notícias in Maputo and the Diário de Moçambique in Beira.

É possível perceber que a Frelimo tinha consciência de que a implementação do seu projecto de nação estava muito dependente do controlo que teria sobre os meios de comunicação social existentes no país. Associado ao esforço de controlar a comunicação social, a Frelimo encerrou alguns órgãos que eram considerados hostis ao seu projecto de nação, como, por exemplo, a Rádio Clube de Moçambique, a Rádio Pax e o emissor Aero clube da Beira²².

(2001: 107-107), “in articulating the various forms of nationalism, the intelligentsia developed the agencies best known to it: writing and mobilization. Where the operation of the popular press was allowed, the media became the ultimate expression of nationalism” e continua afirmando “where the Western education was developed, it produced leaders and followers who could buy and read newspaper, listen to political speeches, and work at the grassroots level. Where the spread of education was slow, there was a corresponding delay in nationalist activities, as in the case of Portuguese and French colonies”. Em relação a esta questão, consultem-se Rejai e Enloe, 1969; Gellner 1993; Smith, 1997; Falola, 2001: 105-108; Hobsbawm, 2004; Connor, 2005; Conversi, 2006 e Anderson, 2012.

²² Para mais detalhes sobre a importância que os meios de comunicação social tinham para a Frelimo logo após a independência, consulte-se o discurso de Samora Machel, “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução”. Discurso proferido na cerimónia de abertura do I Seminário Nacional da Informação, realizado em Maputo, de 12 a 15 de Setembro de 1977. Neste discurso, Samora Machel procura definir a postura que a comunicação social moçambicana deveria adoptar para auxiliar na construção de uma identidade nacional que se opusesse ao colonialismo: “a Informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem Novo e só pode fazê-lo se os trabalhadores da Informação se engajarem na sua própria transformação, assumindo ao nível das ideias, do trabalho, da vida e do comportamento os valores novos” (Machel, 1978: 8).

Os órgãos de comunicação social são importantes no contexto do nacionalismo, na medida em que possibilitam a transmissão de mensagens que possam contribuir para o desenvolvimento e partilha de atributos que se podem tornar comuns por parte dos membros da comunidade. Tanto em Moçambique como em outros contextos, essas mensagens eram elaboradas tendo como base a promessa do desenvolvimento social e económico para as suas populações²³.

A questão do desenvolvimento social e económico, segundo Luís de Brito (1991), foi determinante no nacionalismo moçambicano. Apesar de existir uma diferença entre a ambição das “massas” e a das elites da Frelimo, ambas tinham um inimigo em comum [e até mesmo directo e imediato, como afirma Yves Benot (1981: 23) quando se refere às lutas anticoloniais em África] na época antes da independência: o colonizador. Tanto as “massas” como as elites estavam interessadas em expulsar o colonizador para recuperar os recursos existentes em Moçambique com o objectivo de melhorar as suas condições de vida. A motivação de ambas as partes era política, económica e social.

Neste sentido, é central considerar a época colonial para a análise da nação em Moçambique, o que irei fazer de seguida, analisando o surgimento da consciência nacionalista e o papel das elites intelectuais neste processo, com destaque para os movimentos associativos e para os primeiros partidos nacionalistas em Moçambique.

No contexto colonial, para se considerarem as elites em Moçambique é necessário compreender quem eram os “assimilados”. Trata-se de uma categoria social criada com base no racismo colonial, constituída por negros, com mais de 18 de anos de idade e que tinham um emprego formal, sabiam ler e escrever português e que demonstravam ter cortado o vínculo com as suas origens, ou seja, eram considerados “destribalizados” pelo regime colonial. Estas características tornavam-nos numa elite, se comparada com os outros negros que não sabiam ler nem escrever em português. Foi uma categoria criada pelo regime colonial para conferir o estatuto jurídico de cidadão português a esses

²³ Entretanto, a relação entre a emergência do nacionalismo e a necessidade de desenvolvimento económico e social das pessoas, não se restringe ao continente africano, a mesma combinação, pode ser observada em diferentes contextos. Como afirma Mkandawire (1999: 13) “the nationalist project and, in a sense, a corollary to the «nation-building» agenda, was «economic development». Such a link between nationalism and development was not, of course, exclusive to Africa” e conclui afirmando o seguinte: “It is quite clear from nationalist historiography that development – the eradication of the «unholy trinity of ignorance, poverty and disease» – was a central component of the nationalist agenda”. Para mais detalhes sobre este assunto, consultem-se Falola, 2001: cap. III e Hailey 1937.

indivíduos, no entanto, socialmente os mesmos continuavam a ser encarados como inferiores aos brancos²⁴. Foi esta distinção que, segundo Luís de Brito (1991: 85-86), motivou a reivindicação dos assimilados contra o colonialismo português, diferentemente das “massas” que, nas suas reivindicações, estavam fundamentalmente preocupadas com a reconquista da terra como principal instrumento de garantia de seu bem-estar. Esta situação fez com que Cahen (1993 e 1996) defendesse que, mais do que os interesses das “massas”, os assimilados, enquanto líderes da Frelimo, estavam preocupados com o seu bem-estar, ao expulsar os colonizadores para ocupar os lugares que seriam abandonados. Acrescenta ainda que essas elites não tinham interesse em mudar o sistema vigente, mas sim em reproduzi-lo com o objectivo de salvaguardar os seus interesses políticos, económicos e sociais²⁵.

Não obstante o reconhecimento da existência de motivações distintas entre as “massas” e as elites no processo de edificação da nação moçambicana, considero que a interação entre os dois grupos possibilitou a edificação de um nacionalismo com capacidade para construir a nação moçambicana, sobretudo se entendermos nação como “comunidade imaginada” (Anderson, 2012) ou como “comunidade de destino” (Bauer, 1999). O atributo comum imaginado pelos moçambicanos era a melhoria das suas condições de vida dentro das fronteiras nacionais, por via da expulsão dos colonizadores. Mesmo sem haver um conhecimento de todos aqueles que estavam a lutar para a expulsão do regime colonial, essa vontade estava presente entre os moçambicanos.

Para Moçambique como “comunidade de destino”, o sofrimento e a vontade de liberdade política e de prosperidade socioeconómica dos moçambicanos através do alcance da independência nacional, eram aspirações comuns e factores de mobilização.

Nas palavras de Eduardo Mondlane podemos ver a ideia de Moçambique como “comunidade imaginada” e como “comunidade de destino”:

Como todo nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa

²⁴ Sobre os assimilados, consulte-se Cabaço, 2007: 162-209.

²⁵ A mesma questão é observada em outros contextos africanos, principalmente no período após as independências. Como afirmam Thandika Mkandawire (1999); Neil Lazarus (1999: cap. II) e Toyin Falola (2001: cap. III), com as independências em África, ao invés de os líderes políticos africanos preocuparem-se com o desenvolvimento das suas nações, eles foram erguendo sistemas de exploração e opressão das “massas”, como se de uma reprodução do colonialismo se tratasse.

comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que deu origem a comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial (Mondlane, 1995: 87).

Como se percebe, não é necessariamente o perfil do grupo que define o sucesso de um projecto de edificação de nação, mas sim a capacidade que o atributo exaltado pelo grupo que lidera o processo tem para mobilizar toda a comunidade a se unir numa única causa – a edificação da nação. É neste sentido que me distancio da tese de Michel Cahen (1993, 1996 e 2005), de que Moçambique não é uma nação porque o processo foi liderado pelas elites. Não obstante, insisto que este processo tem sido melhor liderado pelas elites, tanto intelectuais como políticas, pelo facto de elas terem maior “skills (...) in articulating in coherent form the aspirations of their countrymen and – women” (Mkandawire, 1999: 10). Ou ainda como afirma Yves Benot (1981: 17) as transformações que ocorrem no mundo não são resultado do acaso, elas são na sua maioria consequência de reflexões feitas pelas elites, na qual destaca as intelectuais, em torno da conjuntura política, económica, social e outras para com isso produzir perspectivas e programas que vão guiar as sociedades²⁶.

Para o lugar das elites na construção do nacionalismo em Moçambique, há ainda que atender aos primeiros sinais de um protonacionalismo moçambicano, que foram observados numa pequena elite de mestiços, negros e brancos organizada em associações,

²⁶ Em relação a esta questão, consulte-se Lonsdale (1968a e 1968b). Nestes dois artigos, John Lonsdale considera que, apesar do grande destaque que as “massas” (com foco para os camponeses) tiveram no desenvolvimento do nacionalismo em algumas regiões de África, foram as elites (tanto intelectuais como políticas) que organizaram e deram maior visibilidade às reivindicações a nível de todo território. Por seu turno, Neil Lazarus (1999: cap. II) e Dipesh Chakrabarty (2000), defendem que, diferentemente de outros contextos (tanto africano, europeu ou americano), as “massas” subalternas na Índia tiveram a capacidade para organizar movimentos nacionalistas, sem serem liderados pelas elites. Trata-se do que Joseph Whitmeyer (2002: 322), designa por “popular nationalism” que é “[quando] non-elite members of a set of people exhibit nationalism (...) I define popular nationalism, then, in contrast to elite nationalism”. Porém, reconhece as limitações deste termo, ao afirmar o seguinte: “clearly, the term «popular nationalism» obscures many differences among non-elites, such as by class, occupation, gender, religion, and so forth. It has been used in the literature, and I use it here, because «non-elites» is the simplest contrasting category for «elites», and because of the historical importance of the rise of popular (non-elite) nationalism. Differences among non-elites are frequently important in explanation of popular nationalism” (Whitmeyer, 2002: 322).

das quais se destaca o *Grémio Africano*, fundado em 1908. Esta associação foi criada com o propósito de defender os interesses dos “nativos” com a finalidade de garantir uma melhor educação, melhores condições de trabalho, justiça, habitação e saúde, à semelhança dos brancos, e que foi designada por “Causa Africana”. Importa realçar que estas reivindicações tinham como espaço de manifestação as zonas urbanas. As mesmas eram feitas por via da imprensa, com destaque para o jornal *O Africano*, fundado em 1908, substituído por *O Brado Africano* em 1920, ambos sob direcção dos irmãos João e José Albasini. *O Brado Africano* passou a ser controlado pelo regime colonial a partir de 1936, na tentativa de silenciar as críticas feitas pelo jornal²⁷.

Apesar de estas acções não fazerem parte do que pode ser rotulado de nacionalismo, enquanto movimento de reivindicação da autonomia territorial, política, social e económica, seria difícil recusar que elas contribuíram para o surgimento da consciência nacional, por dois motivos. Primeiro, porque estes jornais desempenharam um papel fundamental nos processos de comunicação, permitindo que houvesse interacção entre os moçambicanos, ainda que numa dimensão reduzida de uma elite urbana. Segundo, esta informação – enquanto conteúdo – pode ter contribuído para que um maior número de moçambicanos tomasse consciência de que podia reivindicar melhores condições de vida. Esta tomada de consciência foi fundamental para aumentar a solidariedade entre os leitores e os membros das suas redes sociais, ao ponto de começar a brotar uma consciência colectiva²⁸.

À semelhança do *Grémio Africano*, existiram outras associações. O Instituto Negrófilo fundado em 1932 e, mais tarde, concretamente em 1938, passou a designar-se por Centro Associativo dos Negros de Moçambique, extinto em 1965, sob acusação do regime colonial de desenvolver actividades terroristas e de subversão. A Associação dos Naturais de Moçambique fundada no mesmo período. No início das suas actividades, esteve vocacionada para a defesa dos interesses dos brancos nascidos em Moçambique, mas, a partir da década de 1950, esta associação passou a permitir a entrada dos negros e mestiços e começou a apoiar a “Causa Africana”. Resumidamente, estas associações

²⁷ Antes destes dois jornais já era publicado o jornal *Clamor Africano* em Lourenço Marques (actual Maputo) que se dedicava à crítica do sistema colonial e que funcionou entre 1886 e 1894 (Henriksen, 1978: 156). Para mais detalhes sobre a relação entre o nacionalismo e associações africanas em Moçambique, ver Henriksen, 1978; Isaacman e Isaacman, 1983; Brito, 1991; Mondlane, 1995; Rocha, 2002; Neves, 2009 e Cabaço, 2007.

²⁸ Sobre este assunto, consultem-se Henriksen, 1978: 163; Isaacman e Isaacman, 1983: 77; Brito, 1991: 81-85; Mondlane, 1995: 96-97 e Cabaço, 2007: 170-180.

tinham basicamente o mesmo propósito, reivindicar uma vida digna para os “nativos” (Henriksen, 1978: 159-160; Mondlane, 1995: 90; Neves, 2009)²⁹.

Mesmo com a censura feita pelo regime colonial aos jornais da época e com a proibição de constituição de grupos organizados, as elites continuaram a contribuir para a construção e consolidação de uma consciência nacionalista. Isto pode ser observado pelo papel desempenhado pela elite intelectual que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com destaque para escritores como Marcelino dos Santos, José Craveirinha, Bertina Lopes, Noémia de Sousa, Rui Nogar e Luís Bernardo Honwana, e o artista plástico Vicente Malangatana, entre outros. Este grupo procurou, através dos seus textos e obras de arte, exaltar a cultura moçambicana, inserida numa cultura africana que se opõe à cultura europeia. Este posicionamento foi resultado da influência a que estavam expostos nessa época de movimentos como a Negritude e o Pan-Africanismo, que procuravam lutar contra o racismo, partindo do sentimento colectivo de povo explorado para exaltar uma identidade africana que pudesse dignificar a *African Personality*. No entanto, iniciava-se uma transição, de uma postura cultural para a política, emergindo no seio desta elite uma maior consciência política e nacionalista, em virtude da influência dos movimentos nacionalistas e do recrudescimento da repressão colonial a qualquer movimento crítico, com destaque para repressão violenta à greve dos trabalhadores do Porto de Lourenço Marques em 1947. Esses eventos fizeram com que essa elite passasse a fazer críticas mais directas ao regime e começasse também a exigir a independência de Moçambique, como se lê nas palavras de José Cabaço (2007: 390)³⁰:

Foi pela maturação da experiência sofrida, pelos estudos e reflexão da própria história ouvida dos mais-velhos, pelo conhecimento directo e indirecto de quanto ocorria noutras paragens, mas, sobretudo pelo agravamento constante da segregação e violência colonialistas que as novas gerações do após-guerra [Segunda Guerra Mundial] foram estruturando um pensamento nacionalista.

A partir desse momento começa efectivamente a surgir uma consciência nacionalista influenciada pela elite intelectual, que permitiria a construção da elite política, tendo esta elite emergido das organizações juvenis que foram surgindo, em Moçambique, sobretudo do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de

²⁹ Para mais detalhes sobre as associações que surgiram durante o período colonial, consultem-se Rocha, 2002 e Neves, 2009.

³⁰ Para mais detalhes sobre o assunto, ver Henriksen, 1978: 160-63; Isaacman e Isaacman, 1983: 75-7; Chabal, 1994; Mondlane, 1995: 91-97 e Cabaço, 2007 e para o caso do continente africano, consulte-se Falola, 2001: cap. I, II, III e IV.

Moçambique (NESAM). Esta associação surge no seio do Centro Associativo dos Negros de Moçambique em 1949, na cidade de Lourenço Marques, sob liderança de Eduardo Mondlane (que acabava de regressar da África do Sul, em resultado da expulsão devido às suas actividades nacionalistas) e de outros estudantes, como Joaquim Chissano e Mariano Matsinhe³¹.

Foi no NESAM que alguns jovens foram desenvolvendo a sua consciência nacionalista, rejeitando a cultura europeia e procurando mostrar que são diferentes dos europeus a nível cultural. Este mesmo grupo, nas suas acções políticas encobertas por actividades culturais, privilegiou a comunicação por via da imprensa, tendo usado a revista *Alvor* para disseminar as suas ideias junto de outros jovens e antigos estudantes moçambicanos. Apesar do secretismo das suas actividades políticas, o regime colonial considerou as actividades suspeitas e a organização foi banida em 1963, sendo alguns dos seus líderes presos, como, por exemplo, Josina Muthemba. A União Nacional dos Estudantes de Moçambique (UNEMO) foi outra organização de estudantes moçambicanos no estrangeiro – criada pelos estudantes que eram membros do NESAM e que haviam fugido de Moçambique – que procurou divulgar os seus objectivos além-fronteiras³².

Para além destas organizações, existiram outras, como a Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Portugal. A CEI foi fundada em 1944 e encerrada em 1965 sob ordem do governo português, por ser considerada uma ameaça para o regime, e tinha duas delegações para além da sua sede em Lisboa, uma em Coimbra, inaugurada no mesmo ano em que foi aberta a sua sede, e outra no Porto, inaugurada em 1959. A CEI surge da junção das Casas dos Estudantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde, sendo uma tentativa de o regime colonial melhorar o controlo do processo de formação dos estudantes africanos que depois iriam servir a sua administração em diferentes territórios. Por esta Casa passaram Eduardo Mondlane em 1950 (por pouco tempo, uma vez que em 1951 foi estudar para os Estados Unidos da América) e Marcelino dos Santos, para além de outros estudantes moçambicanos que mais tarde constituiriam a liderança da Frelimo, como Fernando Ganhão, José Óscar Monteiro, Hélder Martins, Mário Machungo, entre outros. Também passaram pela CEI angolanos, como Agostinho Neto, Mário de Andrade, Lúcio Lara e Luandino Vieira, cabo-verdianos, como José Araújo, ou guineenses, como

³¹ Sobre esse assunto, consulte-se Henriksen, 1978: 164-5; Isaacman e Isaacman, 1983: 78; Brito, 1991: 59-60; Mondlane, 1995: 95-96; Cabaço, 2007: 390, 392 e Neves, 2009: 188.

³² Sobre esse assunto consulte-se a nota imediatamente anterior.

Amílcar Cabral e Vasco Cabral. A CEI foi importante para os projectos nacionalistas e independentistas nas colónias portuguesas na medida em que serviu de plataforma para os jovens consolidarem a sua consciência nacionalista, a partir do momento em que podiam interagir entre si, bem como com os estudantes portugueses, com o Movimento de Unidade Democrática Juvenil e com membros do Partido Comunista Português³³.

É nesta conjuntura política, económica e social que começa a surgir aquilo que seria a elite política moçambicana, primeiramente em partidos políticos que mais tarde deram lugar à Frelimo. Entende-se aqui por elite política como um pequeno grupo social que surge em resultado da interacção entre factores burocráticos, económicos, políticos, religiosos e intelectuais, combinação essa que, no exercício das suas funções, lhe confere capacidade para influenciar o comportamento da maioria num determinado contexto³⁴.

Foi, em parte, esta elite que formou os primeiros partidos políticos em Moçambique, tais como a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), fundada a 2 de Outubro de 1960 em Bulawayo, na então Rodésia do Sul, por indivíduos do sul e centro de Moçambique. Este partido tinha como líderes Urias Simango, David Mubunda e Adelino Gwambe, que era o Presidente. Em Fevereiro de 1961, surgia a Mozambique African National Union (MANU), fundada em Mombasa, Quénia. Era uma organização que, contrariamente ao discurso do regime colonial português, segundo Joel Tembe (2013: 258), não era constituída somente por Makondes, integrava também outros grupos étnicos da região norte de Moçambique, como, por exemplo, Yao, Nyanja e Macua. A mesma teve como base de sua constituição a Tanganyika Mozambique Makonde Union, que foi fundada em 1957 por trabalhadores migrantes nas plantações e portos de Quénia, Tanzânia e Zanzibar. O MANU tinha como líderes Mathew Mmole (Presidente) e Lawrence M. Millinga (Secretário-Geral). Ainda segundo Joel Tembe (2013: 258), esta organização exaltava a unidade nacional, ao ponto de ter apoiado a ideia de unificação das organizações, bem como reivindicava a independência de Moçambique, tendo a particularidade de apregoar a via pacífica como meio para alcançar a independência, diferentemente da UDENAMO. Este posicionamento acabou por ser

³³ Para mais detalhes consulte-se Mateus (1999). Neste livro, a autora procura analisar a emergência das elites africanas que foram responsáveis pela formação dos movimentos nacionalistas e independentistas: a Frelimo, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Portugal.

³⁴ Em relação à esta definição, consultem-se Dijk, 1997; Klaus, 1997; Noronha, 2008; Whitmeyer, 2002 e Monteiro, 2009.

determinante para a degradação da relação entre as lideranças, Gwambe e Mmole. Por fim, há que considerar a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada no Malawi por moçambicanos oriundos de Tete, liderada por José Baltazar de Costa Changongá. Foi no âmbito destas dinâmicas que nasceu a Frelimo em 1962 sob liderança de Eduardo Mondlane³⁵.

O Processo de criação da Frelimo no contexto do nacionalismo moçambicano será analisado com algum pormenor no subcapítulo que se segue, no qual concentrar-me-ei nas lógicas que, na minha opinião, foram determinantes para a sua criação e desenvolvimento ao ponto de se ter transformado no movimento que liderou o nacionalismo em Moçambique. Esta análise vai concentrar-se no papel das elites políticas nesse processo.

A Frelimo e o nacionalismo moçambicano antes e após a independência

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi constituída a 25 de Junho de 1962 em Dar es Salaam, Tanzânia, sob liderança de Eduardo Mondlane (seu primeiro Presidente), tendo sido resultado das dinâmicas interna e externas inerentes a Moçambique. Para compreendermos a formação da Frelimo, é necessário considerar estas dinâmicas.

A nível interno, a Frelimo foi resultado, em parte, do descontentamento que os moçambicanos, tanto das zonas rurais como urbanas, demonstravam sentir pelo sistema colonial português através de greves, sabotagens, entre outros meios. O “massacre de Mueda” foi um dos maiores símbolos do sentimento de descontentamento e que serviu de motivo para justificar a radicalização das reivindicações. Este massacre aconteceu no planalto de Mueda, província de Cabo Delgado a 16 de Junho de 1960 (dois anos antes da formação da Frelimo), no qual o exército colonial usou a força para responder a uma manifestação levada a cabo pelas populações rurais que reivindicavam ao regime colonial

³⁵ Para mais detalhes sobre os partidos que antecederam a formação da Frelimo, ver Opello Jr. 1975; Henriksen, 1978; Isaacman e Isaacman, 1983; Munslow, 1983; Brito, 1991; Mondlane, 1995; Cabaço, 2007 e Tembe, 2013.

uma melhoria das condições económicas e sociais. Cerca de 500 moçambicanos presentes nesta manifestação foram mortos por armas de fogo usadas pelo regime colonial³⁶.

Já a nível externo, a Frelimo foi resultado do apoio da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) e dos Presidentes Nkwame Nkrumah do Gana e Julius Nyerere da Tanzânia. O CONCP foi uma organização criada em Abril de 1961, na cidade de Casablanca, em Marrocos, para coordenar os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas. Na verdade, ela foi o resultado de transformações do Movimento Anticolonial criado em 1958 em Lisboa por Amílcar Cabral e que, em 1960, passou a designar-se por Frente Revolucionária para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN), só se designando por CONCP no ano seguinte. No entanto, apesar da mudança de nome, o CONCP sempre manteve o seu objectivo, acabar com o regime colonial. Esta organização foi integrada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), pelo Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) e pela União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO)³⁷.

O CONCP tinha como Secretário-Geral o moçambicano Marcelino dos Santos, que viria a ser um dos membros fundadores da Frelimo em 1962. Ele, através do CONCP, procurou mobilizar as elites moçambicanas para a formação de um movimento que fosse a imagem dos ideais da organização, que seria um movimento que se assumiria como de unidade nacional, sem discriminação de cor, origem étnica, sexo, religião, etc., e

³⁶ O sofrimento que se vivenciou em quase todo continente africano serviu para os africanos recorrerem a uma série de protestos contra os sistemas coloniais, possibilitando com isso a emergência de movimentos nacionalistas e independentistas (cf. Rotberg, 1969; Benot, 1981: 3-6; Falola, 2001: Cabaço, 2007: 252, 279, 310, 359, 363, 388; 97-178; Adeleke, 2012). Em relação ao “massacre de Mueda”, Luís de Brito realça a instrumentalização deste massacre por parte da Frelimo, ao considerar que a repressão fazia parte do modelo de administração colonial, o que retira a particularidade do mesmo, ao afirmar o seguinte: “sa signification politique etait claire: l'Etat colonial repondrait par la force a tout mouvement emancipatoire africain” (Brito, 1991: 75).

³⁷ Esta organização serviu acima de tudo para harmonizar o discurso anticolonial dos movimentos nacionalistas e independentistas das colónias portuguesas. Como afirma Luís de Brito (1991: 134-135), “en termes pratiques, l'importance de ces initiatives [criação do CONCP] est justement d'avoir servi a la definition d'un discours politique commun, que l'on peut retrouver clans chacune des organisations nationales affiliees”. Para mais detalhes sobre o CONCP, consultem-se Henriksen, 1978: 169; Isaacman e Isaacman, 1983: 81; Brito, 1991: 133-141 e Mateus, 1999: 88-92.

com a definição clara do inimigo a combater, o colonialismo português, e do uso da via armada como o principal instrumento para conquista da independência de Moçambique³⁸.

Para além desta organização, as elites políticas moçambicanas receberam o apoio do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, e de Nkwame Nkrumah, Presidente do Gana, para a formação da Frelimo, através da pressão que exerceram sobre os partidos UDENAMO, União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e Mozambique African National Union (MANU) para que se unissem num único movimento que fosse capaz de lutar pela independência de Moçambique. Não abordarei este tema detalhadamente, mas é de salientar que, associado a este apoio, Julius Nyerere permitiu que estes movimentos se instalassem na Tanzânia. Estes dois presidentes consideravam Eduardo Mondlane o líder ideal para unir os moçambicanos num único movimento, que lutaria contra o regime colonial, com o objectivo de alcançar a independência de Moçambique³⁹.

É neste âmbito que nasce a Frelimo a 25 de Junho de 1962 em Dar es Salaam. Eduardo Mondlane foi eleito para o cargo de Presidente da organização, cabendo os restantes cargos directivos a: do UDENAMO, Uria Simango, como Vice-Presidente, David Mabunda como Secretário-Geral, Paulo Gumane como Secretário-Geral Adjunto; do MANU, foi eleito Mmole para o cargo de Tesoureiro. Marcelino dos Santos que vinha do CONCP foi eleito Secretário para os Assuntos Externos⁴⁰.

A Frelimo nasce como um movimento que reclama ser o representante de todos os moçambicanos, assumindo-se assim como o legítimo responsável pela liderança do processo de conquista da autonomia política, económica e social dos moçambicanos do jugo colonial, através da via armada. Como Barry Munslow (1983: 82), explica,

Frelimo was a front in two senses. Firstly, it was the product of the unification of the three proto-nationalist parties. Secondly, and of greater importance, it was an alliance of different classes: workers, peasants and the petty bourgeoisies (...) Frelimo platform for creating unity was quite simple: opposition to colonialism and the demand for national Independence. Such a stand was sufficient to bring the various classes and parties together within the front.

³⁸ Ver, sobre o papel da CONCP no nacionalismo moçambicano, Henriksen, 1978: 169; Munslow, 1983: 82; Mondlane, 1995: 99; Brito, 1991: 110, 133-141 e Mateus, 1999.

³⁹ Para esta questão, consultem-se Henriksen, 1978: 168-72; Isaacman e Isaacman, 1983: 80-9; Munslow, 1983: 80; Brito, 1991: 53-79; Mondlane, 1995: 116-21; Cabaço, 2007: 392-94 e Tembe, 2013: 257.

⁴⁰ Ver, para mais detalhes sobre o processo de constituição da Frelimo, Henriksen, 1978: 170; Isaacman e Isaacman, 1983: 79-84; Brito, 1991: 53-86 e Mondlane, 1995: 99.

Entretanto, este processo de formação da Frelimo não foi simples, implicando grandes divergências de ordem ideológica – principalmente a nível da liderança dos três partidos, UDENAMO, MANU e UNAMI –, tanto pela forma como deveria alcançar-se a independência, como pela rejeição da liderança eleita. Esta situação levou a deserções por parte dos seus líderes. Com estas saídas houve uma tentativa por parte dos desertores de criarem forças alternativas à Frelimo. Numa primeira fase, criou-se a FUNIPAMO (Frente Unida Anti-Imperialista de Moçambique), em Junho de 1963, e mais tarde o COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique), em 1965. Em parte, estas organizações não tiveram sucesso porque não receberam apoio da então Organização de Unidade Africana (OUA), actual União Africana (UA), uma vez que a OUA reconheceu a Frelimo como o *único* movimento que deveria conduzir o povo moçambicano para o alcance da independência nacional, o que tornava qualquer outra organização moçambicana uma ameaça à unidade dos moçambicanos. Esta situação levou Julius Nyerere a proibir que as outras organizações moçambicanas estabelecessem as suas sedes em território tanzaniano⁴¹.

Essas divergências, que acabaram por culminar em muitas saídas dos membros da Frelimo, foram justificadas pelos dissidentes como tendo sido provocadas pelas discriminações étnico-regionais a que eram sujeitos, acompanhadas de sucessivas acusações à direcção da Frelimo de ser “tribalista”⁴², no sentido de excluir dos cargos de chefia os indivíduos da região centro e norte do país. Como afirma Sérgio Chichava (2008: 4),

Pouco tempo após (...) [a] formação [da Frelimo], alguns Macondes — que constituíam o grosso dos emigrantes moçambicanos na Tanzânia — começaram a queixar-se de que não

⁴¹ Sobre os conflitos internos da Frelimo e o surgimento de forças alternativas à Frelimo, ver Opello Jr., 1975; Henriksen, 1978; Munslow, 1983; Brito, 1991; Mondlane, 1995 e Tembe, 2013.

⁴² Tanto a “tribo” como o “tribalismo” são objectos de análise no artigo de Archie Mafeje “Ideology of tribalism” (1971). Em relação ao primeiro termo, Mafeje considera ser a forma com que um determinado grupo se vê e se descreve, enquanto que o segundo tem a ver com a manifestação dos atributos de uma determinada “tribo” com o objectivo de se perpetuar. Porém, afirma que ambos os conceitos têm sido objecto de manipulação por diferentes grupos, entre eles as elites políticas e os cientistas sociais, com destaque para os antropólogos, para defenderem ou justificarem certos interesses ou abordagens científicas, o que acaba por tornar os conceitos vazios ou até ambíguos. É esta manipulação que Archie Mafeje designa por “ideologia do tribalismo”, que adopto quando me refiro ao “tribalismo” na presente dissertação.

havia nenhum maconde nos lugares de direção da Frelimo (Mateus Mole, antigo líder da MANU, que na Frelimo ocupava o posto de tesoureiro, tinha sido expulso por divergências), que não recebiam bolsas de estudo, que só serviam a Frelimo para pagar quotas e nada mais, que este movimento era apenas para gente do Sul.

Essas clivagens tidas como de origem étnico-regional que caracterizavam as relações entre as elites da Frelimo encobriam as lutas entre as mesmas para o acesso às posições de liderança no movimento. Porém, essas lutas não foram suficientes nem determinantes para a mobilização das “massas”, como pode ser ilustrado pelo fraco apoio que Gwenjere e Kavandame tiveram dos macondes após as suas saídas. Com a saída destes líderes macondes, houve um esforço por parte dos mesmos, Gwenjere e Kavandame, de instrumentalizar as populações macondes a abandonar a Frelimo sob pretexto de ser um movimento tribalista. Mas que resultou em fracasso, uma vez que a sua maioria continuou aliada do movimento, por acreditar que a Frelimo podia melhorar as suas condições de vida através da expulsão do colonialismo (Opello Jr., 1975: 71-77; Brito, 1991: 106-123)⁴³.

A Frelimo, como movimento nacionalista e independentista contra o regime colonial, visava construir um Estado independente e também uma nação dentro dos limites territoriais já definidos pelos colonizadores, à semelhança do que aconteceu em quase todas as ex-colônias no continente africano.

Esse processo de reclamação das fronteiras territoriais definidas pelos colonizadores na Conferência de Berlim, entre 1884-1885, não foi pacífico entre os nacionalistas africanos. Como afirmam Toyin Falola (2001: 108, 111) e Crawford Young (2008: 22-24), em 1958 na All-African Peoples' Conference (AAPC), os líderes africanos rejeitaram as fronteiras definidas na Conferência de Berlim e defenderam as fronteiras anteriores à colonização europeia. Mas no mesmo ano, os líderes africanos foram incentivados por Kwame Nkrumah a aceitar as delimitações territoriais feitas pelos

⁴³ Situação semelhante acontecia em outros movimentos nacionalistas e independentistas, em que os líderes desses movimentos conseguiram ter uma grande adesão das “massas”, porque procuraram transformar os anseios (melhoria das condições socioeconômicas) na principal causa dos seus movimentos. Para mais detalhes sobre a relação entre nacionalismo e desenvolvimento econômico, consultem-se Rejai e Enloe, 1969; Gellner, 1993; Macamo, 1996; Smith, 1997; Mkandawire, 1999; Lazarus, 1999: cap. II; Falola, 2001: cap. III; Whitmeyer, 2002; Dawisha, 2002; Hobsbawm, 2004; Connor, 2005 e Conversi, 2006 e 2012. Em relação à influência das questões étnicas no acesso ao poder, tanto econômico como político, no contexto africano, ver Welsh, 1996; Laakso e Olukoshi, 1996; Falola, 2001: 117-118; Crawford Young, 2008: 20-24; Berman, 1998 e Londregan, Bienen e Walle, 1995.

colonizadores como forma de evitar conflitos entre os diferentes Estados no processo de reivindicação de fronteiras⁴⁴.

A questão das fronteiras territoriais tem influenciado os debates sobre as nações em África, considerando-se que as actuais fronteiras dos Estados africanos não possibilitam a emergência das nações devido à diversidade etnolinguística que caracteriza esses territórios. Sendo Moçambique uma ex-colónia, não ficou alheio a essas considerações, acabando por ser considerado por alguns estudiosos, como Michel Cahen (1990, 1993, 1996 e 2005) e Luís de Brito (1991), um país sem nação. Como afirma Luís de Brito (1991: 300),

La nation mozambicaine n'existe pas be Mozambique est forme d'une mosaïque de populations, aux langues, traditions, et formes d'organisation sociale differentes, artificiellement reunies. A l'interieur des limites d'un territoire etabli par les Portugais, et dont l'histoire commune se resume pratiquement a leur soumission recente la meme autorite coloniale. Ainsi, ce que l'on designe par nationalisme mozambicain n'est pas l'expression d'une communate historiquement constituee, mas au contraire la manifestation de la rupture avec l'autorite coloniale d'elements issus des couches privilegiees des colonises, se fondant sur l'affirmation d'une nouvelle identite «nationale».

Apesar de Moçambique ser resultado de uma delimitação territorial feita na Conferência de Berlim, não considero que este seja elemento suficiente para recusar que Moçambique possa constituir-se como nação. São raras as nações que podem ser consideradas “homogéneas”, podendo tornar-se nações pela vontade colectiva, potencialmente liderada pelas elites, tanto intelectuais como políticas⁴⁵. Para além do território, considera-se a escolha de outros atributos (aproveitamento dos que podiam já existir ou invenção de novos, se a situação a isso obrigasse) que pudessem reunir consenso entre os membros ao ponto de todos se identificarem com os mesmos atributos para a partir daí se criar o sentimento de pertença e participação colectiva no processo de construção da nação. Entendo que é o que está a acontecer em Moçambique desde o período da luta de libertação nacional. Entretanto, como venho afirmando ao longo deste capítulo, Moçambique, à semelhança de várias outras nações, está sendo edificada sobre os atributos socioeconómicos e não étnicos e tem no Estado uma plataforma central.

⁴⁴ Como considera Kwame Nkrumah, citado por Crawford Young (2008: 23), “in the interest of that Peace which is so essential, we should respect the Independence, sovereignty and territorial integrity of one another”.

⁴⁵ Para mais detalhes sobre a crítica a ideia de homogeneidade das nações, ver Renan, 1997 e Bauer, 1999.

No caso moçambicano, a luta armada pela independência foi um factor destacado para a construção do Estado e da nação. Esta luta iniciou-se no dia 25 Setembro de 1964, no distrito de Chai, província de Cabo Delgado, tendo durado cerca de 10 anos, até à assinatura do Acordo de Lusaka no dia 7 de Setembro de 1974, entre a Frelimo e o regime colonial português. Esta guerra foi a expressão armada da vontade da Frelimo e dos moçambicanos de alcançar a independência e possibilitar com a vitória o início de um Estado independente que liderará o processo de construção da nação.

A luta de libertação nacional foi mais do que um espaço de confronto bélico entre os guerrilheiros da Frelimo e o exército colonial português, na medida em que também foi um espaço de representação identitária do projecto de nação moçambicana através da ideia de *homem novo*⁴⁶. Este era o exemplo de cidadão que deveria ser reproduzido por todos os moçambicanos, através do exemplo dos guerrilheiros, em oposição a todos os valores que podiam ter qualquer relação com regime colonial português, incluindo a rejeição das manifestações étnico-culturais dos moçambicanos. Como defende Eduardo Mondlane (1995: 120), “a função do exército não é apenas combater os portugueses. Tal como o partido é uma força construtora da nação. Prepara não apenas soldados mas futuros cidadãos, que transmitem o que aprendem ao povo no seio do qual trabalham”⁴⁷.

É nesse sentido que considero que devemos entender o papel da luta de libertação nacional na enformação da identidade nacional dos moçambicanos. Num primeiro momento, o projecto de *homem novo* foi experimentado no seio dos guerrilheiros da

⁴⁶ Segundo José Cabaço (2007: 410), o *homem novo* é “a proposta identitária da Frelimo [que] se consubstanciava no projecto da «criação do homem novo». O modelo projectado repudiava o «colonial», o «tradicional» (...) preconizando a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade «modernizadora». A deslocação estrutural criada pela incorporação nas forças guerrilheiras e na organização do movimento nacionalista, com a implícita desestruturação das principais referências tradicionais (ritos, símbolos, relações de parentesco, hierarquia linhageira, etc.), representaria uma ocasião rara para que a multiplicidade de experiências de que os militantes eram portadores se reorganizasse, através da prática e da educação científica nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e organização que a guerra impunha”.

⁴⁷ Para mais detalhes sobre o debate em torno do projecto do *homem novo*, ver Cahen, 1993 e 1996; Mondlane, 1995: 118-122; Ribeiro, 2005; Lasagne, 2006; Cabaço, 2007; Brito, 1991: 123-130, 213-297 e Macagno, 2009.

Frelimo e expandido para as “zonas libertadas”⁴⁸, ao ponto de ser reproduzido em todo território nacional com a declaração da independência no dia 25 de Junho de 1975, em resultado do controlo que a Frelimo passou a ter das instituições estatais outrora controladas pelo regime colonial português⁴⁹.

Aliás, recorde-se que o controlo do Estado é fundamental, porque, para os nacionalistas, é o principal veículo que permite construir a nação. Como afirma Katherine Verdery (1999: 231), “the state is the frame for producing visibility, the anchor for what prove to be politically effective notions such as culture, authentic, tradition, common/shared, or barbarian (...) is a state that motivates differences as it inscribes boundaries, demarcating inside from outside, self from other”. Foi o que a Frelimo sob liderança de Samora Machel procurou fazer desde o período do governo de transição, constituído em resultado do Acordo de Lusaka em Setembro de 1974 (cf. Brito, 1991: 247-297).

Com a proclamação da independência total e completa de Moçambique no dia 25 de Junho de 1975, o movimento deparou-se com a necessidade de alastrar o seu projecto de *homem novo* por todo o território nacional recorrendo às instituições estatais. Como defende Eric Hobsbawm (2004: 87), muitas vezes os Estados inventavam símbolos como forma de conseguir edificar a nação. Em relação à invenção da identidade moçambicana, Fernando Ribeiro (2005), José Garcia (2008) e Maria-Benedita Bastos (2013), fazem uma análise da instrumentalização da imagem de Eduardo Mondlane e de Ngungunhane⁵⁰ como heróis nacionais, e do hino, tanto da Frelimo como de Moçambique, feita pelo Estado moçambicano no processo de construção da nação.

Fernando Ribeiro analisa as figuras de Ngungunhane e Mondlane, enquanto José Garcia se concentra na imagem de Ngungunhane. Os dois autores são unânimes em considerar que o Estado usou bastante estas imagens como referência para tentar mobilizar os moçambicanos a manterem-se unidos como uma nação. Já Maria-Benedita

⁴⁸ De acordo com Luís de Brito (1991: 125-126), “les «zones libérées», et notamment par l’implantation de la nouvelle structure de pouvoir, ignorant officiellement le pouvoir et l’organisation sociale lignagère, la direction du Frelimo mettait en place les dispositifs d’intégration des sociétés rurales a son projet nationaliste et révolutionnaire. Les «zones libérées» devinrent ainsi la préfiguration du futur [nação moçambicana]”.

⁴⁹ Sobre o debate à volta da construção do *homem novo* durante a luta de libertação consultem-se Munslow, 1983: 133-148; Isaacman e Isaacman, 1983: 84-100; Cabaço, 2007: 405-417 e Brito, 1991: 123-130, 213-297.

⁵⁰ Ngungunhane foi o último imperador do estado de Gaza, entre 1884-1895, localizado na zona sul do actual território moçambicano. Ngungunhane é considerado um símbolo de resistência à invasão colonial portuguesa no sul de Moçambique.

Bastos, apesar de fazer menção aos heróis, concentra a sua análise no processo de elaboração dos hinos (da Frelimo e o nacional) enquanto instrumentos simbólicos que pudessem permitir à Frelimo desenvolver uma relação entre os moçambicanos e o território e com isso criar uma identidade que se distanciaria do sistema colonial⁵¹.

Os heróis, tanto em Moçambique como em outros contextos, surgem como objectos de manipulação e mobilização das “massas” no processo de construção da nação porque permitem dar um exemplo concreto de que é possível alcançar um futuro glorioso, desde que se esteja disposto a enfrentar os sacrifícios. Este processo é liderado pelas elites, sobretudo as políticas, por terem poder para instrumentalizar os heróis através dos recursos do Estado. Neste processo de construção dos heróis, as elites procuram destacar os momentos de sofrimentos e de glórias ao longo do percurso da vida dos heróis para com isso desenvolver no seio das “massas” um sentimento de identidade e de gratidão, bem como inspirá-las a preservar e exaltar os feitos dos heróis através das suas representações identitárias quotidianas enquanto membros da nação (Ribeiro, 2005; Garcia, 2008)⁵².

Os nacionalistas e independentistas ao recorrem ao Estado para edificar as suas nações têm privilegiado, entre outras, a educação, como afirma Ernest Gellner (1993: 59), “o monopólio da educação legítima é agora [durante os nacionalismos] mais importante e mais central do que o monopólio da violência legítima”. Acrescenta ainda que o objectivo não está necessariamente em transmitir conhecimento, mas sim em moldar a identidade de acordo com a identidade nacional pretendida pela elite política governante, tornando com isso os seus membros em nacionalistas mais determinados. No mesmo sentido, Eric Hobsbawm (2004: 87) afirma que “os Estados recorriam a meios cada vez mais poderosos, e antes de mais às escolas primárias, para comunicarem com os seus

⁵¹ Maria-Benedita Bastos (2013) faz referência ao uso da imagem de Ngungunhane por parte de Samora Machel, num período em que ele se apercebe que a legitimidade do seu projecto de nação estava fragilizada no seio dos moçambicanos, havendo com isso necessidade de renová-la. Para além de Ngungunhane, Yonah Seleti (1997: 53) afirma que a Frelimo usou de outros elementos históricos no mesmo sentido, como a luta de Maguiguane, a resistência de Barué, a magnificência de Monomotapa na luta contra a penetração colonial portuguesa em Moçambique.

⁵² A instrumentalização dos heróis como exemplos a serem reproduzidos pelos moçambicanos no processo de construção da nação moçambicana será tratada no capítulo seguinte, no qual analiso a forma com que Guebuza se apropria desses agentes nos seus discursos para construir a sua ideia de identidade nacional.

habitantes, para espalharem a imagem de herança da «nação», para lhes inculcarem afecto por ela”.

Em relação à Moçambique, esta postura encontra-se bem ilustrada no artigo de André Victorino Mindoso, “A construção simbólica da nação nos livros escolares no Moçambique pós-colonial (1975-1990)” (2011), no qual, Mindoso, procura identificar o processo de construção da nação moçambicana a partir dos livros do ensino primário, concluindo que a Frelimo instrumentalizou a educação para construir a nação, que se resumia na ideia de “um só povo, uma só nação, uma só cultura”. Isto significava uma nação homogénea que não reconhecia (ao ponto de rejeitar com alguma violência) a diversidade cultural, étnica, religiosa, racial, de origem e linguística existente entre os moçambicanos, tornando com isso qualquer manifestação parcial uma afronta e um obstáculo para a construção da nação moçambicana.

Com este posicionamento ideológico, percebe-se que a nação almejada pela Frelimo era a mesma defendida pela Revolução Francesa: uma “nacionalidade francesa”, como afirma Eric Hobsbawm (2004: 83-4), “correspondia à cidadania francesa: a etnicidade, a história, a língua ou o dialecto falado em casa eram irrelevantes para a definição de «nação»”. O que significava considerar que a nação é “um conjunto de cidadãos cujos direitos enquanto tais lhes conferiam um papel político, transformando em certa medida o Estado em «nosso»”. Isso estava muito bem patente no poder que a Frelimo procurou instituir, “Poder Popular”, através, entre outros instrumentos, dos Tribunais Populares e Grupos Dinamizadores.

Estas duas instituições conferiam poderes à população, permitindo com isso a operacionalização de uma nação através da instituição do poder popular, na qual os populares procuravam colocar em prática as directrizes do Estado moçambicano. Estas instituições também foram criadas para substituir os poderes tradicionais, que eram os que a Frelimo pretendia eliminar com o seu modelo de nação (cf. Brito, 1991: 217, 220; Araújo, 2010; Macagno, 2009: 19).

Os Tribunais Populares foram uma instituição criada oficialmente em 1978, com o objectivo de conferir poder à população moçambicana para o exercício da justiça. Os seus juízes eram eleitos pela própria população. Os Grupos Dinamizadores foram uma instituição constituída por pequenos grupos, podendo variar entre oito a doze pessoas, liderados por um secretário. Tinham como principal missão mobilizar a população para as

diferentes actividades definidas pelo Estado, entre elas, as político-partidárias, a segurança nacional e a educação (cf. Araújo, 2010: 5-6; Macagno, 2009: 19)⁵³.

Aliás, com este modelo de nação, a Frelimo passou a combater as manifestações culturais dos moçambicanos (incluindo o combate a qualquer prática que tivesse semelhanças com o colonialismo), por considerar serem uma ameaça ao seu projecto de nação, como pode observar-se nas palavras de Samora Machel (1978): “para que nasça uma nação, deve-se matar a tribo”⁵⁴.

Esta perspectiva de construção da nação moçambicana foi caracterizada pelo uso da violência, como, por exemplo, com a criação dos “campos de reeducação”. Esses campos foram espaços concebidos pela Frelimo em 1974 para enformar a identidade dos moçambicanos que eram considerados um desvio ao projecto de identidade nacional, o *homem novo*⁵⁵.

Para além da forma violenta que Michel Cahen (1996) considera ter sido uma das causas para o fracasso da nação moçambicana construída pela Frelimo, também defende que esse fracasso foi motivado pela definição do português como língua de unidade nacional, quando afirma que “la langue portugaise — la sienne — comme moyen

⁵³ Em relação aos Grupos Dinamizadores Lazaro Macagno (2009: 19), afirma que estes “tinham como “objetivo (...) mobilizar as populações ao redor das políticas do novo governo. Além de funções políticas e administrativas, os GD tinham como tarefa estimular as actividades educativas nos lugares de trabalho e no âmbito das comunidades. Eles abriam espaços de discussão e de formação, procurando romper tanto com as “sobrevivências” do passado colonial, como com o “tradicionalismo” e o “obscurantismo”, duas preocupações recorrentes no jargão frelimista”.

⁵⁴ Sobre este assunto, consultem-se Cahen, 1993 e 1999; Macagno, 2009; Brito, 1991 e Lazagne, 2006.

⁵⁵ Sobre a violência praticada nesses campos, Álvaro Teixeira (2010) afirma o seguinte: “Muitos dos «campos de reeducação» surgidos formalmente após a independência já vinham a funcionar como centros prisionais nas zonas controladas pela guerrilha da ala que se guindou ao poder na FRELIMO. Funcionavam em Cabo Delgado e no Niassa. Era aí que se executavam guerrilheiros, quadros dirigentes, e foi para aí e para vários outros redutos criados após a independência, que milhares de cidadãos foram desterrados, à revelia dos tribunais. Os familiares de muitas dessas vítimas continuam até hoje sem saber do seu paradeiro”. Para mais detalhes sobre os “campos de reeducação” consultem-se Carvalho Sol, 1981; Souto, 1981 e Thomaz, 2008 e *website* Mozambique History Net (MHN), “Centros de Reeducação, 1974-”, Dossier MZ – 0318, Disponível em: <<http://www.mozambiquehistory.net/reeducation.php>>. Acedido a: 05 de Março de 2015. A questão dos “campos de reeducação” será retomada no subcapítulo: “Papel de Eduardo Mondlane e de Samora Machel na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza”.

unificateur et destructeur des ethnies; un anti-tribalisme radical recouvrant l'hostilité aux éléments marginalisés des élites créoles d'autres régions du pays (Sofala, Zambézia...); et enfin, une proclamation de la nation de type européen jacobin” (Cahen, 1996: 243-4).

Porém, considero que o português tem desempenhado um papel relevante no processo de construção da nação em Moçambique, principalmente por permitir que os moçambicanos pertencentes aos diferentes grupos etnolinguísticos se comuniquem e a partir daí partilhem os atributos que se tornam comuns a todos os moçambicanos. Como defende Benedict Anderson (2012: 176; sublinhado do original), “a característica mais importante das línguas é a capacidade que têm de gerar comunidades imaginadas, construindo, efectivamente, *solidariedades particulares*”.

Não obstante este factor, é importante perceber que a sociedade moçambicana está historicamente (principalmente a partir do período colonial até à actualidade) organizada em dois níveis no que se refere ao uso das línguas. De um lado, está o nível formal e público, com o uso do português, e, do outro, está o informal e privado, com o uso das línguas autóctones. Esta divisão não significa que estes níveis estejam isolados, uma vez que os falantes, em muitos dos casos, se encontram nos dois níveis, havendo somente a sua deslocação de um nível para outro. Entretanto, não há dúvidas de que a língua portuguesa foi imposta pela Frelimo enquanto elite, pelo que concordo com Michel Cahen (1996), quando afirma que o português como língua nacional foi uma imposição da Frelimo logo após a independência. Mas justifico essa imposição com base na seguinte afirmação de Eric Hobsbawm (2004:58) “não importa que aqueles que falam sejam uma minoria, desde que se trate de uma minoria com peso político suficiente [para impor essa língua]”. Foi o que aconteceu em Moçambique e em outros contextos tanto africanos, europeus, asiáticos e latino-americanos. Com isso reafirmo que a escolha do português pela Frelimo se deu por questões pragmáticas, no sentido de ser uma língua estruturada e que permitia o seu ensino⁵⁶.

É possível perceber que a Frelimo, enquanto movimento nacionalista e independentista, surge como resultado da conjuntura interna e externa inerente a

⁵⁶ Este debate também se aplica a outras antigas colónias, no sentido de também não serem consideradas nações porque optaram pelo uso da língua do colonizador ao em vez das línguas autóctones. Em relação a esta questão, autores como Mostafa Rejai e Cynthia H. Enloe (1969), Fernando Ganhão (1978), Elísio Macamo (1996), Beatriz Santana (2013), Karsten Legère (1998), Eric Hobsbawm (2004) e Benedict Anderson (2012), tendem a considerar que as antigas colónias optaram pela língua do colonizador por uma questão de conveniência.

Moçambique e sob liderança de uma elite urbana que adoptou a via armada para alcançar a independência nacional com o apoio das “massas”. Com esta luta, a Frelimo procurava acabar com o colonialismo e edificar um Estado independente que serviria de plataforma para construção da nação. Após a independência, a Frelimo procurou recorrer às instituições do Estado para operacionalizar o seu projecto de identidade nacional, o *homem novo*, que vinha desde o período da luta de libertação. Para a operacionalização deste projecto, a Frelimo apoiou-se na estrutura estatal, sobretudo no sistema de educação, nos meios de comunicação social e na coerção.

É partindo desta análise que irei no capítulo que se segue analisar como é que um destacado membro da elite política moçambicana, Armando Emílio Guebuza, construiu a ideia de nação nos seus discursos durante os dois mandatos como Presidente da República, entre 2005-2009 e 2010-2014.

CAPÍTULO II – A IDEIA DE NAÇÃO NOS DISCURSOS POLÍTICOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA (2005-2009 e 2010-2014)

No presente capítulo irei analisar a ideia de nação presente nos discursos políticos de Armando Emílio Guebuza, durante os seus dois mandatos como Presidente da República, entre 2005-2009 e 2010-2014. Começarei por apresentar a sua biografia, com destaque para o seu percurso enquanto político moçambicano. De seguida, irei dedicar a minha atenção à análise da ideia de nação presente nos discursos, incidindo sobre os seguintes aspectos: (i) a forma que Guebuza elabora o seu sentimento de pertença à nação moçambicana; (ii) o papel dos heróis nacionais na elaboração da sua ideia de nação; (iii) e, por último, a importância das grandes infra-estruturas na construção da sua ideia de nação.

Armando Emílio Guebuza: um breve olhar sobre a sua biografia e o seu percurso político⁵⁷

Armando Emílio Guebuza (doravante, Guebuza), filho de Miguel Guebuza e de Marta Bocota Guebuza, nasceu no distrito de Murrupula, província de Nampula, a 20 de Janeiro de 1943, indo viver, aos seis anos de idade, para a então cidade de Lourenço Marques (actual Maputo), concretamente para o bairro do Xipamanine. Trata-se de um bairro periférico da cidade de Maputo, que, no período colonial, se destinava aos sujeitos coloniais negros. Esta mudança de residência foi resultado da transferência de trabalho do

⁵⁷ Para elaboração desta biografia, consultei as seguintes fontes: Matusse, (2004); Portal do Governo de Moçambique, “Quem é Armando Emílio Guebuza”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/presidente/biografia_guebuza.pdf>, Acedido a: 25 de Junho de 2014; Autor desconhecido (2013), “Quem é Armando Guebuza”, *Jornal Domingo online*, Data de edição: 13.10.2013, Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$armando-guebuza](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tvCR_rvXDBkJ:www.jornaldomingo.co.mz/index.php/opiniao/2129-quem-e-armando-guebuza+&cd=11&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt.>>, Acedido a: 25 de Junho de 2014 e Infopédia, “Armando Guebuza”, Disponível em: <, Acedido a: 10 de Fevereiro de 2015.

pai, Miguel Guebuza, de Nampula para a cidade de Lourenço Marques, no exercício da profissão de enfermeiro. Apesar de ter nascido em Nampula, as origens de Guebuza são do sul, concretamente do distrito da Catembe, província de Maputo, terra natal dos seus pais.

Em 1949, Guebuza foi matriculado no Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, localizado no mesmo bairro em que vivia. Foi neste centro que frequentou o seu nível primário de instrução, que concluiu em 1953. Em 1956, candidatou-se ao ensino secundário por via de um exame ao Liceu Salazar (actual Escola Secundária Josina Machel), onde foi admitido. De seguida, foi transferido para o Liceu António Enes (actual Escola Secundária Francisco Manyanga). Esta transferência foi motivada por factores financeiros, o Liceu Salazar era distante de sua casa, o que implicava o uso de transporte, despesa que os pais não tinham condições para suportar.

Guebuza fez a sua formação religiosa na Missão Suíça, também conhecida por Igreja Presbiteriana de Moçambique. Nesta igreja ele fez parte do grupo de Patrulha Mintlawa⁵⁸, que, para além de actividade religiosa, desenvolvia diversas actividades sociais, com destaque para explicações e actividades culturais. Com este grupo, a igreja procurava contornar as restrições impostas pelo regime colonial aos jovens negros no acesso a formação.

Guebuza inicia as suas actividades políticas enquanto estudante do ensino secundário, concretamente depois de 1961, data da visita de Mondlane a Moçambique. Como afirma Renato Matusse (2004: 27), “Armando Emílio Guebuza ainda não tinha abraçado a actividade política activa quando o Doutor Eduardo Mondlane, funcionário das Nações Unidas, visita Moçambique em 1961”. As acções políticas já eram protagonizadas por outros estudantes através do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), nomeadamente Joaquim Chissano, Eduardo Mondlane (entre 1949 e 1950, antes da sua ida aos Estados Unidos da América para continuar com os seus estudos), Mariano Matsinhe, Luís Bernardo Howana, Josina Muthemba, entre outros. Data desta época, princípios da década de 1960, a filiação de Guebuza ao NESAM. Em 1963, Guebuza foi eleito seu presidente, em substituição de

⁵⁸ “Os *mintwala* [*ntlawa* no singular] inspiravam-se nas patrulhas jovens suíças mas fundamentavam-se e alicerçavam-se nos valores e na cosmogonia dos jovens pastores africanos, experiência já vivida e catalogada através de estudos etnográficos e antropológicos levados a cabo pelos missionários suíços desde os seus primeiros contactos com as populações locais” (Matusse, 2004: 25).

Filipe Nhancale e Jaime Mathe, que haviam substituído Joaquim Chissano em 1959, quando abandonou o cargo para concluir o sétimo ano para poder candidatar-se ao curso de medicina em Portugal.

Em 1963, Guebuza, através do NESAM, passa a fazer parte da rede clandestina da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) em Lourenço Marques, participando em acções de disseminação do “manifesto” do movimento e consequente mobilização de jovens para as suas fileiras. Foi através das relações clandestinas que Guebuza tinha com a Frelimo que decide, em 1964, viajar juntamente com outros jovens moçambicanos, entre eles, Josina Muthemba, Milagre Mazuze, Angelo Chichava, Mariana Fumo e Cristina Tembe, para Dar es Salaam. No dia 14 de Março de 1964, estes jovens fizeram a sua primeira tentativa, que foi fracassada, uma vez que foram presos pela polícia de Ian Smith – regime segregacionista da Rodésia do Sul – no dia 29 do mesmo mês, e entregues à PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), em cujos calabouços na cidade de Lourenço Marques ficaram presos por cerca de cinco meses, sendo vítimas de torturas durante os interrogatórios ao longo de todo este período.

Após a sua libertação, Guebuza continuou activo nas acções de apoio à Frelimo, tendo sido um dos responsáveis pela fixação de panfletos do movimento com a fotografia de Eduardo Mondlane para efeitos de mobilização, actividade desenvolvida em Dezembro de 1964. Em resultado destas acções, é novamente perseguido pela PIDE, mas conseguiu escapar, sendo esta a sua segunda tentativa de fuga para se juntar a Frelimo em Dar es Salaam. Esta foi bem-sucedida, com a ajuda de Eduardo Mondlane e Mariano Matsine, que nesta altura era o representante da Frelimo na Zâmbia, acabando por se juntar ao movimento na Tanzânia em 1965.

Guebuza beneficiou de treino militar em Bagamoyo e, mais tarde, foi transferido para Dar es Salaam, onde, entre Fevereiro e Outubro de 1966, desempenhou as funções de Secretário para Educação e Cultura e Secretário Particular de Eduardo Mondlane, em simultâneo, em substituição de João Unhai. Neste período, também leccionou português e história no Instituto Moçambicano⁵⁹ em Dar es Saalam. No entanto, Guebuza, apesar de

⁵⁹ O instituto foi aberto em 1963, em regime de internato para acolher os jovens estudantes moçambicanos refugiados na Tanzânia. Mas os conflitos internos de índole étnico-regional, incluindo a questão racial, determinaram o seu encerramento em 1968. Em Março desse ano, os estudantes provenientes do centro e norte de Moçambique revoltaram-se contra a direcção da escola, acusando-a de estar a excluí-los das oportunidades de continuarem os seus estudos, em benefício dos estudantes do sul do país. Esta revolta levou à morte de Mateus Sansão

ter recebido treino militar em Bagamoyo, não participou directamente em nenhuma frente de batalha, tendo somente desempenhado funções político-administrativas no movimento.

Em 1966, Guebuza foi eleito membro do Comité Central da Frelimo, posição que ocupa até aos dias de hoje. Dois anos depois, foi nomeado Inspector das Escolas da Frelimo e, em 1970, passou a desempenhar as funções de Comissário Político Nacional da Frelimo.

Com a assinatura do Acordo de Lusaka, a 7 de Setembro de 1974, Guebuza foi nomeado Ministro da Administração Interna no Governo de Transição. E com a independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975, foi nomeado Ministro do Interior. Dois anos depois foi nomeado Vice-Ministro da Defesa Nacional e Substituto Legal do Governador da província de Cabo Delgado.

Entre 1981 e 1983, foi Governador da província de Sofala. Em 1984 foi nomeado Ministro na Presidência, cargo no qual era responsável por coordenar as áreas do comércio, agricultura, indústria ligeira e turismo, bem como a área de cooperação internacional com países como a China, Paquistão, Vietname e Coreia do Norte. Em 1986, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicação, cargo que conciliou com a chefia da Delegação do Governo nas conversações de Roma, que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) a 4 de Outubro de 1992. A seguir à assinatura do AGP, ainda no mesmo ano, foi nomeado Chefe da Delegação do Governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP.

Entre 1994 e 2002 Guebuza chefiou a bancada parlamentar da Frelimo, tendo abandonado este cargo em 2002 após a sua eleição para o cargo de Secretário-Geral do partido.

Em 2002, a Frelimo realizou o seu VIII Congresso, que tinha como um dos objectivos a eleição do novo candidato do partido às eleições presidenciais de 2004, em substituição de Joaquim Chissano. Nesta eleição interna, concorreram os seguintes membros do partido: Guebuza (na altura Chefe da Bancada Parlamentar da Frelimo), Eduardo Mulembwé (antigo Presidente da Assembleia da República), Hélder Muteia (antigo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural), José Pacheco (antigo

Mutemba (na altura membro do Comité Central da Frelimo) e à expulsão do padre católico Mateus Gwenjere, acusado de ter sido o responsável pela agitação. Este instituto é importante para compreensão da história da Frelimo, não só pelo contributo que teve na formação dos jovens moçambicanos, como também por servir de referência para análise da influência das clivagens étnico-regionais na sua história (Opello Jr., 1975: 74-74; Chichava, 2008: 4-5).

Governador da Província de Cabo Delgado) e Lucas Chomera (antigo Governador da Província da Zambézia). Em resultado destas eleições, Guebuza foi eleito Secretário-Geral pelo Comité Central da Frelimo. Esta vitória fez com que ele se tornasse, automaticamente, no candidato do partido às eleições presidenciais de Dezembro de 2004, nas quais ele e o seu partido saíram vitoriosos.

Após a tomada de posse de Guebuza como Presidente da República, em Fevereiro de 2005, foi eleito pelo Comité Central do partido, no mês seguinte, para o cargo de Presidente da Frelimo, em substituição de Joaquim Chissano, que se havia demitido no decorrer da IV sessão ordinária do Comité Central, realizada entre os dias 3 e 7 de Março de 2005 na cidade da Matola.

O breve intervalo entre a eleição de Guebuza como Presidente do partido e a sua tomada de posse como Presidente da República permite concluir que o poder do partido e do Estado se concentram nas mãos de Guebuza, conseguindo-se evitar interferências de qualquer ala do partido na sua governação. A título ilustrativo, está o facto de ele ter reestruturado de forma paulatina toda máquina partidária com pessoal da sua confiança, como, por exemplo, a indicação de Filipe Paúnde a candidato para o cargo de Secretário-Geral, tendo sido eleito pelo Comité Central no IX Congresso da Frelimo, realizado em Novembro de 2006 na cidade de Quelimane, e reeleito para o segundo mandato no X Congresso, realizado em Setembro de 2012. Paúnde abandonou o cargo de Secretário-Geral do partido na III sessão ordinária do Comité Central do partido, realizada em princípios de Março de 2014, sendo substituído, por via de eleição, por Eliseu Machava⁶⁰.

⁶⁰ Para mais detalhes sobre a eleição e saída de Filipe Paúnde do cargo de Secretário-Geral, ver Portal do Governo de Moçambique, “Filipe Paúnde novo Secretário-Geral da Frelimo”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/novembro2006/news_282_p_11_06/>, Acedido a: 15 de Fevereiro de 2015 e Autor desconhecido (2014), “Paúnde tropeça nas vírgulas e é substituído por Eliseu Machava”, *Jonal A Verdade online*, Data de edição: 06.03.2014, Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/44562-paunde-tropeca-nas-virgulas-e-e-substituido-por-eliseu-machava>>, Acedido a: 17 de Fevereiro de 2015 e sobre a reestruturação do partido levado a cabo por Guebuza, consulte-se Jeremias Langa (2012), “Rebelo, Hama Thai, Veloso e Waty perderam; Celso Correia e Valentina Guebuza em ascensão”, *Jornal O País online*, Data de edição: 28.09.2012, Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/22377-rebelo-hama-thai-veloso-e-waty-perderam-celso-correia-e-valentina-guebuza-em-ascencao.html>>, Acedido a: 12 de Março de 2015.

Guebuza recandidatou-se para um segundo mandato à Presidência da República em 2009, tendo vencido as eleições. Este foi o seu último mandato como Presidente da República, entre 2010-2014. Em substituição de Guebuza, o Comité Central da Frelimo elegeu Filipe Jacinto Nyusi como o candidato às eleições presidenciais de Outubro de 2014, das quais se sagrou vencedor, juntamente com o seu partido⁶¹. Com este resumo da biografia de Guebuza, em que destaquei de forma sucinta a sua trajectória política, desde a sua integração no NESAM até ao final do segundo mandato como Presidente da República de Moçambique (2010-2014), é possível perceber que ele sempre esteve muito activo enquanto membro da elite política moçambicana, ocupando cargos de relevo tanto na Frelimo como governo. Não obstante a ocupação dos cargos referidos anteriormente, Guebuza ganhou mais destaque enquanto actor no campo político⁶² moçambicano em 2002 quando eleito Secretário-Geral da Frelimo e durante os seus dois mandatos como Presidente da República, uma vez que estes cargos lhe conferiram muitos poderes para influenciar o funcionamento do campo político moçambicano.

Armando Emílio Guebuza e o sentimento de pertença à nação moçambicana

A colectânea dos discursos políticos de Guebuza, analisados na presente dissertação, tem como título genérico “*a nossa missão*”. Nos discursos, o pronome pessoal “nós” é usado pelo Presidente da República para se dirigir aos moçambicanos. Dos discursos, destaco o proferido na cerimónia da sua tomada de posse como Presidente da República de Moçambique, no dia 2 de Fevereiro de 2005, na cidade de Maputo, uma

⁶¹ A Constituição da República de Moçambique define que um indivíduo, ao cumprir dois mandatos consecutivos como Presidente da República, não tem direito a um terceiro mandato logo a seguir, devendo dar um interregno de pelo cinco anos caso queira recandidatar-se. Assim, nem Chissano, nem Guebuza podiam recandidatar-se a mais um mandato como Presidentes de Moçambique (artigo 147, nº. 4 e 5 da Constituição da República de Moçambique, 2004).

⁶² O “campo político” é aplicado no sentido desenvolvido por Pierre Bourdieu (2011), como sendo um espaço estruturado pela elite política, mas que também envolve outros actores sociais, que apesar de não desempenharem funções políticas por nomeação ou eleição, são fundamentais para seu pleno funcionamento. Neste quadro, a elite política estabelece as suas relações em função dos seus interesses particulares, mas sempre tendo em consideração os interesses dos outros actores sociais.

vez que foi o primeiro discurso dirigido aos moçambicanos nas suas novas funções. Guebuza dirige-se aos moçambicanos integrando-se no colectivo “nós”: “é com muita emoção que nos dirigimos ao Povo Moçambicano e ao mundo, depois da nossa [todos os moçambicanos] investidura no cargo de Presidente da República de Moçambique” (Guebuza, 2006: 9).

Guebuza procura mostrar através do uso deste pronome que não existe uma distinção entre “ele”, Guebuza, e os moçambicanos, mas sim que existe o “nós”, um *único* colectivo, *um* povo, *o* povo moçambicano. Seguindo Benedict Anderson (2012: 27), esta circunstância pode ser entendida como uma manifestação da existência de uma relação horizontal, igualitária e profunda entre os membros da nação, mesmo que isto não passe de intenção.

Guebuza, ao fazer referência à ideia de um *único* povo, enfatiza a construção da moçambicanidade, destacando o processo de conquista da independência nacional, marcado por sacrifícios, bravura e patriotismo, por um lado, e, por outro, destaca a beleza que caracteriza Moçambique, como sendo os atributos a serem exaltados na manifestação da identidade nacional:

Mais importante do que os louváveis avanços económicos e sociais, os trinta anos de independência, reforçaram a nossa moçambicanidade e o nosso orgulho de sermos moçambicanos. Os actos de patriotismo, de bravura, sacrifício e defesa desta Pérola do Índico autorizam-nos a concluir que não somos moçambicanos apenas porque nascemos em Moçambique ou porque adoptamos esta nacionalidade. Somos moçambicanos porque sentimos este belo Moçambique crescer e a florescer dentro de nós⁶³ (Guebuza, 2006: 76).

A moçambicanidade é a manifestação da identidade nacional, que é feita com recurso a vários atributos associados ao território moçambicano. É através desta manifestação que os moçambicanos expressam a sua singularidade na relação com os não moçambicanos. Borges Coelho, no seu artigo “Um itinerário histórico da moçambicanidade” (1998), considera que a moçambicanidade reflecte a combinação das diversas dinâmicas sociais, económicas, políticas, culturais e outras da história de Moçambique. Dentre as várias dinâmicas, destaca a influência da delimitação de fronteiras na Conferência de Berlim, entre 1884-1885, por ter criado o território que serviu de referência para os diferentes povos nele integrados construírem uma identidade. Neste processo destaca-se a interacção entre quem se identifica como moçambicano e a

⁶³ Guebuza, 2006: 76, discurso enunciado no dia 25 de Junho de 2005 nas celebrações dos 30 anos da independência de Moçambique.

distinção entre “nós” e os “outros”, neste caso, os colonizadores. Também considera que o processo da luta de libertação nacional é outro dos aspectos presentes na moçambicanidade, uma vez que expressa a unidade entre os moçambicanos e ilustra a singularidade da identidade nacional na sua relação com os colonizadores. Já o Acordo Geral de Paz (AGP), para Borges Coelho, manifesta a moçambicanidade ao simbolizar a (re)união entre os moçambicanos, por via da reconciliação. A reconciliação simboliza o esquecimento⁶⁴ das atrocidades que caracterizaram a guerra entre a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

Guebuza na citação anterior exalta a beleza de Moçambique, ao ponto de considerá-la uma referência no Oceano Índico, o que pode ser ilustrado através de dois aspectos. Em primeiro lugar, usar uma jóia, “Pérola”, como metáfora de Moçambique. Em segundo lugar, porque usa iniciais maiúsculas ao referir-se a Moçambique como “Pérola do Índico”. Ambos os aspectos põem em relevo a beleza que Guebuza considera ser Moçambique no contexto índico onde se insere. Aliás, note-se que “Pérola do Índico” é uma expressão usada de forma geral pelos moçambicanos para se referirem à beleza que caracteriza o seu país, anotando-se que Guebuza usa uma metáfora corrente.

Guebuza, ao evocar a beleza de Moçambique à semelhança de uma pérola, procura estreitar as relações entre os moçambicanos tendo como base o território, ao ponto de se sentirem orgulhosos por pertencerem a uma nação com beleza única. Esta exaltação da beleza é importante para os nacionalistas, porque permite construir uma ligação emocional entre a população e o território, como se de uma terra única se tratasse. Como afirma Anthony Smith (1997: 198-199), “não devemos subestimar a importância de considerações estéticas – os sentimentos de beleza, (...), com as quais (...) [se] podem evocar o «espírito» distinto da nação”⁶⁵.

⁶⁴ A importância do esquecimento na construção da identidade nacional e a sua respectiva manifestação pode ser resumida nas palavras de Ernest Renan (1997: 161), “o esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um factor essencial na criação de uma nação”.

⁶⁵ A metáfora “Perola do Índico” também aparece em outros discursos, nos quais Guebuza procura exaltar a beleza de Moçambique: “A assumpção de valores culturais e responsabilidades históricas como fontes da auto-estima e auto-confiança de um povo” (Guebuza, 2005: 65-69), proferido na cerimónia do lançamento da Fundação Joaquim Chissano no dia 8 de Novembro de 2005 na cidade de Maputo; “Sincronizar o conhecimento científico com o milénio do nosso povo: um dos maiores desafios do Ensino Superior em

Outro aspecto a referir nos discursos de Guebuza quando faz alusão à ideia de *único* povo é a questão da unidade nacional, que significa a união entre os moçambicanos independentemente das diferenças. Como afirma no seu discurso “Unidade Nacional: génese, afirmação e desafios” na aula magna dirigida aos Cadetes da Academia Militar Samora Moisés Machel, no dia 26 de Outubro de 2012:

A Unidade Nacional não é uniformidade de pensamento, comunhão de confissão religiosa, partilha de orientação política ou unicidade cultural e artística. A Unidade Nacional funda-se e nutre-se na nossa diversidade. A força do compromisso com a nossa História deve residir precisamente aí: somos um povo feito na diversidade, mas que se reencontra na sua História e na sua agenda de cada etapa, que neste momento é a luta contra a Pobreza. Este reencontro produz e reproduz Moçambique como um quadro normativo dentro do qual as nossas diferenças culturais, religiosas, sociais e políticas são confirmadas e renovadas pelo compromisso histórico que funda esta nação e nos enriquecem como um Povo heróico. É dentro deste quadro que essas diferenças interagem, dialogam e reforçam o sentimento de Nação em cada um de nós (Guebuza, 2013: 420).

Guebuza rejeita de forma clara a ideia de nação homogénea elaborada pelo seu partido Frelimo após a independência nacional em Junho de 1975. A Frelimo, sob liderança de Samora, procurou edificar uma nação que se confundia com unicidade, ao rejeitar a manifestação cultural dos grupos étnicos que constituem Moçambique por considerá-la uma ameaça à construção da nação. Esta rejeição resumia-se na ideia de que “para nascer uma nação deve-se matar a tribo” (cf. Macagno, 2009; Lazagna, 2006; Cahen, 1993).

Mas é de referir que Guebuza, com este posicionamento de rejeição da ideia de nação homogénea, procura responder à conjuntura político-militar caracterizada pela ameaça da Renamo de dividir o país em função das origens dos moçambicanos: os do centro e norte, tidos como os mais prejudicados, de um lado, e os do sul, considerados os mais privilegiados, do outro.

Esta crise político-militar resultou do impasse nas negociações entre o governo da Frelimo e a Renamo principalmente sobre a despartidarização das instituições do Estado, com destaque para as questões eleitorais. A Renamo acusava a Frelimo de ter partidarizado os órgãos eleitorais, particularmente o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE). Como afirma Afonso Dhlakama citado pelo jornal *Expresso online* do dia 29 de Julho de 2013:

Moçambique” (Guebuza, 2008: 129-134), na cerimónia de abertura oficial da Universidade de Lúrio no dia 29 de Junho de 2007 na cidade de Nampula.

“Vamos aguardar até Dezembro», e caso se realizem as eleições autárquicas⁶⁶ [que foram realizadas a 20 de Novembro de 2013] «vamos dividir o país», (...), [Afonso Dhlakama afirma] também que se assiste ao «fim da unidade nacional» com a recusa da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), partido no poder, em alargar mais à participação da sociedade civil nos órgãos eleitorais”

Estas reivindicações da Renamo também assentavam na questão da distribuição mais transparente e igualitária da riqueza do país. A Renamo considera que a Frelimo, enquanto governo, tem feito uma distribuição excludente, ao privilegiar os membros do seu partido em detrimento da maioria dos moçambicanos⁶⁷.

Estas fracturas são determinantes para que Guebuza exalte a necessidade de consolidação da paz como veículo de unidade nacional. É neste sentido que evoca o Acordo Geral de Paz (AGP) como reforço dos “pilares em que assenta a Unidade Nacional, a nossa auto-estima e o sentido de comunhão de destinos”⁶⁸.

Guebuza, ao evocar o AGP nos seus discursos, está a considerar que a paz desempenha um papel importante na consolidação da nação moçambicana em três

⁶⁶ Moçambique, até ao momento, já realizou quatro eleições autárquicas: 1998, que a oposição boicotou, levando a Frelimo a ser a única candidata, 2003, 2008 e 2013, que já contaram com a participação de outros partidos políticos. Para mais detalhes sobre as eleições autárquicas em Moçambique, consultem-se The Carter Center, 2004; Nuvunga, 2012; Valot, 1998 e Rosário, 2013.

⁶⁷ Esta reivindicação da Renamo está expressa no seu Boletim Informativo, *A Perdiz*, publicado no dia 20 de Dezembro de 2012: “Para a Renamo, há exclusão e discriminação no acesso às oportunidades que o país oferece. Na participação dos cidadãos como actores vivos; o encaminhamento e acompanhamento do processo contratos sobre os grandes investimentos que o país tem tido nos último[s] anos é feito por baixo da carteira, beneficiando um grupo restrito de pessoas pertencentes ao que chama de «disco duro» da Frelimo; assim como mencionou a discriminação na indicação da composição das empresas participadas pelo Estado, não havendo transparência no processo da selecção” (Autor desconhecido, 2012: 4). Em relação às acusações de partidarização dos órgãos do Estado que a Renamo tem feito à Frelimo, bem como a instabilidade político-militar em Moçambique, consultem-se Autor desconhecido (2013), “Renamo acusa Frelimo de partidarizar Estado moçambicano”, *DW online*, Data de edição: 07.03.2013, Disponível em: <<http://www.dw.de/renamo-acusa-frelimo-de-partidarizar-estado-mo%C3%A7ambicano/a-16796235>>, Acedido a: 08 de Dezembro de 2014 e Macuablog (2013), “Estatutos da Frelimo estão ultrapassados e defendem a partidarização do Estado”, Data de edição: 12.12.2013, Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/12/estatutos-da-frelimo-est%C3%A3o-ultrapassados-e-defendem-a-partidariza%C3%A7%C3%A3o-do-estado.html>, Acedido a 8 de Dezembro de 2014.

⁶⁸ Guebuza, 2012: 15. Discurso proferido no dia 4 de Outubro de 2011, por ocasião da celebração do dia da paz e reconciliação nacional.

perspectivas. A primeira, ao possibilitar o reforço da “unidade nacional”, que pode ser entendida em dois sentidos: (i) união entre os moçambicanos independentemente das suas diferenças e (ii) reforço da coesão territorial. A segunda, ao permitir a consolidação da “auto-estima”, que pode ser interpretada como a manifestação de apreço em ser moçambicano, o que pode resultar numa maior entrega dos moçambicanos à preservação da nação através da manutenção do clima de paz. Por último, Guebuza considera que a preservação da paz possibilita o fortalecimento da “comunhão de destinos”. A “comunhão de destinos”, na óptica de Otto Bauer (1999), significa que a nação é uma construção que resulta da partilha de aspirações e sofrimentos comuns ao longo de gerações. Para Guebuza, os moçambicanos têm partilhado ao longo da sua história a vontade de preservar a paz como elemento determinante para a existência da nação⁶⁹.

Ao considerar a instabilidade político-militar vivida no país e a ideia de “comunhão de destinos”, há que atender que Guebuza explora a ideia de unidade nacional enquanto associada a um território indivisível: “as ameaças à Paz devem ser, a todos os títulos, condenados com veemência e por todos nós. As tentativas de dividir o nosso Povo, porque constituem uma ameaça à Paz e à Unidade Nacional, devem igualmente ser condenados. Moçambique é uno e indivisível, é a Pátria de todos nós”⁷⁰.

A questão do território enquanto entidade coesa é de extrema importância na construção da nação nos discursos de Guebuza. A maior parte dos movimentos nacionalistas e independentistas reivindicavam um determinado território que fosse coeso para edificar a nação. Este foi o caso de vários Estados em todo mundo, sobretudo os africanos, cujos territórios foram construções que resultaram do processo de divisão de

⁶⁹ Nas sete colecções em análise, é possível identificar outros discursos de Guebuza que fazem alusão à importância da paz na construção da sua ideia de unidade nacional. Entre eles, destaco o discurso “A paz como motor do nosso desenvolvimento: Celebramos as Bodas de Porcelana da Paz em Moçambique”, alusivo às celebrações dos 20 anos do AGP, realizado no dia 4 de Outubro de 2012, na cidade de Maputo: “recordamos aos nossos compatriotas que Moçambique é apenas um para todos nós e para cada um de nós. É dentro das suas fronteiras geográficas que, com orgulho, emoção e responsabilidade, usufruímos da nossa nacionalidade, na sua plenitude, e nos colocamos na direcção dos destinos da nossa Pátria Amada” (Guebuza, 2013: 43). Para além deste, consulte-se o discurso “A paz: um bem comum que clama pelo nosso compromisso colectivo para a sua preservação”, proferido nas cerimónias dos 19 anos do AGP, no dia 4 de Outubro de 2011 na cidade Maputo (Guebuza, 2012: 13-18).

⁷⁰ Guebuza, 2014: 285. Discurso enunciado na cerimónia de abertura do IV Festival Desportivo e Cultural das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM), na cidade de Chimoio, no dia 21 de Setembro de 2013.

África na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. Para além desta reivindicação, com a proclamação das independências, os nacionalistas procuraram salvaguardar a soberania dos seus territórios e debelar divisões internas. As clivagens internas eram resultado do sentimento de exclusão que alguns grupos sentiam no acesso ao poder político ou ao económico, o que levou os governos a recorrerem ao exército, enquanto instituição do Estado, para tentar impedir qualquer divisão do território (cf. Laakso e Olukoshi, 1996; Falola, 2001: 114-120).

Situação semelhante também pode ser observada durante a governação de Guebuza, como ilustra o seu discurso na cerimónia de abertura do IV Festival Desportivo e Cultural das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM), em que recorreu simbolicamente ao exército para defender a indivisibilidade do território, exortando as FADM para estarem preparadas para responder às ameaças feitas pela Renamo, no sentido de impedir qualquer avanço que pudesse resultar na divisão do território: “as forças de Defesa e Segurança têm um papel preponderante neste aspecto, no quadro do cumprimento dos seus deveres constitucionalmente consagrados, com particular ênfase para a defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial” (Guebuza, 2014: 285).

Retomando a questão da ideia de um *único* povo, é importante referir que apesar de Guebuza construir esta ideia, estabelece uma distinção, expressa no discurso proferido na cerimónia da sua tomada de posse para o primeiro mandato como Presidente da República, entre 2005-2009. Para Guebuza, existe o “nós”, os moçambicanos, os que, para além de se identificarem com a nação, são os responsáveis pelos seus destinos, na lógica de objectivo comum, e os “outros”, os estrangeiros, na sua maioria parceiros do governo de Moçambique, agências internacionais, embaixadas, organizações não-governamentais, entre outros, que, apesar de não serem moçambicanos podem ser entendidos como seus amigos. Guebuza, ao reconhecer a importância dos “outros” na construção da nação, pode estar a tentar garantir a manutenção do apoio para o seu governo, uma vez que fazem parte deste grupo os principais financiadores do Orçamento Geral do Estado Moçambicano. Como afirma Luís de Brito (2009: 15) “[o] discurso presidencial [de Guebuza] corresponde ao que seria de esperar num país que, dependente

da ajuda internacional, decidiu seguir um programa económico obedecendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial”⁷¹.

Guebuza identifica ainda um terceiro subgrupo que designa como “pregadores da pobreza” e/ou “profetas da desgraça”. Estes são os inimigos da nação moçambicana e podem ser tanto moçambicanos como estrangeiros. A principal característica que define este grupo é a crítica que faz ao modelo de governação de Guebuza, o que pode ser observado no seguinte excerto do discurso na tomada de posse dos ministros, vice-ministros e governadores provinciais, no dia 14 de Fevereiro de 2005:

Pregadores da pobreza, os profetas da desgraça, aqueles que advogam que esta condição social é sinonima de honestidade e um exemplo a seguir por todos os moçambicanos. Para estes pregadores da pobreza, aqueles que não sabem onde e como obter a próxima refeição, aqueles que não têm acesso à educação, saúde, água potável e energia eléctrica, são exemplos de integridade moral, o estandarte que todos devemos alçar com orgulho. Porém, cedo descobrimos que se trata de pessoas hipócritas porque não aceitam essas duras e difíceis condições de vida para eles próprios – são refinados desmobilizadores do Governo da FRELIMO e de todos os moçambicanos na sua luta contra a pobreza (Guebuza, 2006: 30).

Apesar da crítica que Guebuza faz aos críticos da sua governação, ele não menciona nomes, deixando em aberto a quem dirige as suas palavras. Porém, alguns nomes são associados pela sociedade moçambicana à qualificação “apóstolo da desgraça”, como se lê no texto de Custódio Duma, publicado no dia 12 de Julho de 2009 no blogue *Defesa e direitos humanos*, intitulado “Apóstolos da Desgraça, Lambe Botas e Puxa Sacos: Quem os Cria?”:

Salomão Moyana [jornalista moçambicano] apóstolo da desgraça. Nos comentadores televisivos (...) o Venâncio Mondlane [moçambicano] é um apóstolo da desgraça. Nos músicos, Azagaia [moçambicano] é um apóstolo da desgraça (...) Nos pesquisadores sociais Joseph Hanlon [norte-americano] é um apóstolo da desgraça, Castel-Branco [moçambicano] é também um apóstolo da desgraça!⁷²

Nesta relação entre grupos, Daniele Conversi (2006), considera que as elites intelectuais em regimes militares são encaradas como inimigas do regime, tornando-se

⁷¹ O Estado Moçambicano depende do apoio de alguns países e agências internacionais para financiar o seu orçamento, como, por exemplo, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Suécia, Suíça, China, Japão, Finlândia, Portugal, Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos da América, Austrália, Reino Unido, entre outros.

⁷² Em relação ao texto de Custódio Duma, consulte-se a hiperligação <<http://athiopia.blogspot.pt/2009/07/apostolos-da-desgraca-lambe-botas-e.html>>, Acedido a: 11 de Janeiro de 2015.

com isso, vítimas de perseguição. Thandika Mkandawire (1999: 17: 23), considera que as elites políticas africanas não confiam nos intelectuais dos seus países, o que faz com que se distanciem deles. Entretanto, Mkandawire considera que esta relação já foi melhor, sobretudo no período logo a seguir às independências, em que houve uma maior confiança entre ambas, uma vez que procuravam construir um projecto de afirmação nacionalista. Tanto a relação entre Guebuza e as elites moçambicanas, como a relação descrita por Conversi e Mkandawire relativa a outros contextos, tem como base a divergência na forma de pensar a nação.

É de anotar que Guebuza, ao exaltar a ideia da existência de *um* só povo, procura mobilizar os moçambicanos a aderirem ao objectivo do seu programa de governação, o que pode ser exemplificado com o título de uma das colectâneas dos seus discursos: “A nossa missão: o combate contra a pobreza”, resultado da compilação de vinte e nove discursos proferidos durante o seu primeiro ano de governação, 2005⁷³.

É de recordar que a ideia de pertença e de partilha de objectivo comum directamente associada ao combate à pobreza presente nos discursos de Guebuza já era disseminada através dos seus discursos durante o período entre a sua eleição para Secretário-Geral do partido Frelimo em Junho de 2002 e a sua eleição para Presidente da República de Moçambique em Dezembro de 2004, ao ponto de enformar tanto os discursos dos moçambicanos como os da comunidade internacional e dos doadores. Marcelo Mosse (2004: 81), é de opinião que,

He [Guebuza] has been described by some as a hardliner and a radical nationalist, and has raised some apprehension amongst the donor and international community for his strong nationalist views – especially regarding economic issues – as well as for his authoritarian and populist style. Yet, he is also widely perceived as a reformist; as someone who can improve effective policy implementation and address the problems of criminality and corruption which have hit Mozambique in recent years.

⁷³ Esta ideia de abdicação de objectivos individuais em prol do colectivo pode resumir-se na seguinte frase de Ernest Renan (1997: 175): “enquanto puder provar sua força através dos sacrifícios que exigem a abdicação dos indivíduos em prol de uma comunidade, essa consciência moral será legítima, terá o direito de existir [enquanto nação]”. A pobreza, segundo o governo de Moçambique, é a “impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas [de acesso a educação, saúde, habitação, alimentação, saneamento] segundo as normas básicas da sociedade” (Governo de Moçambique, 2011: 5). No entanto, é de referir que a mobilização dos moçambicanos para lutarem contra a pobreza não é uma iniciativa de Guebuza. Esta mobilização é feita desde o período da luta de libertação nacional, como já fiz referência nos subcapítulos anteriores.

Nesta colectânea, Guebuza procura deixar claro que o fim da pobreza em Moçambique está dependente do envolvimento (de forma unida) dos diferentes sectores da sociedade moçambicana. Este envolvimento pode ser observado através dos destinatários dos discursos, a quem Guebuza procura mobilizar: FADM, estudantes (tanto das escolas primárias e secundárias, como universitários), comunidades residentes nas zonas rurais, funcionários das instituições do Estado (como os órgãos de justiça), professores e gestores de escola, funcionários e administradores do banco central, administradores distritais, governadores, ministros e vice-ministros, terceiro sector, instituições com e sem fins lucrativos, enfim, toda população moçambicana. Esta intenção de Guebuza em mobilizar os vários sectores da sociedade moçambicana para se unirem no combate à pobreza pode ser ilustrada a partir do editorial desta colectânea: “[os discursos] transportam consigo uma mensagem forte de encorajamento aos governantes, ao sector privado, à sociedade civil e ao Povo Moçambicano para encararem os desafios com determinação, na certeza de que a auto-estima, autoconfiança e a solidariedade são a base para o sucesso na luta contra a pobreza”⁷⁴.

É na base desta união entre os moçambicanos que Guebuza, no discurso da sua tomada de posse para o segundo mandato como Presidente da República (2010-2014), na cerimónia realizada no dia 14 de Janeiro de 2010 na cidade de Maputo, afirma que os moçambicanos conseguiram reduzir a pobreza:

Em algumas zonas onde havia fome, hoje, o nosso sempre Povo laborioso clama por mercados para comercializar os seus excedentes. Clama por instituições financeiras para depositar as suas poupanças ou para buscar recursos financeiros para ampliar os seus negócios. Nalgumas zonas, a bicicleta e a motorizada já não são novidade. Nem o é a oficina onde estes meios de transporte são reparados. A novidade passou a ser a loja de venda dos seus acessórios (Guebuza, 2011: 89).

E continua afirmando que “Moçambique marchou a passo acelerado. A pobreza, essa, recuou, consideravelmente” (Guebuza, 2011: 89). No entanto, esta afirmação entra em contradição com as estatísticas sobre a situação de pobreza em Moçambique em 2008/2009, anos finais do primeiro mandato de Guebuza: a incidência nacional de

⁷⁴ A erradicação da pobreza foi o principal objecto de manipulação dos movimentos nacionalistas e independentistas para conseguirem mobilizar os seus membros a unirem-se. Como defendem Toyin Falola (2001: cap. III) e Thandika Mkandawire (1999), a maioria dos movimentos nacionalistas e independentistas em todo mundo têm como principal elemento de mobilização dos seus membros no processo de construção da nação a promessa de bem-estar. Ver, sobre a união dos diferentes sectores da sociedade moçambicana no combate à pobreza, Guebuza, 2006: editorial.

pobreza era de 54.7%, sendo que a zona norte apresentava uma incidência na ordem dos 46.5%, a centro, 59.7% e por último a sul com 56.9% (Ministério da Planificação e Desenvolvimento – MPD, 2010: 30). Por outras palavras, ao contrário de se reduzir, a pobreza aumentou. Como afirma António Francisco (2010: 1), “a pobreza continua muito elevada em Moçambique, cronicamente resistente e com sinais para aumentar, em vez de diminuir. Em várias províncias, onde no início do corrente século XXI a incidência da pobreza parecia diminuir, no último quinquénio [2005-2009] aumentou”⁷⁵.

Começaram a surgir críticas e manifestações pacíficas e violentas contra a postura governativa de Guebuza. Estas manifestações, com destaque para as do dia 5 de Fevereiro de 2008 e dos dias 1 e 2 de Setembro de 2010, com maior expressividade nas cidades de Maputo e Matola, foram protagonizadas por indivíduos residentes nestas cidades, principalmente nos bairros periféricos, que condenavam a ausência de resposta por parte do governo de Guebuza em relação à subida dos preços dos produtos de primeira necessidade, como transporte, energia, água e alguns produtos alimentares. Neste contexto, destaco a manifestação violenta de 2010, oito meses depois de Guebuza ter afirmado que conseguiu edificar a nação moçambicana no seu discurso de investidura para o segundo mandato (2010-2014) como Presidente da República de Moçambique, proferido no dia 14 de Janeiro de 2010⁷⁶:

⁷⁵ Esta constatação é partilhada pelo jornal *Sapo Notícias online* na sua edição do dia 29 de Março de 2015, ao afirmar o seguinte: “Armando Guebuza que hoje [dia em que se demitiu da presidência do partido Frelimo] deixa a ribalta política, marcou a história de Moçambique nos últimos dez anos, apesar de a bandeira do combate à miséria, a sua Presidência deixou o país com mais de 50% da população em situação de pobreza extrema” (Autor desconhecido (2015), “Guebuza deixou o país com níveis de pobreza quase inalterados”, *Sapo Notícias online*, Data de edição: 29.03.2015, Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1435956.html>>, Acedido a: 29 de Março de 2015). Sobre a pobreza em Moçambique, ver Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2010; Brito, et al (Org.), 2010; Castel-Branco, 2010; Oppenheimer, [200_?]; Governo de Moçambique, 2011 e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2014. Neste relatório do PNUD sobre “índice de desenvolvimento humano” Moçambique em 2013 ocupava as últimas posições da classificação, 178 lugar, o que significa que fazia parte dos países com um índice de desenvolvimento muito baixo. Dentre outras variáveis, o PNUD avalia a esperança média de vida, Rendimento Nacional Bruto (RNB) e a média de escolaridade.

⁷⁶ Estas manifestações tiveram um carácter violento por parte dos manifestantes, danificando, tanto propriedades públicas como privadas, desde infra-estruturas à viaturas. Também foi caracterizado pelo saque aos estabelecimentos comerciais, bancos e outras instituições públicas e privadas. E, por consequência da violência perpetrada pelos manifestantes, a polícia

A Unidade Nacional consolidou-se ao longo deste quinquénio [2004-2009] e mais compatriotas nossos sentiram-se encorajados a inserir-se política, social e economicamente em qualquer espaço do nosso solo pátrio. Com a Unidade Nacional, cresceu o sentido de Pátria, o amor pelos símbolos e valores da moçambicanidade (Guebuza, 2011: 88).

Apesar destas manifestações poderem ser entendidas como um exercício de cidadania – uma manifestação relacionado ao Estado –, as mesmas também podem traduzir uma rejeição dos moçambicanos à pertença ao modelo de nação idealizada por Guebuza, por não se observar uma relação horizontal entre todos os membros da nação, especialmente no que concerne à distribuição da riqueza.

Em relação ao perigo da distribuição desigual da riqueza entre os moçambicanos no processo de construção da nação, Severino Ngoenha, no seu artigo “Identidade moçambicana: já e ainda não” (1998: 31-32), considera que, se a distribuição da riqueza em Moçambique for feita de forma desigual, havendo grupos que enriquecem enquanto outros se tornam mais pobres, a unidade nacional poderá ser colocada em causa. Em contraposição, defende que deve haver um maior espírito de solidariedade entre os moçambicanos para que a nação seja edificada.

A distribuição desigual da riqueza entre os membros da nação foi uma das causas para o fracasso dos projectos das nações africanas, como considera Toyin Falola (2001: 114-120). Primeiro, porque, com as independências, os líderes políticos africanos reproduziram o modelo de governação colonial, em que as elites voltaram a explorar o seu povo. Segundo, em consequência do primeiro, essa situação provocou descontentamento no seio dos africanos, o que significava a perda de legitimidade dos líderes políticos e a eclosão de um clima de instabilidade política, uma vez que a maioria dos africanos continuava pobre e excluída dos benefícios das riquezas associadas ao Estado e à nação.

Guebuza assume-se como líder de processos de unidade nacional, apesar de socialmente se encontrarem exemplos de contestação ao que deveriam ser as políticas de distribuição mais igualitárias dos recursos. Assim se percebe que a relação horizontal entre os membros da ideia de nação apresentada por Guebuza não se concretiza, o que entra em contradição com o seu próprio discurso, a partir do momento em que ele se assume mais como o membro da elite política, sendo quem lidera o processo de

respondeu com o uso da força, acabando por resultar na morte de três pessoas e mais de duzentos feridos na manifestação de 2008, e, em mais de uma dezena de mortes e mais de quatrocentos feridos na de 2010 (cf. Bussoti, 2010 e 2014; Pereira, et al, 2013; Brito, et al, 2015).

edificação da nação moçambicana. Esta constatação pode ser ilustrada através do seguinte excerto do seu discurso na cerimónia de abertura dos jogos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no dia 29 de Julho de 2010:

Como na formação dos nossos Estados-Nação, os actores estatais têm um papel de grande relevo a desempenhar na engenharia que eleva a consciência de pertença dos seus cidadãos para consolidarem o sentimento de unidade e de partilha de um destino e de valores comuns. Esta acção é e deve ser complementada pelas diversas iniciativas da sociedade civil, do sector empresarial e de indivíduos, propiciando-se um cada vez melhor e maior conhecimento mútuo entre os cidadãos desse espaço comum e a realidade de uma das parcelas desse Estado-Nação. Por isso, neste nosso Moçambique, a auto-estima e a Unidade Nacional colocam-se na placa giratória da nossa acção política e de consolidação da Nação moçambicana (Guebuza, 2011: 70).

É importante ver a forma com que Guebuza, neste excerto, reduz para segundo plano – mesmo ao considerar que são agentes imprescindíveis nesse processo – a influência de todos os outros moçambicanos na construção da nação, nomeadamente as organizações da sociedade civil, empresários e outros indivíduos, ao considerar que as suas acções só aparecem como *complemento* das acções da elite política, da qual ele é membro, acabando por contrariar a sua ideia de horizontalidade na nação.

Apesar de Guebuza, nesse excerto, reduzir a importância da sociedade civil, e do cidadão moçambicano, de forma geral, no processo de construção da nação moçambicana, ela deve ser relativizada. Diferentemente dos primeiros anos após a proclamação da independência em Junho de 1975, em que a Frelimo podia ser identificada como a única entidade que através do Estado definia a forma como a nação deveria ser construída, a partir de 1990, com a aprovação da constituição multipartidária e democrática, a Frelimo perde na lei máxima do Estado essa hegemonia, na medida em que todos os outros sectores da sociedade moçambicana passaram a ocupar um lugar de destaque nesse processo. Como afirma Yonah Seleti (2007: 60):

Since 1992 [em resultado da alteração constitucional de 1990], Mozambique has seen new faces, new identities, new politics, new diversities in the manifestation of national identity. Frelimo in its prime time claimed a monopoly of identity, it claimed an «identity of identities» in Mozambique. Today in Mozambique, Renamo is not perceived as a «bandit» organisation. It is the official opposition with a fair share of parliamentary seats. The advent of numerous nongovernmental organisations with diverse agendas has further fractured the public sphere.

No entanto, no seguimento da importância das instituições estatais no processo de construção da nação, Guebuza destaca o papel das instituições de ensino, incluindo os seus

agentes (os professores e gestores) e o exército (FADM). Como irei apresentar de seguida, começando pelas instituições de ensino.

No discurso “Educação e cultura: como factores essenciais para o desenvolvimento humano” enunciado na cerimónia de abertura do Seminário Nacional de Gestão Escolar em Manica, em 2005, e no discurso “O professor: como agente da transformação social” na cerimónia de graduação na Universidade Pedagógica, no dia 21 de Novembro de 2005, Guebuza destaca o papel da educação na construção da nação moçambicana.

Guebuza considera as escolas um espaço privilegiado para a identificação objectiva de crianças e jovens com os símbolos hino e bandeira nacional. Este posicionamento é importante no contexto de construção da nação pelo Estado. Como afirma Eric Hobsbawm (2004: 87), “os Estados recorriam a meios cada vez mais poderosos, e antes de mais às escolas (...), para comunicarem com os seus habitantes, para espalharem a imagem e herança da «nação», para lhes inculcarem afecto por ela e para os vincularem a um país e a uma bandeira”.

Guebuza confere a responsabilidade do processo de inculcar nos alunos a consciência nacional aos gestores das escolas e aos professores. Em relação aos gestores, mencionados no primeiro discurso, Guebuza afirma o seguinte:

Os gestores de escola têm a grande tarefa de assegurar que estes valores, que a escola transmite, são interiorizados, num ambiente são e acolhedor. O entoar do Hino Nacional, içar da nossa Bandeira multicolor, as referências aos nossos heróis e a nossa diversidade cultural e linguística não devem ser meros rituais para cumprimento de mais uma actividade da rotina curricular ou extra curricular (Guebuza, 2006: 115).

Ainda neste discurso é possível perceber, que, para além de a escola ser um espaço privilegiado de construção da identidade nacional, é o ponto de irradiação dos símbolos que possibilitam a enformação da identidade nacional em outros contextos⁷⁷:

⁷⁷ Anthony Smith (1997) e Benedict Anderson (2012), conferem importância à educação na construção da identidade nacional. Smith (1997: 148-149), ao referir-se ao papel da educação, dá o exemplo da França, com destaque para o período a seguir a Revolução Francesa, ao considerar que os jacobinos procuraram controlar o sistema de educação para transmitir os valores que serviriam de referência para enformar a nova nação. Um cenário semelhante também observado na análise feita por Anderson (2012: 241-242), ao caso indonésio, em que o ministro da educação mandou afixar nas salas de aulas do país imagens que pudessem contribuir para a criação de uma identidade nacional. Para além do discurso mencionado, Guebuza faz menção ao papel da escola na construção da nação moçambicana em outros discursos, como, por exemplo: “Jogos escolares: cimentando a Unidade Nacional, Cultura de

É na escola onde a criança, todos os dias, entoa o Hino Nacional, símbolo da nossa Soberania e da valorização desta bela Pátria «dos que ousaram lutar». Na aldeia são as crianças, que vezes sem conta, são por isso, chamadas a suprir a deficiência, que ainda existe, do conhecimento destes símbolos [neste caso, a bandeira e hino nacional] da nossa Soberania, pelo resto da comunidade, nas cerimónias oficiais Guebuza (2006: 114).

Em relação aos professores, mencionados no segundo discurso, Guebuza diz o seguinte: “o desenvolvimento do espírito patriótico, a promoção da nossa cultura, na sua diversidade, são valores que devem permear o ambiente escolar [tanto na universidade onde os graduados foram formados, como nas escolas onde os mesmos irão leccionar], com o professor na sua liderança” (Guebuza, 2006: 132).

Estes actores, sobretudo os professores, segundo Ernest Gellner (1993), são importantes e determinantes na construção da consciência nacional, mais importantes até que os meios de repressão que um Estado pode utilizar no processo de construção da nação.

Outro actor destacado por Guebuza nos seus discursos é o exército, com um papel de destaque na enformação e exaltação da identidade nacional, como se percebe no discurso de abertura do ano lectivo militar, no dia 11 de Março de 2005: “as Forças Armadas e de Defesa de Moçambique pela natureza da sua concepção, composição e actuação, são um estratégico sector de forja, reforço e disseminação do sentimento de Unidade Nacional, fórum privilegiado para a educação patriótica e campo firme para o aprofundamento do exercício da cidadania” (Guebuza, 2006: 60).

O destaque atribuído por Guebuza ao exército no processo de construção da consciência nacional que permite edificar a nação pode ser entendido como uma resposta à história recente do exército moçambicano, que foi caracterizada pela rejeição na incorporação de indivíduos não-negros nas suas fileiras, por não serem considerados de

Paz, Fraternidade e a solidariedade entre os jovens” (Guebuza, 2006: 99-103), proferido em 2005, na cerimónia de abertura do IV Festival Nacional dos Jogos Desportivos e Escolares em Inhambane; “X Jogos Desportivos Escolares: Celebrando Samora Machel e os seus ideais” (Guebuza, 2012: 141-148), na cerimónia de abertura do X Festival Nacional dos Jogos Escolares, na no dia 23 de Julho de 2011. Guebuza também faz referência ao papel do ensino superior na construção da nação moçambicana nos discursos: “Universidade moçambicana no desenvolvimento rural” (Guebuza, 2006: 93-98), proferido na cerimónia de graduação no Instituto Superior Politécnico e Universitário (actual Universidade A Politécnica) no dia 23 de Setembro de 2005, na cidade de Maputo; “Universidade de Nachingwea: apropriando-se do nosso passado de glória como levedura para formação de quadros de valor” (Guebuza, 2014: 109-118), enunciado na cerimónia de inauguração da universidade, no dia 11 de Setembro de 2013, na cidade da Matola.

confiança. Esta exaltação torna-se clara quando Guebuza, num outro discurso, proferido na cerimónia de abertura IV Festival Desportivo e Cultural das FADM, realizado no dia 21 de Setembro de 2013 na cidade de Chimoio, descreve as FADM da seguinte forma: “são homens e mulheres representando, enfim, essa diversidade cultural [representada nas FADM é] que faz de nós um Povo mais rico, unido, forte e determinado, um Povo especial” (Guebuza, 2013: 281)⁷⁸.

É de anotar que Guebuza destaca a longa duração no processo de construção da nação moçambicana e do sentimento de a ela se pertencer ao evocar a longa resistência à penetração e à dominação colonial portuguesa⁷⁹. O colonialismo português é, então, destacado por Guebuza como tendo sido determinante para a edificação da identidade nacional, como se percebe no seguinte exemplo, retirado do discurso proferido na

⁷⁸ Para além dos discursos mencionados, Guebuza também refere-se ao papel das FADM em outros discursos e contextos no processo de construção da nação: “FADM: como a excelência do desempenho da instituição se constrói no quotidiano, com participação de todos e de cada um” (Guebuza, 2014: 293-299), proferido na cerimónia de encerramento do curso de Sargentos dos Quadros Permanentes, de Sargentos Milicianos, de Sargentos da Guarda Fronteira e de Instrução Básica Militar dos jovens médicos, realizado no dia 9 de Novembro de 2013 no distrito de Boane; “Sargento: espinha dorsal das Forças Armadas de Defesa de Moçambique” (Guebuza, 2011: 349-353), proferido na cerimónia de encerramento do 1º curso de formação de Sargentos das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique, realizado no dia 9 de Dezembro de 2010 no distrito de Boane; “Educação cívico-patriótica: o papel do Ministério da Defesa” (Guebuza, 2011: 355-360), proferido na sessão de abertura do XI Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional, realizado no dia 18 de Novembro de 2010 na cidade da Matola. Em relação à discriminação na incorporação de indivíduos de outras raças, diferentemente de negros, nas fileiras do exército, Machado da Graça, citado por Thomaz (2006: 255; sublinhado do original), afirma o seguinte: “a questão foi esclarecida há cerca de dois anos pelo presidente Chissano que declarou publicamente que o facto de brancos, indianos e mestiços não fazerem o serviço militar obrigatório não é porque a isso fujam, é porque foi uma decisão do Comité Central da Frelimo. Foi segregação racial por falta de confiança. Recordo-me de ter escrito, aqui há uns anos, um artigo precisamente a reivindicar o *direito* de pessoas de todas as raças poderem servir nas forças armadas”.

⁷⁹ As resistências africanas – incluindo o caso de Moçambique – à penetração e à dominação colonial aparecem nos debates historiográficos como elementos do primeiro estágio do nacionalismo africano, também considerado “nacionalismo tradicional”. Para alguns historiadores, é a fase que influenciou o surgimento do nacionalismo moderno em África, considerado o responsável pelo início das lutas independentistas, que reclamavam a identidade, autonomia e unidade nacional do povo (cf. Adeleke, 2012).

cerimónia de inauguração do monumento em honra do Presidente Eduardo Chivambo Mondlane, no dia 20 de Junho de 2009, em Nwadjahane⁸⁰, província de Gaza:

Tendo analisado as razões do fracasso dos nossos antepassados, na sua luta contra a penetração e dominação estrangeira, Eduardo Chivambo Mondlane formulou a Unidade Nacional como a mais poderosa e imbatível arma ao dispor dos moçambicanos. Ele demonstrou como todos nós moçambicanos éramos vítimas da mesma opressão e exploração coloniais e como juntos poderíamos pôr fim a essa dominação estrangeira. Graças a Unidade Nacional vencemos em dez anos um colonialismo que se enraizara em Moçambique em quinhentos anos (Guebuza, 2010: 34).

Com esta citação, é possível perceber que Guebuza recupera a história do período colonial para exaltar o sentimento de pertença dos moçambicanos ao território moçambicano, ao procurar destacar que o colonialismo tinha usurpado esse território e que era responsabilidade dos moçambicanos recuperá-lo, o que foi feito por via da luta de libertação nacional. Mas nota que esta recuperação aconteceu porque houve união entre os moçambicanos, sendo esta a união que recupera para a preservação da nação moçambicana durante a sua governação.

A exaltação da união pode ser vista em duas perspectivas. A primeira tem a ver com a cerimónia em que o discurso foi proferido, inauguração do monumento em homenagem a Eduardo Mondlane, considerado pelos moçambicanos o “Arquitecto da Unidade Nacional”, atributo que o torna num símbolo importante para edificação da identidade nacional. A segunda pode ser entendida como uma resposta às ameaças da Renamo de dividir o país em resultado da resistência da Frelimo em rever a lei eleitoral, como fiz referência anteriormente⁸¹.

⁸⁰ Nwadjahane é a terra natal de Eduardo Mondlane e foi elevada à categoria de património cultural nacional na sessão ordinária do Conselho de Ministro do dia 23 de Dezembro de 2008. O comunicado de imprensa do mesmo Conselho diz o seguinte: “o Decreto [que classifica a área de Nwadjahane no Distrito de Mandlakaze, Província de Gaza como Património Cultural] visa preservar e enaltecer os valores históricos, espirituais, políticos, didático-científicos e económicos presentes no local que se prendem com a figura do Arquitecto da Unidade Nacional e Fundador da Frente de Libertação de Moçambique, Dr. Eduardo Mondlane, bem como servir de fonte de inspiração para os moçambicanos, exaltando os valores de auto-estima, patriotismo e heroicidade” (Secretariado do Conselho de Ministros de Moçambique, 2008: 1).

⁸¹ Para esse assunto consulte-se Autor desconhecido (2014), “Momentos de instabilidade política em Moçambique – uma cronologia”, *DW online*, Data de edição: 06.07.2014, Disponível em: <<http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>>, Acedido a: 29 de Novembro de 2014.

Guebuza explora a ideia de pertença à nação, exaltando o sofrimento e a vitória colectiva dos moçambicanos no processo de sua construção. Estas questões, sofrimento e vitória colectiva, são importantes na construção das nações, na medida em que possibilitam o estreitamento do vínculo entre os seus membros para com a nação, como afirmam Ernest Renan (1997) e Anthony Smith (1997). Para Renan (1997: 173), o sofrimento é mais importante que os momentos de alegria no processo de edificação da nação, por permitir que os seus membros fortifiquem os seus laços na base desse sofrimento. Entretanto, Smith (1997: 196-197) considera que, mais do que o sofrimento, devem exaltar-se as vitórias, porque é a ideia de um passado glorioso que permite mobilizar os membros a seguirem o mesmo destino com a esperança de alcançarem um futuro glorioso, tanto quanto foi o seu passado, podendo dessa forma contribuir para a constituição de uma identidade nacional.

Com base na análise feita neste subcapítulo é possível perceber que Guebuza, ao construir a sua ideia de nação na perspectiva horizontal, procura mobilizar os moçambicanos a assumirem o seu programa de governação, sobretudo o combate à pobreza e a consolidação da paz. Ele quer transmitir a ideia de que estes objectivos também pertencem aos moçambicanos, daí a necessidade do seu envolvimento, e com isso construir uma ideia de nação para responder às dinâmicas de um determinado contexto, que é a sua governação. Isto pode explicar o porquê de reclamar a liderança no processo de construção da nação como Presidente da República. Mas ao elaborar esta ideia de nação, Guebuza recorre à instrumentalização de certas questões, como, por exemplo, os heróis nacionais e as infra-estruturas. São estas as questões que irei analisar nos subcapítulos seguintes, começando pelos heróis nacionais.

A instrumentalização dos heróis nacionais na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza

Os heróis nacionais são uma das categorias importantes para se poder edificar a nação, uma vez que pertencem à história colectiva, marcada por um passado de bravura, sacrifício e vitória com a população que se pode identificar. Essa consiste na elevação de certos indivíduos ao estatuto de heróis nacionais, tendo como referência a ideia de sofrimento e vitória. Como defende Fernando Ribeiro (2005: 257-258): “nenhum Estado-nação abdica da produção e evocação de um imaginário político e identitário, feito de

histórias de lutas e de resistências homéricas, com os protagonistas investidos de um papel essencial no processo de construção e instituição de uma identidade nacional”.

Guebuza, nos seus discursos, instrumentalizou, por um lado, os heróis nacionais que apesar de não terem combatido o regime colonial por via da arma se destacaram na construção da consciência nacional, e por outro, os heróis nacionais que foram o produto da luta de libertação nacional, enquanto combatentes que pegaram em armas para lutar contra o colonialismo. Irei começar por me debruçar sobre a primeira tipologia, concretamente José Craverinha⁸² e Malangatana Valente Ngwenya⁸³.

Guebuza refere estes artistas de forma distinta. Ao falar de Craverinha destaca o seu papel na construção da consciência nacional moçambicana por via da literatura, como afirma no seu discurso aquando do lançamento de duas obras da autoria de Craveirinha, *Vila Borghesi e outros poemas de viagem e Tâmaras azedas de Beirute*, proferido no dia 10 de Dezembro de 2010 na cidade de Maputo:

José Craverinha fez da literatura e da sua poesia de intervenção política, social e cultural, uma importante arma de luta contra a dominação e opressão e um poderoso instrumento de afirmação da moçambicanidade e de libertação. Trata-se de uma literatura que despertava consciências e reforçava o sentimento de libertação interior, um importante passo para quem abraçava o nacionalismo (Guebuza, 2013: 70).

É de destacar, nesta citação, a importância que Guebuza atribui a Craverinha na construção da moçambicanidade enquanto manifestação da identidade dos moçambicanos em oposição ao colonialismo, o que pode resumir-se nas seguintes palavras de Nelson Saúte (1998: 91): “a discussão do ser moçambicano, a afirmação da moçambicanidade, está, inextricavelmente, ligada a sua escrita [Craverinha] (...) toda a sua escrita persegue a estratégia de afirmação identitária, outra que não a do colonizador”⁸⁴. Ao referir-se a Malangatana, Guebuza, no seu discurso durante a atribuição do título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade A Politécnica ao pintor, no dia 13 de Setembro de 2007, na

⁸² Foi escritor, jornalista e poeta moçambicano, nascido a 28 de Maio de 1922 e falecido a 6 de Fevereiro de 2003.

⁸³ Artista plástico e poeta, nascido a 6 de Junho de 1936 e morreu a 5 de Janeiro de 2011.

⁸⁴ Esta perspectiva também está presente no discurso de Guebuza em homenagem a José Craveirinha, no acto de inauguração da “Casa Museu José Craveirinha”, proferido no dia 22 de Junho de 2007 (Guebuza, 2008: 125-128). A “Casa Museu José Craveirinha” consistiu na transformação da residência do escritor em museu, tendo sido preservada a disposição dos seus móveis e a decoração, com o objectivo de dar a conhecer aos visitantes como Craveirinha vivia.

cidade de Maputo, não faz menção à sua importância na construção da identidade nacional, limitando-se a destacar a importância da atribuição deste título.

Guebuza destaca alguns antigos combatentes do colonialismo como heróis: Eduardo Chivambo Mondlane, fundador e primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Samora Moisés Machel, fundador e segundo Presidente da Frelimo e o primeiro Presidente de Moçambique independente, Armando Tivane, Romão Fernandes Farinha, Orlando Francisco Magumbwa e Luís Joaquim Mara, combatentes da Frelimo e mortos em combate em 1973, Robati Carlos, guerrilheiro da Frelimo morto em combate em 1972, e Josina Machel (única mulher mencionada).

Estes heróis nacionais aparecem nos discursos de Guebuza como exemplos concretos de sofrimento e vitória, uma vez que aceitaram sacrificar as suas próprias vidas através da sua entrega na luta de libertação nacional para alcançar a independência:

Trazemos estes exemplos para demonstrar que a nossa Independência só foi possível graças ao sacrifício de homens e mulheres, muitos deles jovens, que se entregaram à causa da Libertação da Terra e dos Homens. Muitos dos protagonistas desta Luta abandonaram o conforto das suas famílias, o calor das suas amizades, para correr riscos, incluindo a perda da sua própria vida (Guebuza, 2006: 60)⁸⁵.

É importante destacar dois aspectos nesta citação. em primeiro lugar, a ideia de libertar, tanto a terra, como os homens, deixando transparecer que os moçambicanos, sobretudo os combatentes, tinham plena consciência de que a liberdade dos moçambicanos estava coarctada. Em segundo lugar, o uso de maiúsculas nos termos “Independência”, “Libertação”, “Terra”, “Homens” e “Luta” significa que Guebuza confere importância a conceitos-chave dos programas nacionalistas na sua associação à vida dos sujeitos elevados a heróis no processo de construção da nação. Estes termos podem servir para caracterizar os nacionalismos, sobretudo o africano, na medida em que os movimentos nacionalistas e independentistas africanos reivindicavam a independência e a liberdade tanto sobre a terra como sobre os homens, que se pode traduzir na reclamação da autonomia, sendo um processo feito por via das armas: a “luta de libertação nacional”⁸⁶.

⁸⁵ Guebuza, 2006: 57-63. Discurso proferido na cerimónia de abertura do ano lectivo militar no distrito da Mahiça, província de Maputo, no 11 de Março de 2005.

⁸⁶ Um dos exemplos foi o posicionamento da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que decidiu pela via armada para o alcance das independências nacionais.

A questão de vontade de libertação, tanto da terra como do homem está muito bem explícita no discurso de Guebuza “Cultura moçambicana: esteio da vitalidade, singularidade e futuro da Nação”, na cerimónia de abertura do VII Festival Nacional da Cultura, realizado no dia 11 de Julho de 2012, ao afirmar o seguinte:

Há cinquenta anos, filhos insignes desta Pátria de Heróis iniciaram o processo de reconstrução da moçambicanidade e do orgulho de terem nascido nesta terra dos seus antepassados. Foi na cultura que a ocupação colonial, através da sua dominação física e simbólica, procurou subjugar, esvaziar, vilipendiar e negar-lhe existência, que essa Geração do 25 de Setembro [os combatentes da luta de libertação nacional] foi inspirar-se para sustentar o projecto da libertação da terra dos homens. Foi nas nossas raízes identitárias que nos definimos como um Povo, unido por um propósito, o propósito do resgate da nossa soberania, dignidade e independência. A atribuição de nomes de localidades moçambicanas, de heróis da resistência e de rios às bases da FRELIMO nas Zonas Libertadas, como sejam Chaimite, Quelimane, Zambézia, Nampula, Beira, Ngungunyane e Limpopo visava cultivar e cimentar na consciência dos obreiros da nossa nacionalidade o facto de: Moçambique era de todos nós, estivéssemos onde estivéssemos; Que as riquezas, aqui representadas pelos rios, eram riquezas de todos nós, os moçambicanos, estivéssemos onde estivéssemos (Guebuza, 2013: 85).

É de anotar que Guebuza procura realçar a ideia de sentimento de pertença à terra que é construída com recurso a uma história de origem dos moçambicanos sobre ela, dando a entender que existe uma ligação antiga entre a terra e os moçambicanos, que pode resumir-se na ideia de ambos se pertencerem, ao ponto de se influenciarem mutuamente ao longo das suas gerações, à semelhança do que diz Anthony Smith (1997: 23): “a terra natal torna-se um depósito de memórias e associações históricas, o lugar onde viveram, trabalharam, oraram e lutaram os «nosso» sábios, santos e heróis”.

Era um direito e dever dos moçambicanos reclamar a autonomia da terra expulsando o usurpador, que era o colonialismo português, ao ponto de se fazer, com a independência, a restituição (ou construção) da simbologia dos diferentes espaços da terra, como espaços sagrados de exaltação da bravura, sofrimento e glória dos moçambicanos na luta pela sua autonomia, manifestada através da atribuição de nomes que permitem aos moçambicanos perpetuar o sentimento de pertença à terra onde se procurava construir a nação moçambicana.

A dimensão histórica aludida por Guebuza na citação anterior é explorada por ele para defender a sua ideia de nação moçambicana enquanto entidade caracterizada pela diversidade. Para suportar esta ideia, Guebuza recorre à história da luta de libertação nacional, ao considerar que os combatentes desta luta se consideravam um *só* povo pertencente a uma *única* terra, manifestada, por um lado, pela união entre eles, e, por

outro, pela entrega à luta em qualquer parte de Moçambique. O seguinte quadro é disso ilustrativo:

Quadro 2.1. – A ideia de pertença à Moçambique a partir do exemplo de vida dos heróis nacionais

	Armando Tivane	Romão Fernandes Farinha	Orlando Francisco Magumbwa	Luís Joaquim Marra	Robati Carlos
Local de Nascimento	Maqueze, distrito de Chibuto, província de Gaza	Muatide, província de Cabo Delgado	Messumba, província de Niassa	Distrito de Caia, província de Sofala	Aldeia de Muadi, província de Cabo Delgado
Local de Batalha	Frente de Tete, de Manica e Sofala	Frente Ocidental de Tete	Interior de Moçambique	Frente de Cabo Delgado	Província do Niassa

Fonte: Elaboração própria a partir de informação recolhida em Guebuza, 2013: 46-52; 2014: 12-52.

Com esta ideia de que os moçambicanos são unidos na diversidade que os caracteriza e que assumem que Moçambique é sua pertença independentemente da localização de cada um, exemplificada com a vida destes heróis nacionais, Guebuza procurava responder a crise político-militar que se vivia em Moçambique, caracterizada pela ameaça feita pela Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) de dividir o país, no sentido de mobilizar os moçambicanos a manterem-se unidos e, sobretudo para não apoiarem esta ideia da Renamo.

Outro aspecto a destacar nos discursos de Guebuza quando se refere aos heróis nacionais é que explora a ideia de eles serem um exemplo a ser reproduzido pelos moçambicanos para construírem uma identidade nacional e para serem mobilizados para o combate à pobreza, como irei apresentar de seguida, a partir dos exemplos de Romão Fernandes Farinha e Robati Carlos⁸⁷.

⁸⁷ Esta perspectiva também pode ser identificada em outros discursos com referência aos heróis nacionais Armando Tivane, Orlando Magumbwe e Joaquim Marra: “Armando Tivane: um herói desta pátria de heróis” (Guebuza, 2014: 35-43), proferido em sua homenagem, no dia 1 de Setembro de 2013, no distrito de Chibuto; “Orlando Francisco Magumbwa, proferido no dia 17 de Junho de 2013, no distrito de Messumba e “Joaquim Mara: obreiro do um legado que nos inspira hoje e sempre” (Guebuza, 2014: 4t-52), proferido na cerimónia em sua homenagem, no dia 25 de Outubro de 2013, no distrito de Caia.

No discurso em homenagem a Romão Fernandes Farinha, proferido no dia 23 de Abril de 2013, nas cerimónias de celebração do aniversário da sua morte, Guebuza faz uma síntese da biografia. Nesta breve biografia Guebuza destaca os feitos deste herói em três atributos, “auto-estima”, “patriotismo” e “unidade nacional”, como se de uma unidade se tratasse⁸⁸:

Romão Fernandes Farinha é uma referência quando falamos de auto-estima, de patriotismo e de Unidade Nacional em Moçambique. Ele deve servir de bússola para os que, dentre nós, nascem com poucas posses e em famílias humildes para não baixarem os braços e deixarem de lutar por um futuro melhor. O exemplo de auto-estima de Romão Fernandes Farinha demonstra que podemos todos sonhar mais alto e, se acreditarmos nas nossas capacidades [para] vencer os obstáculos que se colocam à nossa frente (Guebuza, 2014: 14).

Estes atributos, “auto-estima”, “patriotismo” e “unidade nacional”, são, para Guebuza, elementos importantes que deveriam ser apropriados pelos moçambicanos nas suas representações identitárias enquanto colectivo, mas sempre em função de um objectivo em comum: o combate à pobreza. Por outras palavras, Guebuza procurava, a partir do exemplo de proactividade deste herói, mostrar que se pode erradicar a pobreza em Moçambique, desde que haja compromisso, convidando com isso os moçambicanos a reproduzir o exemplo de vida de Romão Fernandes Farinha. A auto-estima pode ser entendida como um chamamento dos moçambicanos a gostarem de ser moçambicanos, de pertencer ao colectivo. O patriotismo pode ser interpretado como um apelo aos moçambicanos a desenvolver uma paixão pelo território moçambicano, no sentido dos mesmos sentirem que pertencem ao território e que o território é uma pertença deles. Por último, a unidade nacional pode ser entendida na feição da diversidade que caracteriza os moçambicanos. Guebuza considera que Romão Fernandes Farinha foi alguém que aceitou ir combater com outros moçambicanos pertencentes a diferentes grupos etnolinguísticos noutras regiões de Moçambique.

⁸⁸ Romão Fernandes Farinha ingressou nas fileiras da Frelimo em 1964, depois de ter exercido a profissão de professor entre 1960-1964, no distrito de Ntamba em Cabo Delgado, sua terra natal. Em 1965, beneficiou de uma formação na Ucrânia, Sinferopol, e após o seu regresso foi combater para a província do Niassa, no comando do 1º Pelotão da 3ª Companhia. Em 1967, foi nomeado Chefe Efectivo Provincial da Frelimo na província do Niassa e, em 1968, após o II Congresso da Frelimo, foi nomeado Chefe Provincial das Operações na mesma província onde acabou por falecer no dia 28 de Março de 1973, vítima de doença (Guebuza, 2014: 14).

Guebuza, no discurso em homenagem a Robati Carlos, enunciado no dia 17 de Março de 2012, nas celebrações do aniversário da sua morte, faz uma síntese da vida deste herói e afirma o seguinte⁸⁹:

Ao recordarmo-nos hoje do nosso compatriota Robati Carlos, destaca-se entre nós a convicção de que a sua conduta e exemplo servem à nossa História como referências permanentes para a construção de um Moçambique sempre bem melhor para todos nós. O seu poderoso exemplo de dedicação inabalável e intransigente à causa de uma sociedade mais justa, foi o maior legado que devemos transmitir às actuais e às futuras gerações. Essa é a nossa grande responsabilidade! A sua obra é património colectivo de todos nós. Ao engajarmo-nos na luta contra a pobreza, estamos a valorizar o sacrificio deste e de outros heróis da nossa libertação. Estamos a valorizar a independência pela qual deu a sua preciosa vida (Guebuza, 2013: 52).

Guebuza procura exaltar os feitos de Robati Carlos, à semelhança de Romão Fernandes Farinha, convidando os moçambicanos a seguir o seu exemplo de vida através da luta contra pobreza. Guebuza enfatiza o facto de ele ser património nacional, tornando-o numa referência para a vida dos moçambicanos ao longo das gerações.

Josina Machel, apelido que é atribuído a Josina Muthemba em resultado do seu casamento com Samora Machel em 1969, é uma heroína que se destacou na luta de libertação nacional, tal como Romão Fernandes Farinha e Robati Carlos. Guebuza fez uma síntese da sua biografia⁹⁰. Ao enaltecer Josina Machel como heroína nacional, procurava mobilizar a mulher moçambicana a seguir o seu exemplo como uma referência de bravura a ser reproduzida na representação identitária colectiva feminina, deixando transparecer que a mulher moçambicana também tem capacidade para transformar a sociedade e construir a nação. Este destaque dado à mulher como agente de relevo na

⁸⁹ Robati Carlos foi alfaiate de profissão, iniciou as suas acções nacionalistas na clandestinidade em apoio à Frelimo, na sua terra natal, distrito de Muadi, província de Cabo Delgado. Durante os princípios da década de 1960 e em resultado dessas acções foi preso pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em 1963 e libertado no mesmo ano. Após a sua libertação emigrou para a Tanzânia para se juntar aos guerrilheiros da Frelimo, onde beneficiou de treino político-militar nos centros de preparação de Bagamoyo e Kongwa, na Tanzânia. Para além desta formação, beneficiou de uma outra formação na Ucrânia, Sinferopol, entre 1968-1969. Com o seu regresso em 1969, foi destacado para a província do Niassa, onde faleceu no dia 5 de Março de 1972, em resultado do ataque do exército colonial português (cf. Dava, 2012).

⁹⁰ Josina Machel filiou-se a Frelimo em 1965, e, em 1967 foi nomeada Chefe da Secção da Mulher no Departamento dos Negócios Estrangeiros do movimento. Ela destacou-se na defesa da causa feminina e da criança. Veio a falecer no dia 7 de Abril de 1971 (Mondlane, 1995: 95-96; Guebuza, 2012: 79-8).

construção da nação pode ser percebido no contexto do nacionalismo como um reconhecimento do papel das mulheres na configuração social, económica e política dos espaços nacionais (cf. Sá, 2010: 349-359).

Esta questão está ilustrada no discurso de Guebuza na cerimónia de inauguração, em Chilembene (província de Gaza), do monumento em sua homenagem, no dia 7 de Abril 2011: “sempre de punho erguido e de arma na mão, Josina participava na mobilização da Mulher Moçambicana para se enquadrar na agenda da libertação da Pátria como parte da sua própria agenda de emancipação” (Guebuza, 2012: 83).

É de destacar a importância da construção deste monumento em homenagem a Josina Machel e a sua inauguração pelo próprio Guebuza como Chefe de Estado, uma vez que os monumentos nacionais são fundamentais na construção da nação e na emergência e perpetuação de elementos de identidade nacional. Estes monumentos têm sido construções feitas em função dos interesses das elites, no sentido de dar respostas aos contextos em que estão inseridos. Como afirma Anthony Smith (1997: 198), os nacionalistas tendem a construir ou apropriar-se de certos empreendimentos ou monumentos de certas regiões para conferir-lhes a dimensão nacional, de forma que os membros da nação possam (re)afirmar e perpetuar a sua identidade nacional tendo como base esses monumentos.

Apesar de não diferir dos exemplos dos outros heróis nacionais acima mencionados, uma vez que deles se exalta o sacrifício, o sentido de paixão pela terra e a vontade de alcançar a independência, é de realçar que Josina Machel é destacada enquanto símbolo feminino na luta de libertação nacional em duas perspectivas. Primeiro, como uma combatente na luta contra o regime colonial e, segundo, como uma combatente pela emancipação da mulher. Como ele afirma: “Neste dia [7 de Abril, dia da mulher moçambicana] e todos os dias, continuemos a cultivar os valores nobres que Josina e todas as mulheres moçambicanas incutem na família e na Nação Moçambicana” (Guebuza, 2011. 85).

Ainda que Guebuza só destaque os feitos de Josina Machel, também reconhece o feito heróico de outras mulheres, como, por exemplo, Emília Dausse, Deolinda Guezimane e Marina Pachinuapa. Todas combatentes da luta de libertação nacional. A primeira foi morta em combate em 1973, tendo sido homenageada por Guebuza em Junho de 2014, numa cerimónia que consistiu na atribuição do seu nome a um monumento. Deolinda Guezimane e Marina Pachinuapa ainda se encontram no activo,

tendo já desempenhado algumas funções políticas, como membros do Conselho de Estado no último mandato de Guebuza (2010-2014).

Para além destas referências individuais, há a anotar que dois volumes dos discursos de Guebuza foram dedicados à mulher moçambicana. O primeiro foi publicado em 2011, com o título “A nossa missão: unidade nacional – iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza”, e o segundo, em 2014, com o título “A nossa missão: saúde da mulher e da criança – um desafio multisectorial que se coloca à escala planetária”.

Não obstante o destaque da mulher no título dos dois volumes referidos, o seu conteúdo não lhe corresponde. Dos oitenta e três discursos do primeiro volume, só um é que é dedicado à mulher moçambicana no processo de construção da nação, intitulado: “Chama da Unidade Nacional: iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza”, proferido nas celebrações do dia da mulher moçambicana, 7 de Abril de 2010, no distrito de Nangade, data em que Guebuza também oficializou o início da circulação da “Chama da Unidade Nacional” pelo território nacional em celebração dos 35 anos da independência. Este título é justificado por Guebuza numa das passagens do seu discurso: “que a Chama da Unidade ilumine a mulher moçambicana para trazer muitas mais das suas virtudes inatas para induzir mais mudanças na nossa sociedade” (Guebuza, 2011: 33). Neste discurso, Guebuza destaca o papel da mulher na construção da nação moçambicana, em dois sentidos: no processo da luta de libertação nacional e no desenvolvimento socioeconómico do país⁹¹.

É de anotar que a primeira Chama da Unidade Nacional foi feita circular pelo Presidente da República de Moçambique Samora Moisés Machel, nas vésperas da proclamação da independência nacional, tendo esta chama saído do distrito de Nangande, província de Cabo Delgado, no dia 9 de Junho de 1975, passando por todas as províncias

⁹¹ É de anotar que mais dois discursos desta colectânea fazem alusão à mulher. Guebuza nestes discursos destaca o papel da mulher no contexto internacional, concretamente o africano e o global. No primeiro discurso, sobre África, intitulado: “Década africana da mulher: consolidando o papel da mulher como importante actor no desenvolvimento socioeconómico” (Guebuza, 2011: 181-186), enunciado na cerimónia de abertura da segunda Conferência Nacional sobre Mulher e Género, realizada em Maputo no dia 4 de Novembro de 2010. E, no segundo, sobre o contexto global, com o título: “Emancipação da mulher no mundo: um factor para o desenvolvimento dos nossos países” (Guebuza, 187-192), proferido na cerimónia de abertura da reunião do Comité de Direcção da Federação Democrática Internacional das Mulheres, realizada na cidade de Maputo, no dia 15 de Dezembro de 2010.

de Moçambique, para chegar a Maputo no dia 26 do mesmo mês, onde foi depositada no Estádio da Machava. O mesmo trajecto foi repetido por duas vezes por Guebuza enquanto Presidente da República, para celebrar o aniversário da independência, em 2005, e com o mesmo propósito em 2010. Ambas as celebrações tinham o mesmo objectivo que o de Samora Machel, simbolizar a unidade entre todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico (Muiuane, 2006: 386; Guebuza, 2011: 29 e 2013: 31)⁹².

No segundo volume, publicado em 2014, com cinquenta e três discursos, só um é dedicado à mulher e à criança, e tem o mesmo o título do volume. Os restantes discursos são sobre diversas temáticas, entre as quais, a paz, o desporto, as relações de cooperação entre Moçambique e a Tailândia, entre outros, mas nenhum deles sobre o papel da mulher na construção da nação. Ao contrário de actor activo, a mulher, incluindo a criança, aparecem na condição de grupos vulneráveis, que precisam de protecção e cuidado do Estado, o que torna um paradoxo, quando analisado o protagonismo que ele procura atribuir à mulher, principalmente através do exemplo de Josina Machel, como agente incontornável no processo de construção da nação.

É importante referir que Guebuza, ao explorar a vida destes heróis para união em torno do combate à pobreza, está em simultâneo a assumir que a génese da pobreza em Moçambique está nos moçambicanos. Ou seja, para Guebuza a pobreza é uma questão de mentalidade, ao afirmar que os moçambicanos têm uma “mentalidade miserabilista”⁹³, que é manifestada pela preguiça, viver da ajuda e falta de criatividade, como está patente

⁹² Este acto foi recuperado pelo actual Presidente da República, Filipe Nyusi, na cerimónia que marca o início das celebrações dos 40 anos da independência de Moçambique, com o mesmo propósito, exaltar a unidade nacional, o que pode significar uma resposta à actual crise político-militar do país, caracterizado pelas reivindicações por parte da Renamo em governar as províncias da região centro e norte de Moçambique, onde venceu as eleições gerais de Outubro de 2014. Isto é entendido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) como sendo uma ameaça à unidade nacional na perspectiva de território indivisível (Autor desconhecido (2015), “Nyusi apela à unidade e Dhlakama insiste nas províncias autónomas”, *D online*, Data de edição: 07.04.2015, Disponível em: <<http://www.dw.de/nyusi-apela-%C3%A0-unidade-e-dhlakama-insiste-nas-prov%C3%ADncias-aut%C3%B3nomas/a-18366186>>, Acedido a: 18 de Abril de 2015).

⁹³ Sobre o uso deste termo por Guebuza, consulte-se Chichava (2009). Neste artigo Chichava analisa a percepção Guebuza tem sobre pobreza, tendo como seu objecto de análise os discursos proferidos durante o primeiro mandato.

no excerto do seu discurso na cidade de Quelimane, província da Zambeze, citado por Chichava (2009: 10),

Outras pessoas são pobres por preguiça, falta de auto-estima e de criatividade (...) não é aceitável que num país com muitos quadros e cientistas, com muitas terras férteis e fadado pela natureza, que haja tanta gente tão pobre e com fome. Isto é resultado da falta de amor pelo trabalho, que faz com que as pessoas não explorem a imensa riqueza existente em Moçambique, limitando-se apenas a reclamar.

É esta forma de Guebuza pensar a pobreza que faz com que exalte o espírito de luta, sacrifício, entrega dos heróis nacionais enquanto referência para os moçambicanos reproduzirem estes exemplos face aos desafios do país, particularmente na luta contra a pobreza. Mas esta ideia de “mentalidade miserabilista” elaborada por Guebuza, quando se refere aos moçambicanos no combate à pobreza, esconde a incapacidade da Frelimo, de forma geral, e do seu governo, em particular, na luta contra a pobreza, observando-se que a pobreza em Moçambique, apesar de em certos períodos se mostrar estacionária, tem uma tendência crescente⁹⁴.

⁹⁴ Esta ideia de “mentalidade miserabilista” também pode ser ilustrada a partir do excerto do discurso “Distrito: base de dinamização do combate à pobreza”, na cerimónia de tomada de posse de ministros, vice-ministros e governadores provinciais, no dia 14 de Fevereiro de 2005, na cidade Maputo, ao afirmar que “noutras zonas do País não exploramos o suficiente as oportunidades para o surgimento de pequenas unidades de processamento da produção local e do que consideramos e tratamos como desperdícios: é verdade que nalgumas comunidades velhos utensílios encontram novas aplicações mas o nível de desperdício é ainda muito elevado: referimo-nos, por exemplo, aos cartumes. Ainda sobre a criatividade podíamos recorrer ao conselho do músico moçambicano Eduardo Carimo que diz «Pensas que vais ficar à espera do donativo/A oferta nunca a vida/A cabeça é para pensar»” (Guebuza, 2006: 27). Em relação à percepção que Guebuza tem sobre pobreza, consultem-se Brito, 2009 e Chichava, 2009. Sobre a situação da pobreza consultem-se Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2010; Castel-Branco, 2010; Oppenheimer, (200_?) e Francisco, 2010. E, para o nível de desenvolvimento de Moçambique consulte-se Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2014.

O Papel de Eduardo Mondlane e de Samora Machel na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza

Guebuza, ao referir-se a Eduardo Mondlane⁹⁵ e Samora Machel⁹⁶, à semelhança dos heróis nacionais mencionados anteriormente, destaca o exemplo de sacrifício e de glória que representam no processo de edificação da nação moçambicana. A dimensão de sacrifício associada a estes heróis aparece nos discursos de Guebuza como um exemplo de abdicção que eles fizeram das suas vidas privadas para se dedicarem à causa da luta de libertação. Para Guebuza, as mortes de Mondlane e Samora foram o auge deste sacrifício. A glória, ou a vitória, pode ser traduzida no alcance da independência nacional, proclamada a 25 de Junho de 1975, culminando um processo que foi liderado por Mondlane e Samora. É esta perspectiva – a vitória como resultado do sacrifício – que

⁹⁵ Para dados biográficos de Mondlane, consultem-se os subcapítulos sobre “Nação e nacionalismo em Moçambique: diferentes abordagens de nação e um olhar histórico sobre o papel das elites” e “A Frelimo e o nacionalismo moçambicano antes e após a independência”.

⁹⁶ Samora foi enfermeiro de profissão e integrou-se na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) logo após a sua formação em Junho de 1962, tendo saído de Lourenço Marques para se juntar ao movimento em Dar es Salaam, de onde foi destacado para treino militar na Argélia, em 1963. Após o seu regresso, participou no início da luta de libertação nacional, em Setembro de 1964. Em 1965, foi destacado para a abertura da frente Oriental do Niassa e, no mesmo ano, organizou o Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea. Com a morte de Filipe Samuel Magaia, Secretário do Departamento de Defesa, em Outubro de 1966, Samora foi indicado pelo Comité Central da Frelimo para o substituir. Samora enquanto Secretário do Departamento de Defesa efectuou transformações na estrutura do movimento, incluindo transformações nas zonas libertadas, com destaque para a substituição das estruturas tradicionais por comités populares, bem como a introdução das cooperativas de produção e comércio colectivo. Com o fim da luta de libertação em Setembro de 1974, foi indicado pelo Comité Central da Frelimo, na sua VII sessão, para o cargo de Presidente da República, o que o tornou no primeiro Presidente de Moçambique independente a partir do dia 25 de Junho de 1975. Em Fevereiro de 1977, a Frelimo realizou o seu III Congresso, no qual, entre outras resoluções, o movimento decidiu transformar-se num partido político, tendo sido Samora eleito seu Presidente. Veio a perder a vida no acidente de aviação em Mbuzini, África do Sul, a 19 de Outubro de 1986 (Autor desconhecido (1986), “Biografia de Samora Moisés Machel”, *Jornal Notícias online*, Data de edição: 00.10.1986, Disponível em: <<http://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Ano%20Samora%20Machel/Biografia/Biografia%20Samora%20Machel.pdf>>, Acedido a: 06 de Março de 2015; Autor desconhecido (s.d.), “Samora Moisés Machel – Biografia”, Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/presidentes/samora-machel>>, Acedido a: 06 de Março de 2015).

Guebuza explora na vida e obra destes heróis nacionais para mobilizar os moçambicanos a reproduzirem estes exemplos ao ponto de poder emergir um sentimento de partilha e de união que possa caracterizar uma nação. É esta perspectiva presente nos discursos de Guebuza, que irei apresentar neste subcapítulo.

Dos sete volumes que totalizam 437 discursos referentes aos dois mandatos de Guebuza (2005-2009 e 2010-2014), analisados na presente dissertação, foi possível observar que ele se refere a Eduardo Mondlane em 34 discursos e a Samora Machel em 33, como ilustra de forma discriminada a tabela.

Tabela 2.1. – Ocorrência dos nomes de Eduardo Mondlane e de Samora Machel nos discursos de Guebuza

Número do volume	Vol. I	Vol. III	Vol. V	Vol. VI	Vol. VII	Vol. VIII	Vol. IX
Ano da publicação	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014
Total dos discursos	29	77	50	83	64	81	53
Referências a Eduardo Mondlane	6	3	11	2	4	6	2
Referências a Samora Machel	7	2	1	2	16	3	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos nos sete volumes dos discursos de Guebuza em análise na presente dissertação.

O enaltecimento a estas duas figuras fica claro com a consagração de 2009 como ano de Eduardo Mondlane e 2011 como o ano de Samora Machel. Estes são os únicos heróis nacionais com reconhecimento a este nível. Com a definição destas datas, Guebuza procura celebrar o aniversário da morte dos dois heróis: em 2009 completaram-se 40 anos do assassinato de Mondlane e em 2011 passaram-se 25 anos do acidente de Mbuzini, que vitimou Samora e sua comitiva. De acrescentar, também, que foi dedicada uma colectânea a Samora, e não a Mondlane, publicada em 2012, com o título “A nossa missão: Samora Machel – o líder de quem emanam as aspirações de um povo”.

A justificação para a consagração destes anos a Mondlane e a Samora pode ser encontrada no discurso de Guebuza na inauguração do monumento em homenagem a Samora Machel, proferido no dia 3 de Fevereiro de 2011, ao afirmar o seguinte:

Quando celebramos o Ano Eduardo Chivambo Mondlane, prestamos homenagem ao espírito de Unidade Nacional que ele concebeu e fez efervescer em cada um de nós. Ao longo desse ano, exaltamos igualmente os valores que subscrevemos como um Povo heroico, valores esses que no Presidente Eduardo Mondlane encarnou e incutiu nos obreiros da nossa nacionalidade. O Presidente Samora Machel foi herdeiro, guardião e dinamizador do compromisso do Presidente Eduardo Chivambo Mondlane com a Unidade Nacional e com todos os valores nobres que nos caracterizam como um Povo, um Povo muito especial (Guebuza, 2012: 21).

Nesta citação, apesar de Guebuza estabelecer uma filiação de Samora em Mondlane, no sentido de Samora ter herdado os ideais de Mondlane enquanto heróis nacionais que lideraram o nacionalismo moçambicano, não ignora a particularidade que os caracteriza neste processo⁹⁷. Esta particularidade pode ser observada na distinção que Guebuza estabelece, ao considerar que Eduardo Mondlane é o “Arquitecto da unidade nacional”⁹⁸, enquanto que Samora Machel é o “pai da nação moçambicana”. “Arquitecto” deve ser entendido como alguém que idealiza, concebe ou projecta algo, mas que nem sempre a operacionaliza, sendo este o sentido, em que devemos entender a atribuição deste adjectivo a Eduardo Mondlane, porque foi um dos sujeitos que liderou o processo de criação de uma ideia de nação moçambicana no âmbito da luta pela construção de um Estado independente, mas não chegou a operacionalizar. “Pai” deve ser entendido como quem dá origem a um ser, tal como Samora fez, ao liderar a fase final da luta de libertação nacional após a morte de Mondlane e que culminou na conquista da independência de Moçambique, em Junho de 1975, possibilitando através do nacionalismo de Estado iniciar o processo de construção da nação moçambicana após o fim do colonialismo.

Esta distinção entre “Arquitecto” e “Pai” ainda está bem clara em outros dois discursos de Guebuza. Primeiro, no seu discurso na cerimónia de abertura do retiro do Conselho de Ministros alargado a outros quadros, proferido no dia 23 de Fevereiro de

⁹⁷ A ideia de Guebuza, de que Samora foi herdeiro dos ideais de Mondlane também está presente no discurso “A nossa missão: O combate contra a pobreza” na cerimónia de tomada de posse para o primeiro mandato de Guebuza como Presidente da República, proferido no dia 2 de Fevereiro de 2005, em que diz: “referimo-nos à obra inspirada na vontade dos nossos antepassados de serem livres e próspero, uma obra assumida por Eduardo Chivambo Mondlane e criativamente continuada por Samora Moisés Machel” (Guebuza, 2006: 10) e no discurso “Samora Machel: o líder de quem emanam as aspirações de um Povo” (Guebuza, 2012: 25-30), enunciado na cerimónia de inauguração da estátua de Samora Machel no dia 8 de Dezembro de 2011 na cidade de Nampula.

⁹⁸ Esta é a designação usada pelos moçambicanos desde o período da luta armada para se referirem a Eduardo Mondlane.

2009, ao afirmar que “Doutor Eduardo Chivambo Mondlane, [é] o Arquitecto da Unidade Nacional, líder lendário do nosso movimento libertador [Frelimo]” (Guebuza, 2010: 39). E, segundo, no discurso proferido na cerimónia de celebração dos 30 anos do Banco de Moçambique, no qual Guebuza considera que “[o] fundador da Nação Moçambicana, [é] Samora Moisés Machel” (Guebuza, 2006: 48).

Uma outra diferença que se pode identificar entre Mondlane e Samora é o reconhecimento do estatuto de herói nacional para os moçambicanos. Existe uma diferença substancial entre Mondlane e Samora, principalmente a nível dos partidos políticos, com destaque para a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) que rejeita o estatuto de herói nacional para Samora. Como afirma Luís de Brito (2009: 7), “[a] Renamo reconhece a Frelimo de Mondlane, em contraposição à Frelimo de Samora”. Considero que esta distinção está muito relacionada com a forma em que os dois líderes conduziram o processo de construção da nação moçambicana. Mondlane procurou investir numa ideia de nação que respeitava as diferenças existentes entre os moçambicanos. Enquanto que Samora procurou, diferentemente de Mondlane, construir uma ideia de identidade nacional que se confundia com uma entidade homogénea, tendo recorrido à coerção.

Guebuza, ao mobilizar os moçambicanos a seguir o exemplo de Mondlane, procura construir uma ideia de identidade nacional que lhe permite mobilizar os moçambicanos a combater a pobreza, enquanto objectivo de seu governo. Para tal, Guebuza enaltece a entrega de Mondlane à causa nacional, ao considerar que ele abandonou a vida que tinha nos Estados Unidos da América, como funcionário das Nações Unidas e docente da Universidade de Syracuse em Nova York para ir viver nas mesmas condições a que os moçambicanos estavam sujeitos: a colonização portuguesa, com o objectivo de lutar pela libertação dos moçambicanos, como afirma Guebuza em dois discursos, dos quais cito excertos⁹⁹:

Porém, ele renunciou essas oportunidades [emprego nas Nações Unidas e docente da Universidade de Syracuse em Nova York] para si e para sua família. Ele decidiu regressar à terra que o viu nascer para acender a chama da libertação. Essa chama, seria transportada por homens e mulheres valorosos e patriotas rectos por todos os quadrantes do nosso

⁹⁹ O primeiro excerto, por ocasião do lançamento da Academia de Ciências de Moçambique, na cidade de Maputo, proferido no dia 20 de Fevereiro de 2009, e, o segundo, do discurso na cerimónia de abertura do nono Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares, proferido no dia 10 de Julho de 2009.

Moçambique até a vitória final e à subsequente proclamação da Independência Nacional (Guebuza, 2010: 100).

“Engajemo-nos todos na luta contra a pobreza, a nossa agenda da actualidade, em homenagem ao Arquitecto da Unidade Nacional, este Herói que esta pátria de Heróis gerou (...) como a luta pela nossa libertação da dominação estrangeira, a luta contra a pobreza só poderá triunfar com o engajamento e entrega de todos e de cada um de nós, sempre unidos e inspirados nos ideais do Presidente Eduardo Mondlane” (Guebuza, 2010: 59).

O próprio Mondlane escreve, no seu livro *Lutar por Moçambique*, sobre a dedicação a Moçambique:

Tentei acompanhar o mais que pude o evoluir da situação em Moçambique, e fiquei cada vez mais convencido, por aquilo que vi e a partir de contactos ocasionais através das Nações Unidas com diplomatas portugueses, que a simples pressão política e agitação não modificariam a posição portuguesa. Em 1961 tive a oportunidade de visitar Moçambique durante as férias, viajando por toda a parte verifiquei com os meus próprios olhos as condições existentes e as mudanças que tinham ou não ocorrido desde a minha partida. Ao regressar, deixei as Nações Unidas para me dedicar totalmente à luta de libertação (Mondlane, 1995: 100).

A paixão pelo território onde se pretende edificar uma nação é de extrema importância, uma vez que serve de motor para justificar a sua reivindicação, como aconteceu com os diferentes nacionalismos. Mas para que haja paixão, os nacionalistas devem conseguir construir uma história carregada de sentimento ligado a seu povo. Eduardo Mondlane na historiografia do nacionalismo moçambicano é descrito como quem conseguiu construir essa história que conferia aos moçambicanos a legitimidade para reclamar o território como sua pertença. Este aspecto também é explorado por Guebuza no seu discurso na cerimónia de abertura da Segunda Conferência Nacional sobre Cultura, realizada no dia 14 de Maio de 2009, onde afirma que¹⁰⁰:

O Presidente Eduardo Mondlane não criou apenas o sentido de nação Moçambicana, a partir do nosso sentimento e consciência comuns de opressão. Ele teve o dom, a sagacidade e o tacto de unir moçambicanos de diferentes grupos étnicos, raças e regiões, que não só não se conheciam como também poderiam ter preconceitos uns sobre os outros, estigmas que a dominação estrangeira implantara e promovera. Por isso ele não criou apenas a Nação Moçambicana como também lhe deu substância, criando um Povo com uma cultura e nos configurou um espaço geográfico (Guebuza, 2010: 17).

¹⁰⁰ Sobre a importância do território na construção da nação, Anthony Smith (1997: 23-24, 59; 2005: 102) e Tharailath Oommen (1994: 27), defendem que a existência de nação está dependente da existência do território. Anthony Smith considera que o processo de reivindicação do território por parte da população passa pela construção de uma história que associe o território a comunidade como sua terra de origem.

Esta perspectiva de unidade na diversidade exaltada por Guebuza ao referir-se a Mondlane está presente do livro de Eduardo Mondlane *Lutar por Moçambique*, em que Mondlane defende a unidade entre os moçambicanos independentemente das suas características, ao afirmar que estabeleceu “contactos com todos os grupos de libertação, mas recusei juntar-me a qualquer um deles em separado, pois eu era um dos que defendiam vigorosamente a unidade [entre os moçambicanos]” (Mondlane, 1995: 100).

À semelhança de Mondlane, Guebuza explora a figura de Samora nos seus discursos com o objectivo de construir uma ideia de identidade que lhe permitisse mobilizar os moçambicanos a combater a pobreza. Isto também pode ser observado em dois excertos dos discursos de Guebuza. O primeiro, na cerimónia de inauguração do monumento dedicado a Samora, no dia 3 de Fevereiro de 2011, ao afirmar que “ao declararmos o Ano Samora Machel, estamos também, e sobretudo, a cristalizar algo que toca os nossos corações, no contexto da luta que travamos contra a pobreza e pelo nosso bem-estar. Para o sucesso célere na luta contra este flagelo, Moçambique clama por mais homens e mulheres (...) como o Presidente Samora Machel” (Guebuza, 2012: 22). O segundo, na cerimónia de recepção dos chefes de Estado e de Governos e outras personalidades nas celebrações do aniversário do acidente de Mbusini, proferido no dia 19 de Outubro de 2011, ao considerar que “recordar o Presidente Samora Machel em Moçambique é buscar a inspiração, a força e a determinação para prosseguirmos na longa epopeia rumo à nossa libertação da pobreza (...) é reforçarmos a nossa certeza de que a nossa causa de lutar contra a pobreza é justa e, por isso, vai triunfar” (Guebuza, 2012: 47).

Para além da questão da pobreza, Guebuza faz alusão ao papel de Samora na edificação da sua ideia de nação através da unidade nacional. Mas não esclarece o significado de “unidade nacional”, tornado o termo impreciso na sua associação a Samora. Esta imprecisão pode ser demonstrada com um excerto do seu discurso na cerimónia de inauguração da estátua de Samora Machel na cidade de Tete, no dia 10 de Novembro de 2011:

Hoje devemos manter a Unidade Nacional e cada um de nós, esteja onde estiver, deve sentir-se como estando em sua própria terra. Os moçambicanos de Cabo Delgado a viver na Zambézia, devem sentir-se como estando na sua própria terra, em Moçambique, e nunca se devem sentir como estrangeiros. O Presidente Samora Machel foi um grande defensor da Unidade Nacional (Guebuza, 2011: 55).

Guebuza, ao contrário da exaltação da “unidade nacional” através da interação entre os moçambicanos na sua diversidade, enaltece o sentimento de pertença que os moçambicanos devem sentir em relação a Moçambique. Mas é de referir que esta imprecisão por parte de Guebuza pode ser entendida como um acto propositado, uma vez que ele já se posicionou em relação ao significado a atribuir à “unidade nacional”, como analisei anteriormente, ao considerar ser a manifestação da interação entre os moçambicanos com respeito pela diversidade que os caracteriza. Esta ambiguidade de Guebuza na ideia de unidade na diversidade liga-se ao facto de Samora, durante a sua governação, ter apregoado a ideia de unicidade, que significava “unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a nação” (Machel, 1978: 11) tendo, para tal, recorrido a meios coercivos na sua edificação¹⁰¹.

A coerção adoptada pelo governo de Samora baseou-se, entre outras formas, no uso dos “campos de reeducação”. Os “campos de reeducação” foram espaços concebidos pelo governo de Samora para construir o *homem novo*. Foram enviados para esses campos, à revelia dos tribunais, os indivíduos que eram considerados um desvio ou uma afronta ao modelo de nação ambicionada por Samora (cf. Carvalho Sol, 1981; Souto, 1981; Thomaz, 2008). Esses centros foram criados em 1974. Numa primeira fase tinham como objectivo reeducar as prostitutas da capital de Moçambique, transformando-as em “homens novos”, mas depois passou a receber todo tipo de indivíduo que fosse considerado contrário ao modelo de *homem novo*, independentemente da sua categoria social¹⁰².

¹⁰¹ Esta associação ambígua entre Samora e a “unidade nacional” também pode ser observada no discurso de Guebuza: “Samora Machel: uma figura emblemática em Moçambique e no mundo” na recepção dos Chefes de Estado e de Governos, alusivo às celebrações do aniversário da morte de Samora, no dia 19 de Outubro de 2011, onde afirma que: “recordar o Presidente Samora Machel em Moçambique é buscar inspiração, a força e a derterminação (...) é consolidarmos (...) a unidade nacional” (Guebuza, 2012: 47).

¹⁰² É de referir que Guebuza desempenhou um papel importante na operacionalização dos “campos de reeducação”, uma vez que ele foi Ministro da Administração Estatal, durante o período do governo de transição, e Ministro do Interior, após a proclamação da independência em Junho de 1975, instituições responsáveis pela operacionalização dos “campos de reeducação”. A importância de Guebuza nesse processo pode ser ilustrada através do excerto da sua declaração em relação à esses campos, publicada no Jornal O Capital, de Lisboa, no dia 20 de Novembro de 1974, em que diz o seguinte: “recentemente desenvolveu-se uma campanha durante a qual muitas dessas prostitutas foram levadas da capital, estando a ser

Esta forma coerciva de enviar os indivíduos aos “campos de reeducação”, associada aos maus tratos a que estavam sujeitos, deixou sequelas, tanto para os enviados como para as suas famílias. Como afirmam Omar Thomaz (2008) e Álvaro Teixeira (2010), foram para estes campos vários moçambicanos, tendo sido vítimas de maus tratos, incluindo execuções arbitrárias à revelia dos tribunais. Afirmam ainda que há famílias que nunca receberam os corpos dos seus familiares executados, bem como indivíduos que foram enviados para esses campos e nunca mais voltaram.

Guebuza, ao referir-se a Mondlane e Samora, mais do que exaltar os seus feitos, procura mostrar que existe uma relação de proximidade entre os três, como indivíduos que partilharam as mesmas experiências de vida. Ao fazer isso Guebuza procura conquistar a legitimidade dos moçambicanos, uma vez que Mondlane e Samora são heróis nacionais aceites de forma geral pelos moçambicanos. Com isto, a sua imagem acaba por ser confundida com a de estes heróis a nível das realizações. Como afirma Severino Ngoenha (1998: 31) “A legitimidade política só pode existir emprestando símbolos [nacionais]”. Ou seja, a conquista das eleições por Guebuza não foi suficiente para que ele tivesse a legitimidade dos moçambicanos, era ainda necessário demonstrar a existência de uma relação com os símbolos nacionais, daí ele se associar aos heróis nacionais.

instaladas em certos campos [de reeducação] onde procuramos consciencializa-las de modo a que possam aprender uma nova vida em conformidade com a sociedade que vamos criar” (Autor desconhecido (1974), “Frelimo cria campos de reeducação”, *Jornal O Capital*, Data de edição: 20.11.1974, Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19741120_frelimo_cria_campos.pdf>, Acedido a: 05 de Março de 2015). Para mais detalhes sobre os “campos de reeducação” consulte-se o *website* Mozambique History Net (MHN), “Centros de Reeducação, 1974-”, Dossier MZ – 0318, Disponível em: <<http://www.mozambiquehistory.net/reeducation.php>>. Acedido a: 05 de Março de 2015.

As grandes infra-estruturas na construção da ideia de nação nos discursos de Armando Emílio Guebuza

O presente subcapítulo tem como objectivo perceber a utilização que Guebuza faz das grandes infra-estruturas nos seus discursos para a construção da sua ideia de nação. Nesta análise, concentramo-nos na simbologia da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e da Ponte Armando Emílio Guebuza, sobre o rio Zambeze, por terem merecido muita atenção por parte do Presidente da República de Moçambique entre 2005-2009 e 2010-2014.

Duas questões são relevantes para compreender tanto a instrumentalização do processo de transferência da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado português para o moçambicano, como o lugar da Ponte Armando Emílio Guebuza na construção da ideia de nação nos discursos em análise. Em primeiro lugar, Guebuza procura associar uma ideia de identidade nacional a essas infra-estruturas, sendo a Cahora Bassa e a Ponte Armando Emílio Guebuza referências para construção do imaginário colectivo, através da exaltação do sentimento de soberania que os moçambicanos passariam a ter em relação a estas infra-estruturas. Em segundo lugar, note-se que Guebuza procura explorar essa ideia de identidade nacional para mobilizar os moçambicanos a aderirem ao seu programa de governo, com destaque para o combate à pobreza, na qual estas infra-estruturas seriam consideradas o veículo pelo qual os moçambicanos poderiam melhorar a sua qualidade de vida.

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa foi construída pelo regime colonial português no auge da luta de libertação nacional, entre 1969 e 1974. Em termos práticos, a barragem servia de obstáculo ao avanço dos guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e conseqüentemente à expansão da luta de libertação nacional. Mesmo com a proclamação da independência de Moçambique em Junho de 1975, a barragem continuou a pertencer (enquanto maior accionista) ao Estado português até ao período da transferência (das acções) ao Estado moçambicano em Outubro de 2007. O facto de a barragem ter continuado sob gestão do Estado português mesmo depois da proclamação da independência de Moçambique significava, para Guebuza, um símbolo de dominação colonial portuguesa sobre os moçambicanos, que, segundo ele, terminou com a transferência em 2007¹⁰³.

¹⁰³ Para mais detalhes sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, consultem-se Olliver, 1988; Newit, 1995: 527-529 e Patrício, 2010. Esta transferência consistiu na venda das acções, tendo o

A transferência da Hidroeléctrica de Cahora Bassa foi instrumentalizada por Guebuza nos seus discursos, apoiando-se na dimensão histórica que ela carrega: um empreendimento em território nacional, que, mesmo com a independência de Moçambique, continuava sob controlo português, como posso mostrar a partir do título do seu discurso na cerimónia oficial que marcou a reversão de Cahora Bassa do Estado português para o Estado moçambicano, “HCB: A nossa segunda independência”, proferido no dia 31 de Outubro de 2007. Com este título, em particular o termo “independência”, Guebuza procura enfatizar que com a efectivação da transferência da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, os moçambicanos tornavam-se soberanos em relação à Hidroeléctrica, o que também se encontra explícito na frase que foi muito disseminada por ele e seu governo: “Moçambicanos e moçambicanos, Cahora Bassa já é nossa!”.

Para além de representar uma simbólica última vitória contra o regime colonial português, a instrumentalização de Cahora Bassa nos discursos de Guebuza também deve ser entendida como central na luta contra a pobreza, pois transmite a ideia de que o custo da energia passaria a ser mais baixo. Estas duas questões podem ser observadas nos excertos de dois discursos proferidos por Guebuza em momentos distintos¹⁰⁴:

Está finalmente concluído o processo de remoção do último reduto, marco da dominação estrangeira de 500 anos do nosso solo pátrio. A partir de hoje, Cahora Bassa junta-se aos outros recursos de que o nosso belo Moçambique é dotado para participar na implementação da nossa Agenda Nacional de Luta contra a Pobreza. Provamos, uma vez mais, que somos uma Pátria de heróis, determinados e consequentes. Hoje, vencemos mais uma importante batalha rumo ao nosso bem-estar (Guebuza, 2008: 329).

Cahora Bassa deve continuar a assumir-se como o mecanismo de aproximação entre os moçambicanos e fazer a sua parte no reforço da consciência de comunhão de destinos. São aos milhares os moçambicanos que, do Rovuma ao Maputo, do Índico ao Zumbo, tiram benefícios da produção energética de Cahora Bassa sem nunca terem conhecido Songo. O mais importante é que o moçambicano deve sentir que este recurso, chamado Cahora

Estado português vendido 67% das suas acções para o Estado moçambicano, o que tornou Moçambique no accionista maioritário com 85% das acções, e Portugal com 15% (Portal do Governo de Moçambique, “Portugal/HCB: finalmente o acordo que permitirá Moçambique gerir empreendimento”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/outubro2006/news_263_p_10_06/>, Acedido a: 20 de Maio de 2015).

¹⁰⁴ O primeiro foi o discurso proferido nas festividades de reversão e transferência da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado português para o Estado moçambicano, na vila de Songo, província de Tete, no dia 27 de Novembro de 2007. O segundo pertence ao discurso na cerimónia alusiva às festividades do 5º aniversário da reversão da Hidroeléctrica, também na vila de Songo, no dia 27 de Novembro de 2012.

Bassa, é dos moçambicanos, que também se sentem donos de todos os outros recursos nesta Pérola do Índico. Por isso os moçambicanos devem beneficiar deste recurso, de forma directa, através do acesso à energia, ou de forma indirecta através da multiplicidade de acções tais como os impostos que robustecem o nosso orçamento e através das acções de responsabilidade social. Isto: reforça o sentido de pertença; aguça a consciência de comunhão de destino; e consolida a Unidade Nacional, essa força magnética que nos estrutura como um Povo e como uma Nação (Guebuza, 2013: 341-42).

Estas duas citações ilustram a ideia de nação elaborada por Guebuza, quando se refere às infra-estruturas, baseada, por um lado, na fortificação dos laços de irmandade entre os moçambicanos e, por outro, na promessa de combate à pobreza. Para ilustrar a importância de Cahora Bassa na fortificação dos laços de irmandade entre os moçambicanos em Guebuza, recorro à noção de “comunidade de destino” de Otto Bauer (1999) e à de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2012). Para Moçambique como “comunidade de destino”, Guebuza explora a ideia de partilha de sofrimento entre os moçambicanos ao longo do tempo para (re)conquistarem a Hidroeléctrica que continuava sob gestão portuguesa, mesmo depois da independência. Como “comunidade imaginada”, há que considerar que o atributo imaginado e partilhado colectivamente pelos moçambicanos é a sua autonomia sobre a Cahora Bassa, que é sentida através dos benefícios que ela proporciona, como o combate à pobreza.

Guebuza afirma que, com a autonomia dos moçambicanos sobre a Hidroeléctrica, eles passariam a ter em sua posse um instrumento eficaz na luta contra a pobreza, que seria observada pelo maior acesso dos moçambicanos à energia, possibilitando o desenvolvimento de outras actividades rentáveis e também pelos impostos pagos pela Cahora Bassa ou através da sua responsabilidade social¹⁰⁵.

No entanto, de acordo com o Centro de Integridade Pública (CIP) (2014: 60), em 2011, pouco mais de 20% da população moçambicana tinha acesso à rede eléctrica, o que contrasta com esta promessa de Guebuza de melhorar as condições de vida dos moçambicanos através da electrificação do país. O outro aspecto que contraria esta ideia de que a Cahora Bassa contribuiria para a melhoria das condições de vida, através da electrificação e redução do custo de energia foi o agravamento das tarifas em 2010, o que provocou uma onda de protestos contra este aumento, sobretudo nas cidades de Maputo e

¹⁰⁵ À semelhança da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Guebuza faz referência a outras duas hidroeléctricas, a de Chicamba e de Mavuzi, localizadas na província de Manica, no seu discurso “Optimização das infra-estruturas energéticas: seu papel na dinamização do desenvolvimento social e económico” na promessa de combate à pobreza (Guebuza, 2014: 167-172).

Matola, nos dias 1 e 2 de Setembro. Estas manifestações tiveram um carácter violento, como fiz referência no subcapítulo anterior¹⁰⁶.

Outra grande infra-estrutura destacada por Guebuza é a ponte rodoviária sobre o rio Zambeze, entre o distrito de Caia na província de Sofala e o distrito de Chimuará na província da Zambézia, que tem o seu nome, Armando Emílio Guebuza. Esta ponte foi projectada pelo governo de Moçambique desde que se alcançou a independência a 25 de Junho de 1975, mas só foi construída durante o primeiro mandato de Guebuza e inaugurada em Agosto de 2009. Este aspecto histórico da ponte está ilustrado no discurso da cerimónia de inauguração da ponte, no dia 1 de Agosto de 2009: “a história desta ponte tem quase tantos anos como a nossa própria Independência Nacional” (Guebuza, 2010: 21). É de referir que já existia uma ponte ferroviária sobre o Zambeze, “Dona Ana”, construída entre 1931-1935, ligando o país a partir dos distritos de Mutarara, na província de Tete, e Sena na província de Sofala.

Após a conclusão da construção da ponte rodoviária em 2009, o governo de Moçambique decidiu atribuir o nome de Armando Emílio Guebuza a esta ponte como forma de reconhecer o empenho do Presidente da República no desenvolvimento do país através da construção de infra-estruturas de transporte. Segundo Felício Zacarias, então ministro das Obras Públicas e Habitação, durante o primeiro mandato de governação de Guebuza, a decisão de nomear a ponte foi tomada no Conselho de Ministros, sem antes consultar o Presidente. Apesar de o governo não ter consultado ao Guebuza sobre esta decisão, com a atribuição oficial do nome, feita no acto de inauguração da ponte, no dia 1 de Agosto de 2009, ficou demonstrado que Guebuza concordou com a decisão do seu governo¹⁰⁷. É importante referir que Guebuza, ao aceitar a atribuição do seu nome à ponte, acaba por reivindicar protagonismo na construção da nação moçambicana, uma vez que esta ponte simboliza a unidade, manifestada pela comunicação que permite estabelecer entre os moçambicanos residentes na zona norte e os das zonas sul e centro.

¹⁰⁶ Em relação às manifestações, incluindo a do dia 5 de Fevereiro de 2008, ver Bussoti, 2010 e 2014; Pereira et al 2013 e Brito et al, 2015. Para mais detalhes sobre o consumo de energia nas famílias moçambicanas, consulte-se CIP, 2014.

¹⁰⁷ Sobre a decisão do governo em atribuir o nome de Guebuza à ponte, consulte-se a entrevista do então ministro das Obras Públicas e Habitação, Felício Zacarias, Autor desconhecido (2009), “Há decisões colectivas às quais o Presidente tem de se sujeitar”, *Jornal O País online*, Data de edição: 23.07.2009, Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/2147-ha-decisoes-colectivas-as-quais-o-presidente-tem-de-se-sujeitar.html>>, Acedido a: 14 de Março de 2015.

É de anotar que atribuição do nome de Guebuza à ponte por parte do seu governo provocou alguma contestação por parte da sociedade moçambicana. Carlos Nuno Castel-Branco, na carta aberta intitulada “Carta a um caro e estimado amigo e camarada sobre a segunda Travessia do Rio Zambeze”, publicada no blogue *Reputans* no dia 21 de Agosto de 2009, considera que não vê elementos suficientes para justificar a atribuição do nome de Guebuza à ponte, ao defender, em contraposição, que a ponte é de todos os moçambicanos, e que foi programada pelos quatro presidentes (Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza). Para além de Castel-Branco, destaco a crítica de Lázaro Mabunda no seu texto “Os ambiciosos são capazes de tudo: dar nome errado à ponte sobre Zambeze”, publicado no blogue *Debates e devaneios*, no dia 24 de Julho de 2009, e a crítica de Custódio Duma no texto “Guebuza e a ponte sobre o rio Zambeze”, publicado no dia 05 de Julho de 2009 no blogue *Defesa e direitos humanos*. Tanto Mabunda como Duma concordam com Castel-Branco em relação à não atribuição do nome de Guebuza à ponte. Mas ao contrário de Castel-Branco, Mabunda e Duma defendem que a ponte deveria chamar-se Eduardo Mondlane, uma vez que consideram ser a imagem que reúne consenso entre os moçambicanos no sentido de ser o “Arquitecto da Unidade Nacional”¹⁰⁸.

Para além da atribuição do seu nome à ponte, Guebuza também instrumentaliza a questão de esta ter sido a primeira ponte rodoviária sobre o rio Zambeze, ligando o país a partir dos distritos de Caia na província de Sofala e de Chimuara na província da Zambézia, para elaborar a sua ideia de nação. Dela destaca ser um instrumento para fortificação dos laços de irmandade entre os moçambicanos, o que pode ser observado no discurso da inauguração da ponte, no dia 1 de Agosto de 2009:

A Unidade Nacional não se constrói no abstracto. A Unidade Nacional não se nutre no abstracto. Ela constrói-se, em particular, na convivência e conhecimento mútuo entre os moçambicanos. A ponte que hoje inauguramos, como aqui foi sublinhado, constitui-se num vector fundamental de consolidação do espírito de unidade de toda a Nação Moçambicana. A partir de hoje, a travessia do Zambeze, a qualquer hora do dia, poderá ser feita totalmente dentro das nossas fronteiras nacionais (Guebuza, 2010: 21).

¹⁰⁸ Em relação às críticas de Castel-Branco, Mabunda e Duma, consultem-se as hiperligações seguindo a ordem dos nomes: <<http://ofumanemeditar.blogspot.pt/2009/08/ponte-armando-emilio-guebuza-no-pais.html>>. Acedido a: 28 de Novembro de 2014; <<http://debatesedevaneios.blogspot.pt/2009/07/os-ambiciosos-sao-capazes-de-tudo-dar.html>>. Acedido a: 28 de Novembro de 2014 e <<http://athiofia.blogspot.pt/2009/07/guebuza-e-ponte-sobre-o-rio-zambeze.html>>, Acedido a: 28 de Novembro de 2014.

Esta citação destaca a importância que Guebuza atribui às vias de acesso na construção da sua ideia de nação, ao considerar que a ponte possibilita a interação dos moçambicanos das diferentes regiões do país, permitindo a fortificação dos seus laços de irmandade. O outro aspecto a destacar nesta citação é ideia de coesão territorial, ao defender que a ponte possibilita a circulação dos moçambicanos dentro do território. No entanto, esta perspectiva contraria a a “comunidade imaginada” subjacente na simbologia de Cahora Bassa, ao defender que a nação deve ser resultado de um contacto efectivo (no sentido presencial) entre os seus membros como requisito fundamental para sua edificação.

Guebuza também destaca a importância da ponte na construção da sua ideia de nação através da promessa de combate à pobreza. Para Guebuza, a ponte iria impulsionar a circulação de bens e serviços e com isso melhorar as condições de vida dos moçambicanos. Este aspecto pode ser ilustrado em dois excertos dos seus discursos. No primeiro, na cerimónia de inauguração da ponte Armando Emílio Guebuza, no dia 1 de Agosto de 2009, ao afirmar que “hoje é dia de festa porque erguemos mais um majestoso monumento, símbolo de mais uma vitória na nossa luta contra a pobreza e pelo bem-estar do maravilhoso Povo Moçambicano” (Guebuza, 2010: 21). No segundo, pertencente ao discurso sobre o estado da nação proferido na Assembleia da República, no dia 22 de Junho de 2009, ao afirmar que a “ponte sobre o rio Zambeze propicia, ainda, a circulação intensa e ininterrupta de bens produzidos em vários cantos desta Pátria de Heróis, facilitando a interligação e maior dinamização da nossa economia, à escala nacional” (Guebuza, 2010: 349).

É possível, a partir destas citações, observar duas questões destacadas por Guebuza na sua associação ao combate à pobreza. Na primeira citação ele realça a ideia de autonomia dos moçambicanos sobre a ponte, ao considerar que o facto de a ponte pertencer aos moçambicanos já simboliza o avanço na luta contra pobreza. Já na segunda citação, faz alusão à forma pela qual a ponte pode ser usada pelos moçambicanos para combater à pobreza¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Este aspecto também pode ser observado em outros discursos de Guebuza: “A contribuição das vias de acesso à criação de pólos de desenvolvimento” (Guebuza, 2006: 185-188), na cerimónia do lançamento da primeira pedra para a construção da ponte sobre o rio Limpopo, no dia 23 de Dezembro de 2005 e “Sistema integrado de infra-estruturas de transporte rodoviário: impulsionadores do desenvolvimento social e económico” (Guebuza, 2013: 257-261), na cerimónia do lançamento da pedra do projecto da ponte Maputo/KaTembe, estradas

Em suma, no que respeita as duas grandes infra-estruturas, é de anotar que as referências à Hidroeléctrica de Cahora Bassa e à Ponte Armando Emílio Guebuza se ligam à construção da ideia de coesão nacional elaborada por Guebuza baseada na promessa de melhores condições de vida. Já no período das lutas independentistas em África é de salientar que os movimentos nacionalistas e independentistas recorreram à promessa de prosperidade para mobilizar a população a aderir e participar na luta¹¹⁰. Guebuza explora a simbologia destas infra-estruturas para elaborar a sua ideia de nação enquanto instrumentos de consolidação dos laços de irmandade e de promessa de combate à pobreza entre os moçambicanos. E, em simultâneo ele reivindica a liderança no processo de construção da nação, manifestada pela concretização destes empreendimentos. Ao fazer isto Guebuza está a reclamar ser o líder que restituiu a dignidade aos moçambicanos, por um lado, através da (re)conquista da sua soberania sobre a Hidroeléctrica e, por outro, através da construção da ponte que permitiu que os moçambicanos deixassem de depender das vias rodoviárias dos países vizinhos para circular de uma região de Moçambique para outra, o que era muito frequente no período anterior à construção da ponte.

KaTembe Ponta D'Ouro/Bela Vista-Boane e do projecto de construção da estrada circular de Maputo, no dia 20 de Setembro de 2012.

¹¹⁰ Para mais subsídios sobre a importância do desenvolvimento na mobilização da população para construção da nação, consultem-se Hailey 1937; Mkandawire, 1993; Falola, 2001: cap. III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, procurei analisar a ideia de nação elaborada por Guebuza nos seus discursos durante os dois mandatos como Presidente da República, 2005-2009 e 2010-2014, concentrando-me na análise de três questões: o sentimento de pertença à nação moçambicana, a ideia de nação com base na ideia de unidade nacional e, por último, o papel dos heróis nacionais e das grandes infra-estruturas na construção da sua ideia de nação. Ao fazer esta análise tive em atenção dois objectivos da governação de Guebuza, o combate à pobreza e a consolidação da paz em Moçambique, por considerar que foram determinantes na forma como elaborou a sua ideia de nação.

A análise de discurso foi a principal técnica de investigação, à qual se juntou a revisão da literatura, que me permitiu aprofundar as questões do nacionalismo e da nação, de forma geral, e sobre Moçambique de forma particular. Adoptei a abordagem *construtivista* e a perspectiva histórico-sociológica, que me permitiram ter em consideração as dinâmicas sociais, políticas e económicas na análise dos processos contextuais de construção do nacionalismo e da nação úteis para a análise dos discursos de Guebuza.

As nações são construídas com base em elementos partilhados como, por exemplo, o território e a população. O território é o espaço de representação identitária, de pertença e de vontade de ser preservado. É onde vivem as pessoas, ou seja, os responsáveis pela elaboração dos atributos que possibilitam a construção de uma identidade nacional, dos sentimentos, do imaginário e suas manifestações singulares e distintas das demais nações.

As nações são construções reclamadas e elaboradas pelos movimentos nacionalistas. O nacionalismo é uma construção que resulta da interacção entre as diferentes elites e as “massas”, componentes da população, procurando as elites, de forma geral, transformar (sem ignorar a possibilidade de inventar) os atributos existentes no seio das “massas” em ideais que ao serem assumidos podem contribuir para a emergência de um colectivo que reivindica um território ou outros atributos para edificar uma nação. Mas é importante ter em atenção que não se trata de um processo unidirecional.

O nacionalismo moçambicano foi uma construção elaborada a partir da interacção entre as elites e as “massas”, tendo como base desta relação a promessa de prosperidade social e económica através da conquista de um Estado independente por via de meios diversos, dos quais se destaca a guerra de libertação nacional (1964 a 1974). Os

assimilados, componente das elites, foram os responsáveis pela transformação das reivindicações das “massas” em ideais nacionalistas encarnados na criação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) em Junho de 1962, movimento liderado por Eduardo Mondlane desde a fundação até 1969, ano do seu assassinato. Os assimilados, ao pretenderem acabar com o regime colonial, procuravam controlar as instituições do Estado e torná-lo próspero, enquanto as “massas” estavam preocupadas em recuperar os seus recursos, dentre elas a terra, que era uma das suas principais fontes de sustento.

Com a independência de Moçambique em 1975, a Frelimo, sob liderança de Samora Machel, iniciou com o processo de construção da ideia de nação por via do nacionalismo de Estado, procurando edificar uma nação que passava pela construção do *homem novo*, uma manifestação oposta ao colonialismo e de rejeição às manifestações culturais parciais dos moçambicanos, que poderia ser implementada usando instrumentos violentos, como os “campos de reeducação”.

O nacionalismo de Estado a cargo da Frelimo encontrou também entraves na guerra vivida entre o governo e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), que durou dezasseis anos, de 1976 a 1992. Esta guerra, entre outros aspectos, também significou a rejeição por parte dos moçambicanos da forma como a Frelimo estava a construir a nação, baseada no impedimento das manifestações culturais, mas sobretudo no facto de a Frelimo não ter conseguido cumprir a promessa de prosperidade apregoada durante a luta de libertação nacional. Esta rejeição foi manifestada pelo apoio popular à Renamo, sobretudo pelas populações residentes nas zonas rurais.

Esta guerra finalizou-se com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, dois anos depois de o Estado moçambicano ter alterado a sua constituição, dando início à construção de um Estado democrático e multipartidário, possibilitando o espaço para o envolvimento de novos actores na vida do Estado e na construção da nação, como a imprensa privada ou as organizações da sociedade civil.

É de notar que, entre os vários actores a destacar no processo de construção da nação moçambicana, deve ter-se em atenção o papel de Guebuza enquanto membro da elite política, desde o período em que se filiou na Frelimo, movimento no qual desenvolveu actividades clandestinas antes de ser membro. Com a independência de Moçambique em Junho de 1975, ocupou diversas posições políticas de ministro a governador provincial, passando deste modo a contribuir para o processo de construção da nação por via do nacionalismo de Estado. Mas é a partir da sua eleição para o cargo de Secretário-Geral da Frelimo em 2002, seguida da eleição para as funções de Presidente da

República em 2004 e 2009, que o seu papel na construção da nação se tornou mais visível. Isto porque concentrou muitos poderes que lhe permitiram influenciar vários processos sociais e políticos, incluindo a forma como pretendeu conduzir os moçambicanos a imaginarem a nação. Foi partindo da ideia da relevância de Guebuza enquanto membro da elite política moçambicana na construção da nação que elaborei as hipóteses da presente dissertação, que discutirei de seguida.

Na primeira hipótese desta dissertação, afirmo que Guebuza explora a ideia de nação nos seus discursos como uma entidade constituída pela unidade na diversidade que caracteriza Moçambique, enquanto entidade territorial indivisível. Fá-lo pela defesa da necessidade de preservação de Moçambique enquanto território coeso. Mas é importante ter em consideração que esta ideia de nação elaborada por Guebuza reflecte a conjuntura político-militar do país, marcada por conflitos armados entre os guerrilheiros da Renamo e as forças armadas e pelas ameaças da Renamo em dividir o país entre a região sul e as regiões centro e norte.

Esta ideia de nação elaborada por Guebuza assenta em duas questões: a moçambicanidade e a unidade nacional. A moçambicanidade deve ser entendida como a expressão da identidade nacional com recurso a diferentes atributos, com destaque para o território enquanto espaço de representação identitária, que possibilitam exaltar a singularidade dos moçambicanos na sua relação com as demais identidades. Guebuza enfatiza a independência nacional e o AGP como os atributos a serem destacados na moçambicanidade. O realce destes atributos tem a ver o facto de simbolizarem a união entre os moçambicanos para o alcance de um objectivo em comum, por um lado, o fim do regime colonial e, por outro, o fim da guerra civil de dezasseis anos. É esta união que Guebuza explora para exaltar a moçambicanidade como uma expressão de rejeição à ameaça da Renamo de dividir o país e os moçambicanos. A unidade nacional, para Guebuza, deve ser manifestada em dois sentidos: através da demonstração da união entre os moçambicanos com respeito pela sua diversidade e através da defesa da união do território enquanto espaço indivisível.

Como segunda hipótese afirmo que Guebuza, nos seus discursos, procura construir a ideia de nação numa perspectiva horizontal, caracterizada pela igualdade entre os moçambicanos, reivindicando, no entanto e em simultâneo, uma liderança nesse processo. Guebuza, nos seus discursos, dirige-se aos moçambicanos usando o pronome pessoal “nós” e o pronome possessivo “nosso/a”, que denotam igualdade existente entre ele e os demais moçambicanos e transmitem a ideia de que ele e os moçambicanos fazem

um *único* povo. Como um *único* povo, compete a todos uma entrega aos desafios que o país atravessa, particularmente o combate à pobreza e a preservação da paz, objectivos essenciais da governação de Guebuza nos dois mandatos. Ao fazer isso, procura exaltar a ideia de que a sua agenda de governação é a agenda de cada moçambicano, o que justifica a adesão colectiva dos moçambicanos para a sua materialização.

No entanto, é de anotar que, apesar da ideia de nação assente na igualdade entre os seus membros, o país vivenciou protestos populares motivados pelo elevado custo de vida e pelo sentimento de abandono dos moçambicanos por parte do governo, dos quais se destacam os protestos de Fevereiro de 2008 e de Setembro de 2010 com maiores focos nas cidades de Maputo e Matola. Ao invés da igualdade apregoada por Guebuza, a maioria dos moçambicanos sentia-se discriminado no processo de distribuição dos benefícios da nação, como é o caso da energia e do acesso a recursos básicos.

A questão da reivindicação da liderança por parte de Guebuza no processo de construção da sua ideia de nação está muito bem explícita na atribuição do seu nome à ponte sobre o rio Zambeze, bem como na forma como instrumentalizou o processo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado português para o Estado moçambicano. Nos seus discursos, referiu que foram conquistas e acções da nação moçambicana sob sua liderança, apesar de já fazerem parte das agendas dos governos de Moçambique desde a independência em Junho de 1975. A atribuição do seu nome à ponte ilustra claramente esta reivindicação de actor privilegiado, também porque a ponte simboliza a unidade entre os moçambicanos, por garantir uma maior interacção entre os moçambicanos das diferentes zonas do país.

É de anotar que Guebuza destaca a importância da educação e do exército, como instituições dependentes do Estado, na construção da nação. Ao considerar que desempenham um papel importante devido à capacidade que têm para enformar a identidade nacional através da transmissão de valores de respeito e exaltação dos símbolos nacionais e de interacção entre os moçambicanos de diferentes partes do país, estas instituições permitem a consolidação da nação.

Por fim, na terceira hipótese, considero que Guebuza instrumentaliza a questão dos heróis nacionais e das grandes infra-estruturas, enquanto símbolos e referências para a construção da identidade nacional, de modo a mobilizar os moçambicanos a lutar contra a pobreza e a consolidar a paz, dois objectivos da sua governação ao longo dos dois mandatos. Foi possível verificar a construção da ideia de identidade nacional com referências aos heróis e às infra-estruturas no que concerne o combate à pobreza, não

observando o mesmo para o caso da consolidação da paz. Ao invés disto, verifiquei que Guebuza explora a vida dos heróis nacionais para construir a sua ideia de unidade nacional mais além da questão da paz.

Guebuza, ao destacar a vida dos heróis da luta de libertação nacional, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Armando Tivane, Romão Fernandes Farinha, Orlando Francisco Magumbwa, Luís Joaquim Mara, Robati Carlos e Josina Machel, explora a história recente e a memória colectiva de Moçambique. Este aspecto é muito importante na exaltação da identidade moçambicana, na medida em que é um processo com o qual os moçambicanos se identificam como tendo sido fundamental na construção de Moçambique enquanto Estado e potencialmente nação. Guebuza destaca o espírito de sacrifício e de luta que estes heróis tiveram para conquistar a independência, considerando que os moçambicanos deveriam seguir o seu exemplo e encarnar este espírito para lutar contra a pobreza. Para Guebuza, a pobreza em Moçambique é uma questão de mentalidade, o que ele chama de “mentalidade miserabilista”, manifestada por preguiça, falta de criatividade e de viver da ajuda, argumentos que servem para desviar a atenção da crítica ao seu governo, e extensiva ao seu partido, que se mostrava incapaz de combater a pobreza que assolava o país.

No que concerne à preservação da paz, não identifiquei elementos que corroborassem a hipótese de que a exaltação da vida dos heróis teve um papel importante na manutenção da paz. Mas foi possível observar que Guebuza explorou as vivências dos heróis durante a luta de libertação para construir a sua ideia de unidade nacional em duas perspectivas. Na primeira, Guebuza destaca a unidade na diversidade, ao considerar que, apesar de os heróis terem origem em diferentes partes de Moçambique, tinham relações de união na Frelimo. Na segunda, enfatiza o sentimento de pertença dos heróis a Moçambique enquanto território indivisível, que era manifestada pela entrega na luta pela independência em qualquer parte do território e não no de origem.

Ainda na instrumentalização de símbolos, Guebuza explora a importância que as grandes infra-estruturas, concretamente a Hidroeléctrica de Cahora Bassa e a Ponte Armando Emílio Guebuza, têm para a construção de uma identidade nacional. A ênfase dada a Cahora Bassa está na sua história, ao ser um empreendimento que continuou sob gestão portuguesa mesmo após a independência de Moçambique, sendo a vontade de recuperar o factor de proximidade entre moçambicanos. No caso da ponte, a relevância está na comunicação que ela estabelece entre os moçambicanos, fortificando os laços de irmandade. Associada à proximidade e à irmandade, Guebuza exalta a soberania dos

moçambicanos sobre estas infra-estruturas. É a partir destas questões que explora a importância de Cahora Bassa e da Ponte Armando Emílio Guebuza na promessa de combate à pobreza, ao considerar que os moçambicanos já têm recursos para esta luta.

Para finalizar, considero que o nacionalismo e a questão da nação em Moçambique devem continuar a ser objecto de estudo, no sentido de se explorarem outras perspectivas como, por exemplo, a perspectiva “massas”-elites, com o objectivo de perceber como é que as “massas” concebem a sua ideia de nação e, sobretudo, como é que operacionalizam ou não esta ideia. Um estudo nesta perspectiva permitirá ter uma ideia mais global sobre nacionalismo e nação em Moçambique, sem que estes processos se centrem na Frelimo. Também seria importante analisar o papel de outros actores sociais no processo de construção da nação moçambicana como, por exemplo, os partidos políticos da oposição (ou seus líderes) que nos últimos tempos têm vindo a conquistar muita simpatia entre os moçambicanos, manifestada através do voto nos pleitos eleitorais, como é o caso da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus principal

- Guebuza, Armando Emílio (2006), *A nossa missão: o combate contra a pobreza*, Vol. I, Maputo, Autoridade Nacional da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2008), *A nossa missão: presidência aberta e inclusiva – diversificando os canais de interação com os nossos compatriotas*, Vol. III, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2010), *A nossa missão: unidade nacional – força motriz do nosso desenvolvimento social e económico*, Vol. V, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2011), *A nossa missão: unidade nacional – iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza*, Vol. VI, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2012), *A nossa missão: Samora Machel – o líder de quem emanam as aspirações de um povo*, Vol. VII, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2013), *A nossa missão: a paz como motor do nosso desenvolvimento – celebrando as bodas de porcelana da paz em Moçambique*, Vol. VIII, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação (CEDIMO).
- Guebuza, Armando Emílio (2014), *A nossa missão: Saúde da mulher e da criança – um desafio multisectorial que se coloca à escala planetária*, Vol. IX, Maputo, Ministério da Função Pública, Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO).

Bibliografia Crítica

- Adeleke, Ademola (2012), “The roots of african nationalism: a conceptual and historiographical discourse”, *British Journal of Arts and Social Sciences*, 8, (1), pp. 66-72.
- Anderson, Benedict (2012), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.
- Araújo, Sara (2010), “O Estado moçambicano e as justiças comunitárias: uma história dinâmica de imposições e respostas locais diferenciadas”, *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, Disponível em:

- http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097_CIEA7_29_ARA%DAJO_O%20Estado%20mo%E7ambicano%20e%20as%20justi%E7as%20comunit%E1rias.pdf>, Acedido a: 10 de Janeiro de 2015.
- Bader, Veit-Michael (2008), *Racismo, etnicidade, cidadania: reflexões sociológicas e filosóficas*, Lisboa, Afrontamento.
- Baker, Paul e Sibonile Ellece (2011), *Key terms in discourse analysis*, Nova Iorque, Continuum.
- Basto, Maria-Benedita (2013), “The writings of the national anthem in independent Mozambique: fictions of the subject-people”, *Kronos* 39, (1), pp. 185-203.
- Bauer, Otto (1999), “The nation”, in Gopal Balakrishnan (Ed.), *Mapping the nation*, Nova Iorque, Verso, pp. 39-77.
- Benot, Yves (1981), *Ideologias das independências africanas*, Lisboa, Livaria Sá da Costa, pp. 1-36.
- Berman, Bruce J. (1998), “Ethnicity, patronage and the african state: the politics of uncivil nationalism”, *African Affairs*, 97, (388), pp. 305-341.
- Borges Coelho, João Paulo (1998), “Um itinerário histórico da moçambicanidade”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rolo (coords.), *Língua portuguesa: a herança comum*, Lisboa, Pavilhão de Portugal – Expo’98/Assírio & Alvim, Maio de 1998.
- Borges Coelho, João Paulo (2009), “A «literatura quantitativa» e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992)”, pp. 1-25.
- Borges Graça, Pedro (2005), *A construção da nação em África*, Coimbra, Almedina.
- Bourdieu, Pierre (2011), “Campo político”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), pp. 193-216.
- Breuilly, John (2005), “Dating the nation: how old is an old nation?”, in Atsuko Ichijo e Gordana Uzelac (Eds.), *When is nation: towards an understanding of theories of nationalism*, Londres, Routledge, pp. 15-39.
- Brito, Luís de (1991), *Le Frelimo et la construction de l'etat national au Mozambique: le sens de la reference au marxisme (1962-1983)*, These de doctorat “nouveau regime”, Université de Paris VIII – Vincennes, Paris.
- Brito, Luís de (2009), “Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais”, II Conferência *Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 22 a 23 de Abril de 2009, Maputo.
- Brito, Luís, et al (Orgs.) (2010), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Brito, Luís de, et al (2015), *Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Bussotti, Luca (2010), “Entre riqueza e revoltas. reflexões sobre a situação política e social de Moçambique”, Data de edição: 12.10.2010, Disponível em: <http://pambazuka.org/pt/category/features/67679>>, Acedido a: 01 de Janeiro de 2015.
- Bussotti, Luca (2014), “A gestão do «risco político» na democracia moçambicana: análise e perspectivas”, *Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE*, 20, (2).

- Cabaço, José Luís de Oliveira (2007), *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, São Paulo.
- Cahen, Michel (1990), “Le Mozambique: une nation africaine de langue officielle portugaise?”, *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, 24, (3), pp. 315-347.
- Cahen, Michel (1993), “Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation”, *Lusotopie, L' Harmattan*, (1-2), pp. 212-266.
- Cahen, Michel (1996), “Identités populaires et nationalisme élitare réponse à Elísio Macamo”, *Lusotopie*, pp. 365-378.
- Cahen, Michel (2005), “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular”, *Africana Studia*, (8), pp. 39-67.
- Carter Center (2004), *Eleições autárquicas Moçambique: relatório de observação eleitoral*, Maputo, Carter Center, 2004.
- Castri-Branco, Carlos Nuno (2010), *Pobreza, riqueza e dependencia em Moçambique*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Economicos (IESE), (3).
- Centro de Integridade Pública (CIP) (2014), *Electricidade de Moçambique: mau serviço, não transparente e politizada*, Maputo, CIP.
- Chabal, Patrick (1994), *Voices moçambicanas: literatura e nacionalidade*, Lisboa, Veja, 1994.
- Chakrabarty, Dipesh (2000), “Subaltern studies and postcolonial historiography”, *Nepantla: views from South*, (1), pp. 9-32.
- Chichava, Sérgio Inácio e Jonas Pohlmanne (2010), “Uma análise breve da imprensa moçambicana”, in Luís de Brito, et al (Orgs.) *Desafios para Moçambique 2010*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), pp. 127-138.
- Chichava, Sérgio Inácio (2008), “Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique”, *Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)*, Discussion Paper, (1).
- Chichava, Sérgio Inácio (2009), “«Por que Moçambique é pobre?»», uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”, II Conferência “*Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*”, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 22 a 23 de Abril de 2009, Maputo.
- Connor, Walker (2005), “The dawning of nations”, in Atsuko Ichijo e Gordana Uzelac (Eds.), *When is nation: towards an understanding of theories of nationalism*, Londres, Routledge, pp. 40-46.
- Conversi, Daniele (2006), “Mapping the field: theories of nationalism and the ethnosymbolic approach”, in Athena S. Leoussi e Steven Grosby (Eds.), *Nationalism and ethnosymbolism: history, culture and ethnicity in the formation of nations*, Edinburgh, Edinburgh University Press, pp. 15-30.
- Conversi, Daniele (2012), “Modernism and nationalism”, *Journal of Political Ideologies*, 17, (1), pp. 13-34.
- Dava, Fernando (2012), *Vida e obra de Robati Carlos*, Maputo, ARPAC – Instituto de Investigação Sócio-Cultural.

- Davies, Robert e Dan O'Meara (1985), "Total Strategy in Southern Africa: an analysis of South African Regional Policy Since 1978", *Journal of Southern African Studies*, 11, (2), pp. 183-211.
- Dawisha, Adeed (2002), "Nation and nationalism: historical antecedents to contemporary debates", *International Studies Review*, 4, (1), pp. 3-22.
- Dijk, Teun A. van (1985), *Handbook of discourse analysis*, London, Academic Press London, pp. 1-10.
- Dijk, Teun A. van (1995), "What is political discourse analysis?", in Jan Blommaerte e Chris Bulcaen, *Political linguistic*, S.n., pp. 11-52.
- Dijk, Teun A. van (2006), "Discourse, context and cognition", *Sage*, 8, (1), pp. 159-177.
- Falcon, Francisco J. Calazans (2000), "O povo brasileiro: ensaio historiográfico", *Revista USP*, (46), pp. 30-41.
- Falola, Toyin (2001), *Nationalism and african intellectuals*, Nova Iorque, University of Rochester Press.
- Fiorin, José Luiz (1990), "Tendências da análise do discurso", *Cadernos de Estudos Linguísticos*, (19), pp. 173-179.
- Florêncio, Fernando (2008), "Autoridades tradicionais vandau de Moçambique: o regresso do indirect rule ou uma espécie de neo-indirect rule?", *Análise Social*, XLIII, (2.º), pp. 369-391.
- Foucault, Michel (1999), *A ordem do discurso*, São Paulo, Loyola.
- Francisco, António (2010), "Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede", *Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Ideias*, (31), pp. 1-2.
- Ganhão, Fernando (1979), "O papel da língua portuguesa em Moçambique", *1º Seminário Nacional sobre Língua Portuguesa*, Maputo.
- Garcia, José Luís Lima (2008), "O mito de Ngungunhane na ideologia nacionalista de Moçambique", in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (Eds.), *Comunidades imaginadas: nações e nacionalismo em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gellner, Ernest (1993), *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.
- Gellner, Ernest (1994), *Do nacionalismo*, Lisboa, Teorema, pp. 5-10.
- Governo de Moçambique (2011), *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Maputo, Governo de Moçambique.
- Gregolin, Maria do Rosário Valencise (1995), "A análise do discurso: conceitos e aplicações", *Alfa*, pp. 13-21.
- Hailey, Lord (1937), "Nationalism in Africa", *Journal of the Royal African Society*, 36, (143), pp. 134-147.
- Henriksen, Thomas H. (1978), *Mozambique: a history*, London, Rex Collings.
- Hobsbawm, Eric, (2004), *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismos desde 1780*, Lisboa, Terramar.
- Ichijo, Atsuko e Gordana Uzelac (Eds.), (2005), *When is nation*, Londres, Routledge, pp. 9-14, 51-55, 89-93.
- Ifversen, Jan (2003), "Text, discourse, concept: approaches to textual analysis", *Kontur*, (7), pp. 60-69.

- Isaacman, Allen e Barbara Isaacman (1983), *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*, Boulder, Westview Press.
- Klaus, Von Beyme (1997), “La clase política en el estado de partidos”, *Boletín del CCJE*, 3, (Año 3), pp. 14-15.
- Laakso, Liisa e Adebayo O. Olukoshi (1996), “The crisis of the post-colonial nation-state project in Africa”, in Liisa Laakso e Adebayo O. Olukoshi (Eds.), *Challenges to the nation-state in Africa*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, pp. 7-39.
- Lazagna, Angela (2006), “Michel Cahen, Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado”, *Crítica Marxista*, pp. 118-130.
- Lazarus, Neil (1999), *Nationalism and cultural practice in the postcolonial world*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 68-143.
- Legère, Karsten (1998), “Línguas na educação Namíbia: realizações e problemas (enfoque nas línguas namibianas)”, in Christopher Stround e António Tuzine, *Uso de línguas africanas no ensino: problemas e perspectivas*, Maputo, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), pp. 151-182.
- Londregan, John, Henry Bienen e Nicolas van de Walle (1995), “Ethnicity and leadership succession in Africa”, *International Studies Quarterly*, 39, (1), pp. 1-25.
- Lonsdale, John (1968a), “The emergence of african nations: a historiographical analysis”, *African Affairs*, 67, (266), pp. 11-28.
- Lonsdale, John (1968b), “Some origins of nationalism in East Africa”, *The Journal of African History*, 9, (1), pp. 119-146.
- Lundin, Iraê Baptista (1995), “Partidos políticos: a leitura da vertente etnico-regional no processo democrático”, in Brazão Mazula (Ed.), *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Brazão Mazula, pp. 423-472.
- Macagno, Lorenzo (2009), “Fragmentos de uma imaginação nacional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, (70), pp. 17-35.
- Macamo, Elísio (1996), “A nação moçambicana como comunidade de destino”, *Lusotopie*, 355-364.
- Machel, Samora (1977), “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução”, Discurso proferido na cerimónia de abertura do I Seminário Nacional da Informação, 12 a 15 de Setembro, Maputo.
- Machel, Samora (1978), *A educação é tarefa de todos nós*. Maputo, s.n.
- Mafeje, Archie (1971), “The ideology of «tribalism»”, *The Journal of Modern African Studies*, 9, (2), pp. 253-261.
- Mann, Michael (1999), “Nation-states in Europe and other continents: diversifying, developing, not dying”, in Gopal Balakrishnan (Ed.), *Mapping the nation*, Nova Iorque, Verso, pp. 295-316.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, ISCTE.
- Matusse, Renato (2004), *Guebuza: paixão pela terra*, Maputo, Macmillan.
- Mazzola, Renan Belmonte (2009), “Análise do discurso: um campo de reformulações”, in Nilton Milanez e Janaína de Jesus Santos, *Análise do discurso: sujeitos, lugares e olhares*, São Carlos, Claraluz, pp. 7-16.

- Metz, Steven (1986), “The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy”, *African Affairs*, 85, (341), pp. 491-507.
- Mindoso, André Victorino (2011), “A construção simbólica da nação nos livros escolares no Moçambique pós-colonial (1975-90)”, XI Conferência *Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidades e (Des)igualdades*, Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Salvador, Universidade Federal da Bahia, Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306854002_ARQUIVO_artigo_salvador.pdf>. Acedido a: 01 de Junho de 2014.
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento, (2010), *Pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional*, Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Mitu, Sorin (2005), “Perennialism, modernism, ethnosymbolism: ideological conflict or changes in the scientific paradigm?”, *Studia Universitatis Babeş Bolyai Historia*, (1), pp. 2-11.
- Mkandawire, Thandika (1999), “African intellectuals and nationalism”.
- Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*, Maputo, Nosso Chão.
- Monteiro, Lorena (2009), “Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História”, *Sociedade e Cultura*, 12, (1), pp. 25-32.
- Mosse, Marcelo (2004), “Armando Guebuza”, *African Security Review*, 13, (1), pp. 79-82.
- Muiuane, Armando Pedro (2006), *Datas e documentos da história da Frelimo: de 1960-1975 – ano da independência de Moçambique*, Maputo, S.n.
- Munslow, Barry (1983), *Mozambique: the revolution and its origins*, Nova Iorque, Longman, 1983.
- Namburete, Eduardo (2003), “A comunicação social em Moçambique: da independência à liberdade.” *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1 (1), pp. 26-38.
- Neves, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias (2009), “O movimento associativo africano em Moçambique: tradição e luta (1926-1962)”, *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, (1), pp. 179-214.
- Newitt, Malyn (1995), *A history of Mozambique*, Londres, Hurts & Company, pp. 527-529.
- Ngoenha, Severino (1998), “Identidade moçambicana: já e ainda não”, in Carlos Serra (Dir.), *Identidade, moçambicanidade e moçambianização*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 17-34.
- Noronha, Andrius Estevam (2008), “Análise teórica sobre a categoria «elite política» e seu engajamento nas instituições da comunidade regional”, *Barbarói*, (29).
- Nuvunga, Adriano (2012), “Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008”, in Bernhard Weimer (Org.), *Moçambique: descentralizar o centralismo economia política – recursos e resultados*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), pp. 281-299.
- Olliver, Claire (1988), “Le colosse paralysé: Cahora Bassa”, *Politique Africaine*, (29), pp. 51-58.
- Oommen, Tharailath Koshy (1994), “Estado, nação e etnia: os laços processuais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (34), pp. 3-29.
- Opello Jr., Walter C. (1975), “Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s”, *Journal of Southern African Studies*, 2, (1), pp. 66-82.
- Oppenheimer, Jochen (200_?), “Pobreza no contexto do ajustamento Estrutural – a situação urbana em Moçambique”, pp. 123-132.

- Palti, Elías José (2001), “The nation as a problem: historians and the «national question»”, *History and Theory*, 40, (3), pp. 324-346.
- Patrício, Ana Marta Esteves (2010), *Cahora Bassa nas relações bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Lisboa.
- Pepetela (2002), *A geração da utopia*, Lisboa, Dom Queixote, 2002.
- Pereira, Crescêncio, et al (2013), “As «revoltas do pão» de 2008 e 2010 na imprensa”, *Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)*, Ideias, (58), pp. 1-2.
- Pinto, Céli Regina Jardim (2006), “Elementos para uma análise de discurso político”, *Barbarói*, (24), pp. 78-79.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*, Nova Iorque, PNUD.
- Rejai, Mostafa e Cynthia H. Enloe (1969), “Nation-states and state-sations”, *International Studies Quarterly*, 13, (2), pp. 140-158.
- Renan, Ernest (1997), “«Que é uma nação?»”, *Plural, Sociologia, USP*, 4, pp. 154-175.
- República de Moçambique (2004), *Constituição da República de Moçambique*, Maputo, Plural Editores.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2005), “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique”, *Etnografia*, IX, (2), pp. 257-275.
- Rocha, Aurélio (2002), *Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940 1940)*, Maputo, Promédia.
- Rosário, Domingos do (2013), “Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013”, *Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)*, Ideias, (50), pp. 1-2.
- Sá, Ana Lúcia Lopes de (2010), *A ruralidade na narrativa angolana do século XX: elemento de construção da nação*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade da Beira Interior, Departamento de Sociologia, Beira Interior.
- Santana, Beatriz Pereira de (2013), *Moçambique é maningue nice: reflexões sobre lusofonia e identidade*, Tese de Doutoramento em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Saúte, Nelson (1998), “Identidades em literatura (espaço público, literatura e identidade)”, in Carlos Serra (Dir.), *Identidade, moçambicanidade e moçambianização*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 71-77.
- Secretariado do Conselho de Ministros (Moçambique) (2008), “Aos órgãos de informação. Maputo, 23 de Dezembro de 2008”, 31ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.
- Seleti, Yonah (1997), “The transition to democracy and the production of a new national identity in Mozambique”, *Critical Arts: South-North Cultural and Media Studies*, 11, (1-2), pp. 46-62.
- Smith, Anthony D. (1997), *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Smith, Anthony D. (1999), *Nações e nacionalismo numa era global*, Lisboa, Falácia Modernista.
- Smith, Anthony (2005), “The genealogy of nations: an ethno-symbolic approach”, in Atsuko Ichijo e Gordana Uzelac (Eds.), *When is nation: towards an understanding of theories of nationalism*, Londres, Routledge, pp. 94-112.

- Tembe, Joel Das Neves (2013), “Uhuru na Kazi: recapturing MANU nationalism through the Archive”, *Kronos* 39, (1), pp. 257-279.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2006), “«Raça», nação e status: histórias de guerra e «relações raciais» em Moçambique”, *Revista USP*, (68), pp. 252-268.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2008), “«Escravos sem dono»: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”, *Revista de Antropologia*, 51, (1), pp. 177-214.
- Valot, Henri (1998), “A Renamo não vai participar: entrevista de Afonso Dhlakama, 15 de Maio de 1998”, *Lusotopie*, pp. 39-43.
- Verdery, Katherine (1999), “Whither «nation» and «nationalism»?”, in Gopal Balakrishnan (Ed.), *Mapping the nation*, Nova Iorque, Verso, pp. 226-234.
- Welsh, David (1996), “Ethnicity in Sub-Saharan Africa”, *Ethnicity and International Relations*, 72, (3), pp. 477-491.
- Whitmeyer, Joseph M. (2002), “Elites and popular nationalism”, *British Journal of Sociology*, 53, (3), pp. 321-341.
- Young, Crawford (2009), “The heritage of colonialism”, in John W. Harbeson e Donald Rothchild (Ed.), *Africa in world politics: reforming political order*, Philadelphia, Westview Press, pp. 19-38.
- Young, Tom (1990), “The MNR/RENAMO: External and Internal Dynamics”, *African Affairs*, 89, (357), pp. 491-509.

Fontes da Internet

- Autor desconhecido (1974), “Frelimo cria campos de reeducação”, *Jornal O Capital*, Data de edição: 20.11.1974, Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19741120_frelimo_cria_campos.pdf>, Acedido a: 05 de Março de 2015.
- Autor desconhecido (1986), “Biografia de Samora Moisés Machel”, *Jornal Noticias online*, Disponível em: <<http://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Ano%20Samora%20Machel/Biografia/Biografia%20Samora%20Machel.pdf>>, Acedido a: 06 de Março de 2015.
- Autor desconhecido (2009), “Há decisões colectivas as quais o Presidente tem de se sujeitar”, *Jornal O País online*, Data de edição: 23.07.2009, Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/2147-ha-decisoes-colectivas-as-quais-o-presidente-tem-de-se-sujeitar.html>>, Acedido a: 14 de Março de 2015.
- Autor desconhecido (2012), “Inflexibilidade do governo compromete negociações com a Renamo”, *A Perdiz*, (12), Data de edição: 20.12.2012, Disponível em: <<http://www.renamo.org.mz/index.php/artigos/jsdocumentation/article/article/4/16/0>>, Acedido a: 13 de Março de 2015.
- Autor desconhecido (2013), “Dhlakama ameaça criar províncias independentes caso Governo moçambicano mantenha eleições”, *Jornal Expresso online*, Data de edição: 29.07.2013, Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/dhlakama-ameaca-criar-provincias-independentes->

- [caso-governo-mocambicano-mantenha-eleicoes=f823436#ixzz3OpKtSN00](#)>, Acedido a: 14 de Janeiro de 2015.
- Autor desconhecido (2013), “Quem é Armando Guebuza”, *Jornal Domingo online*, Data de edição: 13.10.2013, Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tvCR_rvXDBkJ:www.jornaldomingo.co.mz/index.php/opiniao/2129-quem-e-armando-guebuza+&cd=11&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt.>, Acedido a: 25 de Junho de 2014.
- Autor desconhecido (2013), “Renamo acusa Frelimo de partidarizar Estado moçambicano”, *DW online*, Data de edição: 07.03.2013, Disponível em: <<http://www.dw.de/renamo-acusa-frelimo-de-partidarizar-estado-mo%C3%A7ambicano/a-16796235>>, Acedido a: 08 de Dezembro de 2014.
- Autor desconhecido (2014), “Momentos de instabilidade política em Moçambique – uma cronologia”, *DW online*, Data de edição: 06.08.2014, Disponível em: <<http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>>, Acedido a: 29 de Novembro de 2014.
- Autor desconhecido (2014), “Paúnde tropeça nas vírgulas e é substituído por Eliseu Machava”, *Jornal A Verdade online*, Data de edição: 06.03.2014, Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/44562-paunde-tropeca-nas-irgulas-e-e-substituido-por-eliseu-machava>>, Acedido a: 17 de Fevereiro de 2015.
- Autor desconhecido (2015), “Guebuza deixou país com níveis de pobreza quase inalterados”, *Sapo Notícias online*, Data de edição: 29.03.2015, Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1435956.html>>, Acedido a: 29 de Março de 2015.
- Autor desconhecido (2015), “Nyusi apela à unidade e Dhlakama insiste nas províncias autónomas”, *DW online*, Data de edição: 07.04.2015, Disponível em: <<http://www.dw.de/nyusi-apela-%C3%A0-unidade-e-dhlakama-insiste-nas-prov%C3%ADncias-aut%C3%B3nomas/a-18366186>>, Acedido a: 18 de Abril de 2015
- Autor desconhecido (s.d.), “Samora Moisés Machel – Biografia”, Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/presidentes/samora-machel>>, Acedido a: 06 de Março de 2015.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2009), “Carta a um caro e estimado amigo e camarada sobre a segunda Travessia do Rio Zambeze”, Data de edição: 21.08.2009, Disponível em: <<http://ofumanemeditar.blogspot.pt/2009/08/ponte-armando-emilio-guebuza-no-pais.html>>, Acedido a: 28 de Novembro de 2014.
- Duma, Custódio (2009), “Apóstolos da desgraça, lambe botas e puxa sacos: quem os cria?”, Data de edição: 12.07.2009, Disponível em: <<http://athiofia.blogspot.pt/2009/07/apostolos-da-desgraca-lambe-botas-e.html>>, Acedido a: 11 de Janeiro de 2015.
- Duma, Custódio (2009), “Guebuza e a ponte sobre o rio Zambeze”, Data de edição: 05.07.2009, Disponível em: <<http://athiofia.blogspot.pt/2009/07/guebuza-e-ponte-sobre-o-rio-zambeze.html>>, Acedido a: 28 de Novembro de 2014.
- Infopédia, “Armando Guebuza”, Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$armando-guebuza](http://www.infopedia.pt/$armando-guebuza)>, Acedido a: 10 de Fevereiro de 2015.
- Langa, Jeremias (2012), “Rebelo, Hama Thai, Veloso e Waty perderam; Celso Correia e Valentina Guebuza em ascensão”, *Jornal O País online*, Data de edição: 28.09.2012, Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/22377-rebelo-hama-thai>>

- [veloso-e-waty-perderam-celso-correia-e-valentina-guebuza-em-ascencao.html](#)>, Acedido a: 12 de Março de 2015.
- Mabunda, Lazaro (2009), “Os ambiciosos são capazes de tudo: dar nome errado à ponte sobre Zambeze”, Data de edição: 24.07.2009, Disponível em: <<http://debatesdevaneios.blogspot.pt/2009/07/os-ambiciosos-sao-capazes-de-tudo-dar.html>>, Acedido a: 28 de Novembro de 2014.
- Macuablog (2013), “Estatutos da Frelimo estão ultrapassados e defendem a partidarização do Estado”, Data de edição: 12.12.2013, Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/12/estatutos-da-frelimo-est%C3%A3o-ultrapassados-e-defendem-a-partidariza%C3%A7%C3%A3o-do-estado.html>, Acedido a: 08 de Dezembro de 2014.
- Mozambique History Net (MHN), “Centros de Reeducação, 1974-”, Dossier MZ – 0318, Disponível em: <<http://www.mozambiquehistory.net/reeducation.php>>, Acedido a: 05 de Março de 2015.
- Portal do Governo de Moçambique, “Filipe Paúnde novo Secretário-Geral da Frelimo”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/novembro2006/news_282_p_11_06/>, Acedido a: 15 de Fevereiro de 2015.
- Portal do Governo de Moçambique, “Portugal/HCB: finalmente o acordo que permitirá Moçambique gerir empreendimento”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/outubro2006/news_263_p_10_06/>, Acedido a: 20 de Maio de 2015).
- Portal do Governo de Moçambique, “Quem é Armando Emílio Guebuza”, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/presidente/biografia_guebuza.pdf>, Acedido a: 25 de Junho de 2014.
- Sol Carvalho (1981), “Reeducação: Uma realidade complexa”, *Tempo*, (574), Data de edição: 11.10.1981, Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19811011_reeducacao_uma_realidade.pdf>, Acedido a: 04 de Março de 2015.
- Souto, António (1981), “Libertados 684 reeducandos: medida de clemência ordenada pelo Presidente Samora em Cabo Delgado”, *Jornal Notícias*, Data de edição: 28.09.1981, Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19810928_libertados_reeducandos.pdf>, Acedido a: 04 de Março de 2015.
- Teixeira, Álvaro (2010), “Não ao regresso dos «Campos de Reeducação»”, Data de edição: 30.09.2010, Disponível em: <<http://grupospeciais.blogs.sapo.pt/tag/campos+de+externo%C3%ADnio>>, Acedido a: 04 de Março de 2015.